

*[Handwritten signature]*

# Relatório & Contas

## 2021

Handwritten signature and initials in blue ink.

Sede: Grotinha-Arrifes; 9500-370 Ponta Delgada  
Número de matrícula na Conservatória do Registo  
Comercial de Ponta Delgada e de identificação  
de pessoa coletiva: 512103097  
Capital social: Euros 81 026 511,50



## **4 Mensagem da Presidente do Conselho de Administração**

### **5 I. Apresentação**

- 5 I.1 História
- 5 I.2 Enquadramento
- 6 I.3 Estrutura Orgânica
- 9 I.4 Área de Referência

### **10 II. Mecenato HDES**

### **12 III. Actividade Assistencial**

- 12 III.1. Consulta Externa
- 14 III.2. Lista de Espera para Consulta (LEC)
- 16 III.3. Hospital De Dia
- 18 III.4. Urgência
- 21 III.5. Internamento
- 22 III.6. Actividade Cirúrgica
- 25 III.7. Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC)
- 27 III.8. Saúde Materno-Infantil
- 30 III.9. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)
- 31 III.10 Radioncologia
- 32 III.11 PANDEMIA SARS-cov-2 (COVID-19)

### **37 IV. Áreas de Apoio e Suporte à Produção Clínica**

- 37 IV.1. Unidade de Epidemiologia Clínica, Controlo de Infecção, Investigação e Informação para a Saúde (UEC3Is)
- 38 IV.2 Serviço de Aprovisionamento
- 42 IV.3 Serviços Farmacêuticos
- 44 IV.4 Serviços Hoteleiros
- 45 IV.5 Informática
- 47 IV.6 Protecção de Dados
- 48 IV.7 Saúde Ocupacional
- 52 IV.8 Núcleo de Formação Profissional
- 54 IV.9 Gabinete de Ensino Pré-Graduado Universitário (GEPGU)
- 56 IV.10 Gabinete de Qualidade
- 62 IV.11 Gestão de Risco

64 IV.12 Controlo de Infecção – GCL-PPCIRA

66 IV.13 Serviço de Biblioteca e Documentação

67 IV.14 Serviço de Deslocação de Doentes

### **77 V. Investigação e Desenvolvimento**

- 77 V Tratamentos/Procedimentos Inovadores
- 78 V.2 Estudos iniciados em 2021
- 80 V.2 Publicações

### **87 VI. Recursos Humanos**

### **93 VII. Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**

### **96 VIII. Investimento**

### **99 XIX. Cumprimento das Obrigações Legais**

### **100 X. Informação Financeira**

- 100 X.1 Análise Económica
- 112 X.2 Análise Financeira
- 113 X.3 Contabilidade de Gestão
- 113 X.4 Gestão Orçamental
- 115 X.5 Proposta de Aplicação de Resultados
- 118 X.6 Outros

### **119 XI. Comunicação Social**

## Índice de Tabelas

- 11 Tabela 1 - Lista de Doações feitas ao HDES em 2021
- 13 Tabela 2 - Evolução da actividade assistencial Consulta Médica
- 14 Tabela 3 - Evolução da actividade assistencial - Consulta Não Médica
- 14 Tabela 4 - Lista de espera para primeiras consultas a 31/12/2021
- 17 Tabela 5 - Evolução do número de diárias em Hospital de Dia
- 18 Tabela 6 - Evolução do número de sessões de tratamentos e doentes em Hospital de Dia Oncologia
- 19 Tabela 7 - Triagem de Manchester
- 20 Tabela 8 - Evolução dos atendimentos no Serviço de Urgência no triénio 2019-2021
- 20 Tabela 9 - Evolução dos atendimentos no Serviço de Urgência na área "adultos" e "crianças" no triénio 2019-2021
- 21 Tabela 10 - Evolução do Internamento (internamentos superiores a 24 horas)
- 24 Tabela 11 - Evolução do movimento do Bloco Operatório - intervenções cirúrgicas
- 25 Tabela 12 - Comparação movimento do Bloco Operatório 2021
- 26 Tabela 13 - Lista de inscritos para cirurgia a 31/12/2021
- 26 Tabela 14 - Lista de inscritos para cirurgia a 31 de dezembro de 2021 (diferenciando a área cirúrgica)
- 29 Tabela 15 - Evolução do movimento do Bloco de Partos
- 29 Tabela 16 - Interrupção voluntária da gravidez
- 35 Tabela 17 - A pandemia no dia-a-dia do HDES 2021
- 40 Tabela 18 - Produtos distribuídos aos laboratórios - em quantidade
- 40 Tabela 19 - Procedimentos desenvolvidos em 2021 e variação relativamente a 2020
- 43 Tabela 20 - Evolução de Consumos por Áreas
- 43 Tabela 21 - Evolução de consumos por Grupo Farmacoterapêutico/ Patologia
- 44 Tabela 22 - Refeições, Celas, Rouparia e Limpeza 2021
- 49 Tabela 23 - Exames médicos efetuados aos trabalhadores no ano de 2021
- 49 Tabela 24 - Fichas de Aptidão
- 50 Tabela 25 - Vacina da gripe administrada por grupos profissionais
- 50 Tabela 26 - Outras vacinas administradas aos trabalhadores e colaboradores em 2021
- 51 Tabela 27 - Causas e danos dos acidentes de trabalho
- 52 Tabela 28 - Formação interna desenvolvida no HDES em 2021
- 54 Tabela 29 - Estágios com início após o dia 1 de Abril, até 31 de Dezembro de 2021
- 60 Tabela 30 - Percentagem das conformidades por áreas auditadas- 2021
- 62 Tabela 31 - Nível de Risco
- 66 Tabela 32 - Principais indicadores do Serviço de biblioteca e documentação, 2018-2021
- 68 Tabela 33 - Número de deslocações por mês e ilha 2021
- 69 Tabela 34 - Distribuição de Doentes por idade
- 69 Tabela 35 - Especialidades clínicas que incrementam as deslocações
- 70 Tabela 36 - Indicação da deslocação

- 71 Tabela 37 - Acompanhantes
- 71 Tabela 38 - Escalões de comparticipação
- 72 Tabela 39- CEDO por ilhas
- 73 Tabela 40 - Total de deslocações por ano
- 74 Tabela 41- Hospitais de Destino
- 75 Tabela 42 - Tipologia da Deslocação
- 75 Tabela 43 - Indicações para Deslocação
- 76 Tabela 44 - Processos por ilha
- 94 Tabela 45 - Riscos e respectivas medidas preventivas por Áreas/Serviços
- 95 Tabela 46 - Riscos e respectivas medidas preventivas por Áreas/Serviços
- 118 Tabela 47 - Evolução do PMP desde 2012.

## Índice de Gráficos

- 13 Gráfico 1 - Evolução Mensal Consulta Médica
- 15 Gráfico 2 - Número total de pedidos em LEC
- 16 Gráfico 3 - Evolução Mensal da LEC em 2021
- 16 Gráfico 4- TMRG - Evolução Mensal da LEC com marcação
- 18 Gráfico 5 - Número de Sessões em Hospital de Dia 2021
- 20 Gráfico 6 - Distribuição prioridades por período de horário
- 22 Gráfico 7 - Evolução Mensal doentes internados
- 23 Gráfico 8 - Evolução Aplicação Plano CIRURGE
- 28 Gráfico 9 - Evolução tratamentos de PMA realizados no último triénio
- 28 Gráfico 10 - Evolução valores tratamentos de PMA realizados no último triénio
- 30 Gráfico 11 - Evolução MCDT realizados no último triénio
- 32 Gráfico 12 - Evolução do número de tratamentos 2020-2021
- 32 Gráfico 13 - Evolução Valores Tratamentos
- 33 Gráfico 14 - Evolução mensal do número de testes realizados para detecção do vírus SARS-CoV2
- 34 Gráfico 15 - Suspeita de COVID-19 na Urgência
- 35 Gráfico 16 - Evolução mensal de doentes internados em enfermarias COVID-19
- 35 Gráfico 17 - Evolução "em folo" das diferentes enfermarias COVID-19 no ano 2021
- 39 Gráfico 18 - Produtos distribuídos em valor
- 41 Gráfico 19 - Evolução dos valores SAPA no último triénio
- 61 Gráfico 20 - Satisfação Geral com o Serviço de Alimentação - 2021
- 62 Gráfico 21 - Notificações de Risco do ano 2021
- 63 Gráfico 22 - Tipos de Acontecimentos
- 68 Gráfico 23 - Evolução processos de deslocação triénio 2019-2021
- 73 Gráfico 24 - Evolução dos processos de deslocação triénio 2019-2021

## Índice de Figuras

- 89 Figura 1 - Distribuição por grupo profissional
- 91 Figura 2 - Distribuição dos profissionais por vínculo contratual
- 91 Figura 3 - Distribuição dos profissionais por faixa etária e género
- 92 Figura 4 - Motivos de ausência - Ano 2021
- 92 Figura 5 - Nível Habitacional dos Profissionais



## 2021, Vida Nova

Mensagem da Presidente  
do Conselho de Administração,  
Dra. Cristina Fraga



A 4 de fevereiro de 2021, iniciei o percurso neste desafio de ser presidente do Conselho de Administração do Hospital, ciente das dificuldades que o exercício do cargo traria, devido às múltiplas debilidades do Sistema Regional de Saúde e dos constrangimentos, incertezas e desigualdades em saúde que a pandemia da COVID-19 expôs, e agravou, na nossa sociedade.

Fazer uma reflexão sobre o ano transato exige partilhar a surpresa com a força das pessoas, com o apoio das quais se conseguiram obter resultados extraordinários. Ao longo desta terrível fase pandemia, toda a equipa do HDES demonstrou o seu compromisso inabalável com aqueles que servimos, mesmo quando confrontados com graves obstáculos. A sua compaixão e perseverança tornaram-nos - e ao nosso **#SomosHDES** - verdadeiramente imparáveis.

Foram diversas as tormentas que tivemos de ultrapassar neste ano. Desde um ciberataque a que fomos sujeitos, às alterações do dia-a-dia que a pandemia COVID-19 trouxe à nossa sociedade, desde o custo para a saúde física e mental dos nossos trabalhadores, aos ataques nos mais diversos instrumentos de comunicação à gestão do HDES, até à falta de credibilidade financeira perante parceiros.

Mudámos o rumo.

Tornámos os cuidados de saúde mais acessíveis a todos açorianos. Este Relatório e Contas (R&C) reflecte um breve vislumbre dos feitos que a equipa HDES realizou este ano.

As nossas equipas clínicas destacaram-se nos cuidados com os pacientes.

A redução das listas de espera no HDES é um feito marcante. Um marco, que fica gravado nas nossas memórias, e registado neste R&C.

A criação do Mecenato do HDES, fruto de uma sociedade açoriana que quer fazer parte desta força de apoio e mudança, enche-nos de orgulho.

A saúde financeira da instituição foi reabilitada.

Enquanto lê esta mensagem, continuamos a enfrentar os desafios da pandemia. Mas também continuamos firmes e empenhados nos nossos objectivos.

Colaborador a colaborador. Consulta a consulta. Cirurgia a cirurgia.

Vamos continuar a desenvolver o MUSA (Modelo Único de Saúde dos Açores) e colocar o HDES no século XXI. Através do empenho, transparência e coesão de todos, guiados pelo Humanismo.

**#SomosHDES** é abraçar esta missão de evolução, transformação e consolidação do HDES e do Serviço de Saúde Regional.

A nossa grande Instituição, o HDES, merece-o, assim como o merecem todos os Açorianos que servimos.

A todos vós, colegas e funcionários do HDES, utentes do HDES e parceiros do HDES, o nosso agradecimento por estarem sempre connosco.



# I. APRESENTAÇÃO

## I.1 História

O início da actividade assistencial remonta ao século XVI, com a instituição da Irmandade ou Confraria da Misericórdia, fundada em 1498 por D. Leonor. A Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada instituiu pela primeira vez um hospital na antiga Igreja da Misericórdia (hoje desaparecida, situada no Largo Vasco Bensaúde), passando a sua actividade para o Convento de S. Francisco no início do século XIX, onde funcionou até ao final do século XX.

O Hospital foi dirigido pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada até 1975, altura em que foi nacionalizado.

A gestão da unidade hospitalar foi transferida para a competência do Governo da Região Autónoma dos Açores (RAA), em 1976. Em Abril de 1986 foi nomeado um grupo coordenador do projecto de construção do novo Hospital de Ponta Delgada, já que era desaconselhada a recuperação das instalações existentes.

Os primeiros serviços foram transferidos para as novas instalações em 1997 e a transferência definitiva efectuou-se a 25 de Outubro de 1999, passando a denominar-se Hospital do Divino Espírito Santo (HDES).

Passou a Entidade Pública Empresarial em 2007 (nos termos dispostos no Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de Setembro), tendo obtido a sua Acreditação em Qualidade (de acordo com os critérios do Health Quality System) no mesmo ano.

## I.2 Enquadramento

O presente “Relatório & Contas” enquadra-se no disposto no artigo 25.º (sob a epígrafe “Documentos de Prestação de Contas”) dos Estatutos dos Hospitais integrados no Serviço Regional de Saúde dos Açores, organizados como entidades públicas empresariais regionais- Apêndice II do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º

2/2007/A de 24 de Janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de Setembro.

O Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, Entidade Pública Empresarial Regional (doravante designado HDES), é uma unidade de saúde caracterizada fundamentalmente por uma elevada diferenciação clínica com uma dimensão média em termos de lotação.

O seu modelo organizativo é definido através de um regulamento interno baseado numa lógica de gestão em cascata, liderado pelo Conselho de Administração (doravante designado CA), procurando prestar cuidados em saúde, diferenciados, centrados no doente, com qualidade e segurança, recorrendo a profissionais de elevada competência técnica e humana.

A existência de um elevado grau de diferenciação resulta das condições de descontinuidade geográfica, justificando-se a existência de várias especialidades - apesar de uma população relativamente reduzida, no que respeita aos critérios de casuística normalmente utilizados - pelos factores distância e custo, relativamente aos Hospitais Centrais.

Assim, o HDES assemelha-se a um Hospital Central, não possuindo, em termos de especialidades, a Cirurgia Cardiotorácica e a Medicina Nuclear.

### I.3 Estrutura Orgânica

#### Conselho de Administração

Os elementos que compõem o CA foram nomeados através da Resolução do Conselho do Governo n.º 30/2021 de 04 de Fevereiro de 2021, com início de funções a 4 de Fevereiro de 2021, sendo este órgão constituído por cinco elementos, respectivamente:

- 
- >> Maria Cristina Fraga Gomes Freire de Barros, Presidente do Conselho de Administração
  - >> André Pereira da Silva Forjaz de Sampaio, Director Clínico
  - >> Lúcia de Fátima Vieira Cabral Rodrigues, Enfermeira Directora
  - >> Márcio Francisco Chalin Pereira, Vogal do Conselho de Administração
  - >> Luís José Pacheco de Medeiros de Almeida, Vogal do Conselho de Administração (nomeado pela Resolução do Conselho de Governo n.º 122/2021 de 18 de Maio de 2021)

### Adjuntos da Direção Clínica

---

Direção Clínica	João Pedro Cardoso Nelson Oliveira Abel Alves
-----------------	---

### Adjuntos de Direcção de Enfermagem

---

Direção de Enfermagem	Verónica Amaral Pedro Brázio Ricardo Pacheco
-----------------------	--

#### Direção de Serviços Clínicos

Serviço de Anatomia Patológica	Vítor Carneiro
Serviço de Anestesiologia	Cecília Dias
Serviço de Bloco Operatório	Nelson Oliveira
Serviço de Cardiologia	Dinis Martins
Serviço de Cirurgia Geral	Maria Inês Leite
Serviço de Cirurgia Maxilo-Facial	Maria Rita Pimentel
Serviço de Cirurgia Plástica e Reconstructiva	Luísa Ferraz
Serviço de Cirurgia Vasculuar	Emanuel Dias
Serviço de Consulta Externa	Carolina Viveiros
Serviço de Dermatologia	André Sampaio
Serviço de Doenças Infecciosas	António Prisca
Serviço de Endocrinologia	Isabel Sousa
Serviço de Estomatologia	Jorge Faria
Serviço de Gastreenterologia	Maria Antónia Duarte
Serviço de Ginecologia/Obstetrícia	Carlos Ponte
Serviço de Hematologia Clínica	Ana Luísa de Araújo
Serviço de Imagiologia	Rosa Cruz
Unidade de Imunoalergologia	Rodrigo Alves
Serviço de Medicina Física e Reabilitação	Sandra Morgado
Serviço de Medicina Intensiva	Humberto Costa
Serviço de Medicina Interna	Luís Dias
Serviço de Nefrologia	João Esteves
Serviço de Neurocirurgia	José Horta Mendonça
Serviço de Neurologia	José Lopes



**Direção de  
Serviços Clínicos**

Serviço de Oftalmologia  
Serviço de Ortopedia  
Serviço de Otorrinolaringologia  
Serviço de Patologia Clínica  
Serviço de Pediatria  
Serviço de Pneumologia  
Serviço de Psiquiatria  
Serviço de Reumatologia  
Serviço de Urgência  
Serviço de Urologia  
Unidade de Cirurgia Ambulatória  
Unidade de Cuidados Intermedios  
Unidade de Cuidados Paliativos  
Unidade de Doenças Cérebro Vasculares  
Unidade de Genética e P. Moleculares  
Unidade de Intervenção Cardiovascular  
Unidade de Medicina Hiperbárica e Subaquática  
Unidade Multidisciplinar da Dor Crónica  
Unidade de Neonatologia  
Unidade de Oncologia Médica  
Unidade de Pedopsiquiatria

Gil Resendes  
António Rebelo  
Joaquim Amaral  
Rita Pinto  
Fernanda Gomes  
Carlos Pavão  
João Vidal  
Teresa Sampaio da Nóvoa  
Gracinda Brasil  
Pedro Mota Preto  
Nelson Oliveira  
Ricardo Gregório  
Maria do Rosário Vidal  
José Lopes  
Luísa Mota Vieira  
Dinis Martins  
Paula Ferreira  
Catarina Soares  
Lucinda Pacheco  
Rui San Bento  
Bruno Seixas

**Chefias  
Operacionais de  
Enfermagem**

Serviço de Bloco Operatório  
Serviço de Bloco de Partos  
Serviço de Cardiologia  
Serviço de Cirurgia I  
Serviço de Cirurgia II  
Serviço de Cirurgia III  
Serviço de Cirurgia IV  
Serviço de Cirurgia V  
Serviço de Consulta Externa  
Serviço de Doenças Infecciosas  
Serviço de Medicina I  
Serviço de Medicina II  
Serviço de Medicina III  
Serviço de Medicina IV  
Serviço de Medicina V  
Serviço de Medicina Intensiva  
Serviço de Obstetrícia  
Serviço de Ortopedia  
Serviço de Pediatria  
Serviço de Pneumologia  
Serviço de Psiquiatria  
Serviço de Urgência  
Unidade de Cuidados Intermedios  
Unidade de Cuidados Paliativos

Sandra Figueiredo  
Délia Luz  
Idalina Bonito  
Nélia Martins  
Ana Cristina Simas  
Olívia Botelho  
Rita Madruga  
Helena Luis  
Maria das Neves Pacheco  
Judite Massa  
Andreia Silva  
Elsa Sousa  
Ana Isabel Amaral  
Sónia Rego  
Paula Silva  
Rute Bernardo  
Adília Simões  
João Jácome Raposo  
Margarida Cabral  
António Cruz  
José Martins  
João Mendonça  
Ainda Dutra  
Marco Mendonça



Unidade de Diálise	Joaquina Duarte
Unidade de Endoscopia	Susana Nascimento
Unidade de Medicina Hiperbárica e Subaquática	Maria das Neves Pacheco
Unidade Multidisciplinar de Dor Crónica	Maria das Neves Pacheco
Unidade de Neonatologia	Graça Fontes
Unidade de Oncologia Médica	Maria João Almeida
<b>Direção de Serviços de Apoio Geral</b>	
Serviço de Aprovisionamento	Madalena Correia
Serviço de Assistência Religiosa e Espiritual	Paulo Borges
Serviços Farmacêuticos	Ana Cristina Castanha
Serviços Financeiros	Maura Medeiros
Serviço de Gestão de Utentes	Susana Silva
Serviços Gerais	Ana Freitas
Serviços Hoteleiros	Teresa Silva
Gabinete de Gestão do Risco	Madalena Melo
Serviço de Informação para a Gestão	Maria Cláudia Pacheco
Serviço de Informática	Carla Raposo
Serviço de Instalações e Equipamentos	José Ponte
Serviços Jurídicos	
Serviço de Qualidade	Maria Ana Dias
Serviço de Relações Públicas e Comunicação	Manuela Machado
Serviço de Recursos Humanos	Luís Soares
Serviço de Saúde Ocupacional	Marta Loura
Serviço Social	Helena Soares
Serviço Deslocação de Doentes	Carla Ferreira
Gabinete de Supervisão de Enfermagem	Maria de Deus Ferreira
Unidade Genética e Patologia Molecular	Luísa Mota Vieira
Núcleo de Formação	Jorge Medeiros
Gabinete de Ensino Pré-Graduado Universitário	Ana C. Viveiros/Pedro Rosa
Unidade de Epidemiologia, Controle de Infecções, Investigação e Informação para a Saúde (UEC3Is)	

## 1.4 Área de Referência

O HDES serve as populações das ilhas de São Miguel e Santa Maria, num total aproximado de 139.000 habitantes, bem como todos os utentes da Região Autónoma dos Açores (doravante RAA) que exerçam o direito de opção previsto na Portaria 95/2018 de 2 de Agosto. Nas especialidades apenas disponibilizadas no HDES, o hospital serve a restante população, cerca de 237.000 habitantes. A deslocação de utentes para o continente é da responsabilidade do HDES no caso dos utentes cujos processos foram propostos por médicos da instituição, e autorizados pela Direcção Clínica após processo de verificação da incapacidade de solução local.

## II. MECENATO HDES

Em tempos difíceis sobressaem nos indivíduos e nas sociedades expressões de solidariedade e participação comunitária em apoio de pessoas e instituições que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Durante o período da pandemia muitas foram as pessoas e empresas que apoiaram o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R. (HDES), numa fase da sua vida em que se encontrava e encontra sob forte pressão financeira para fazer face aos seus custos fixos e ao mesmo tempo desenvolver novas respostas para a saúde dos açorianos.

Neste contexto, o Conselho de Administração (CA) do HDES decidiu criar o Conselho do Mecenato, estrutura de gestão que tem por missão centralizar e operacionalizar os apoios de empresas, associações, fundações, institutos e demais pessoas colectivas, de natureza pública ou privada, bem como de cidadãos, individualmente ou em grupos informais, que se disponham a colaborar com o HDES utilizando a figura jurídica do mecenato tal como definida no Decreto-Lei n.º 74/99 de 16 de Março. Esse instrumento pode ser utilizado por empresas e particulares canalizando para o HDES parte dos impostos que teriam de pagar ao Estado.

O Conselho do Mecenato (CM) é uma comissão de apoio técnico que reporta directamente ao Conselho da Administração, criada por deliberação de 12 de Outubro de 2021 (nota interna 34/CA/2021), nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 21.º do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, na redacção dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de Janeiro.

Os apoios referidos poderão concretizar-se pelas mais variadas formas legalmente admitidas, designadamente, através de entregas em dinheiro ou em espécie, bem como de fornecimento de serviços, a título gratuito e, como tal, sem contrapartidas da parte

do HDES, podendo ser utilizadas, nos termos legais aplicáveis, a figura do mecenato, devidamente enquadrada no Estatuto dos Benefícios Fiscais, previsto no Decreto-Lei 215/89 de 1 de Julho.

Foi com muito orgulho que o CA convidou o Dr. Ricardo Martins Mota, desde sempre amigo do HDES, para dirigir o CM, instrumento da nossa evolução como Hospital de referência nos Açores, tendo este aceite liderar este projecto de cidadania onde todos podemos e devemos participar. Os membros do CM são nomeados pelo CA, de entre cidadãos, de nacionalidade portuguesa ou estrangeira, e são propostos pelo Presidente do CM.

Impõe-se aqui o nosso especial agradecimento a todos os Mecenas, entidades e aos cidadãos em geral que têm colaborado connosco com dedicação e louvável dinâmica, tendo feito chegar ao HDES, ao longo de 2021, inúmeras doações de artigos de apoio e equipamentos com o objectivo de nos ajudar a prestar aos nossos utentes um serviço cada vez melhor e mais humanizado, podendo, desta forma. A todos, o nosso profundo obrigado.

Em 2021, o Hospital do Divino Espírito Santo recebeu as seguintes doações:

*Tabela 1 - Lista de Doações feitas ao HDES em 2021*

Doação de 2 equipamentos de Oxigenoterapia Nasal de Alto Fluxo (ONAF), pela Pastoral da Saúde dos Açores
Doação de 2 ONAF, pelo movimento "Todos pelos Açores"
Oferta de viatura ao Grupo de Amigos dos Cuidados Paliativos do HDES (GACP), por parte do Grupo Ilha Verde
Doação de artigos destinados à Pediatria, uma oferta realizada pela benemérita Fátima Lindo, através da Associação Care For Children
Oferta de um ecógrafo Voluson E8 BT 10, equipado com 3 sondas (convexa, 3D, plana e endocavitária), um ecógrafo LOGIQ E9 GE com três sondas, uma sonda de ecógrafo utilizada em cirurgia vascular, e dois desfibrilhadores, equipamentos, pela "Kinderhilfe ohne Grenzen Austria"
Doação de pratos infantis, pela Associação Care for Children Açores
Doação de duas cadeiras de banho giratórias, duas cadeiras de rodas, duas canadianas adulta, quatro andadeiras fixas e andadeiras de encostar e uma cama articulada com colchão, pelo Movimento Cívico de Apoio a Doentes Oncológicos
Doação de Oxímetros pela Farmacor.
Doação de um suporte de computador, pelo Lions Club de Rabo de Peixe
Doação de duas pedaleiras, três pares de pesos, duas bolas medicinais e três tablets, pelo Grupo de Amigos da Pediatria



### III. ACTIVIDADE ASSISTENCIAL

O registo da actividade assistencial relativo ao ano de 2021 é aqui apresentado tendo em consideração as principais áreas de intervenção, nomeadamente Consulta Externa, Internamento, Bloco Operatório e Bloco de Partos, Hospitais de Dia, Urgência e Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

Salienta-se que, mesmo em contexto de pandemia COVID-19, que colocou uma enorme pressão sobre a instituição, há um aumento em todas as áreas de produção, atingindo-se os valores mais elevados dos últimos 5 anos (2017-2021).



#### III.1. Consulta Externa

O ambulatório hospitalar é considerado uma área primordial por se tratar de uma das principais vias de acesso da população aos cuidados de saúde, através de pedidos de consulta - quer os gerados pelas especialidades hospitalares quer os provenientes do exterior - posteriormente triados conforme os critérios de referenciação de cada especialidade, por forma a garantir a priorização dos casos urgentes.

##### Consultas Médicas

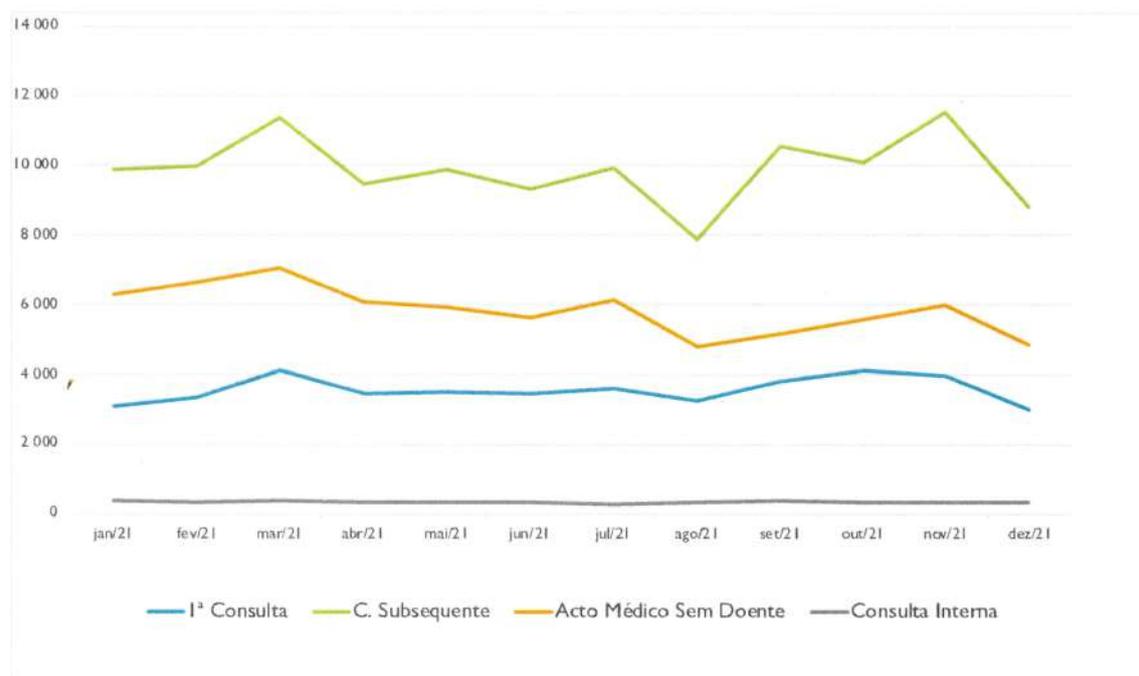
Nos últimos anos, o HDES apresentava uma taxa de decréscimo da actividade de consulta externa médica (-10%). Esta situação inverteu-se em 2021, aliás, contrariando a

evolução registada nos outros hospitais do Sistema Nacional de Saúde (SNS), como é possível verificar nos dados constantes na tabela e gráfico seguintes.

Tabela 2 - Evolução da actividade assistencial Consulta Médica

Consultas Médicas	Média Triénio 17-19	2020	2021	Δ triénio 17-19/20	Δ 20/21	Tendência
Iª Consulta	42 894	38 059	42 784	-11,3%	12,4%	↘
C. Subsequente	118 677	105 778	118 703	-10,9%	12,2%	↘
Acto Médico Sem Doente	3 556	3 416	3 774	-3,9%	10,5%	↘
Consulta Interna	38 072	55 559	69 981	45,9%	26,0%	↗
<b>Total</b>	<b>203 199</b>	<b>202 812</b>	<b>235 242</b>	<b>-0,2%</b>	<b>16,0%</b>	↗

Gráfico 1 - Evolução Mensal Consulta Médica



As consultas hospitalares apresentam um aumento, contribuindo para isto o incremento do número de consultas médicas em cerca de 16% (12,4% das quais correspondem a primeiras consultas e 12,2% a consultas subsequentes).

### Consultas Não Médicas

Nas consultas realizadas por outros profissionais de saúde podemos verificar um aumento de 10,7%, em consonância com o aumento de actos médicos realizados no ano de 2021.

Tabela 3 - Evolução da actividade assistencial - Consulta Não Médica

Consultas Não Médicas	Média Triénio 17-19	2020	2021	Δ triénio 17-19/20	Δ 20/21	Tendência
Enfermagem	20 288	25 055	28 922	23,5%	15,4%	
Nutrição	5 948	10 895	12 457	83,2%	14,3%	
Psicologia	5 216	5 723	5 604	9,7%	-2,1%	
Desenvolvimento e Reabilitação Psico-Motora	1 110	1 849	1 721	66,6%	-6,9%	
Oftalmologia	756	329	579	-56,5%	76,0%	
Medicina Física e Reabilitação	2	213	30	-	-85,9%	
Pneumologia	1	271	96	-	-35,4%	
Otorrinolaringologia	0	282	1	-	-99,6%	
<b>Total</b>	<b>33 320</b>	<b>44 617</b>	<b>49 410</b>	<b>33,9%</b>	<b>10,7%</b>	

### III.2. Lista de Espera para Consulta (LEC)

A Tabela 4 apresenta o número de utentes a aguardar uma primeira consulta de especialidade (a 31 de Dezembro de 2021). É assinalada a distinção entre o tempo de espera para as primeiras consultas, com marcação efectiva, e o número de pedidos de consulta a aguardar marcação.

Tabela 4 - Lista de espera para primeira consulta a 31/12/2021

Especialidades	Nº Doentes a aguardar		Tempo de espera (meses)						
	Sem marcação	Com marcação	<1	1-2	2-3	3-6	6-9	9-12	> 12
Anestesiologia	341	3	2	1	0	0	0	0	0
Cardiologia	342	199	2	40	4	72	78	3	0
Cirurgia Geral	37	420	2	65	271	66	15	0	1
Cirurgia Maxilo-Facial	81	6	0	0	0	6	0	0	0
Cirurgia Plástica	38	396	3	3	2	9	4	79	296
Cirurgia Vascular	38	236	1	6	37	189	3	0	0
Consulta Médica a Dadores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cuidados Paliativos	5	3	2	0	0	1	0	0	0
Dermatologia	792	9	0	3	1	5	0	0	0
Desenvol. Reab. Psicomotor	0	15	0	4	2	9	0	0	0
Doenças infecciosas	4	49	0	0	16	33	0	0	0
Endocrinologia	842	92	5	5	8	8	52	11	3
Estomatologia	106	18	3	6	1	7	1	0	0
Gastroenterologia	68	302	4	26	75	192	5	0	0
Ginecologia	260	63	3	11	27	20	2	0	0
Hematologia	520	3	0	1	1	1	0	0	0
Hematologia Oncológica	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Medicina Física e Reabilitação	161	40	3	21	5	5	5	0	1
Medicina Intensiva	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Medicina Interna	102	93	9	38	11	13	18	4	0
Nefrologia	34	62	0	1	2	18	41	0	0
Neurocirurgia	162	836	0	0	0	0	2	80	754
Neurologia	298	270	1	3	5	15	234	11	1
Obstetrícia	60	129	7	6	7	27	40	4	38

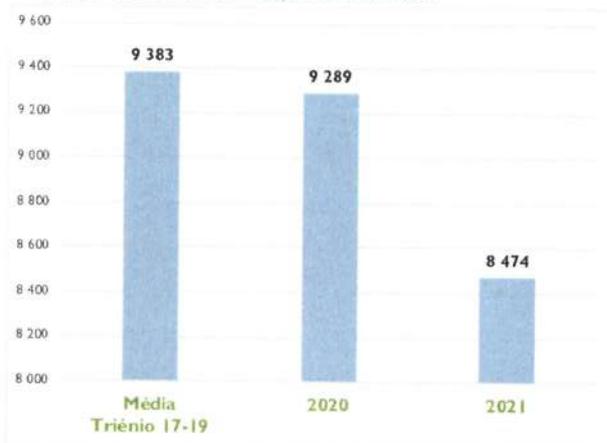
*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Tabela 4 - Lista de espera para primeira consulta a 31/12/2021 (continuação)

Especialidades	Nº Doentes a aguardar		Tempo de espera (meses)						
	Sem marcação	Com marcação	<1	1-2	2-3	3-6	6-9	9-12	>12
Oftalmologia	1 345	68	1	5	10	6	10	1	35
Oncologia	22	8	2	5	1	0	0	0	0
Ortopedia	254	415	27	30	26	135	187	10	0
Otorrino	82	337	0	24	117	196	0	0	0
Pediatria	256	166	6	21	37	87	12	0	3
Pneumologia	565	29	0	4	3	1	2	1	18
Psicologia	415	4	2	1	0	1	0	0	0
Psiquiatria	710	37	0	1	9	2	0	0	25
Reumatologia	155	24	7	3	1	0	13	0	0
Unidade de Diálise	2	5	0	1	1	2	1	0	0
Unidade de Dor	43	6	0	0	0	6	0	0	0
Unidade de Imunoalergologia	71	228	1	4	21	174	28	0	0
Unidade de Psiq. Da Infância e Adolescência	0	12	0	3	9	0	0	0	0
Unidade Hiperbárica.	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Urologia	257	101	0	0	1	8	35	53	4
Total	8 474	4 583	93	342	711	1 314	788	257	1 179

A LEC teve um evidente decréscimo no ano de 2021 de 8,8% (menos 815 consultas em relação a 2020), como podemos verificar no gráfico 2. A evolução mensal da LEC pode ser observada no gráfico 3. Este valor está em linha com o aumento da produção da actividade assistencial médica na consulta externa em 2021.

Gráfico 2 - Número total de pedidos em LEC



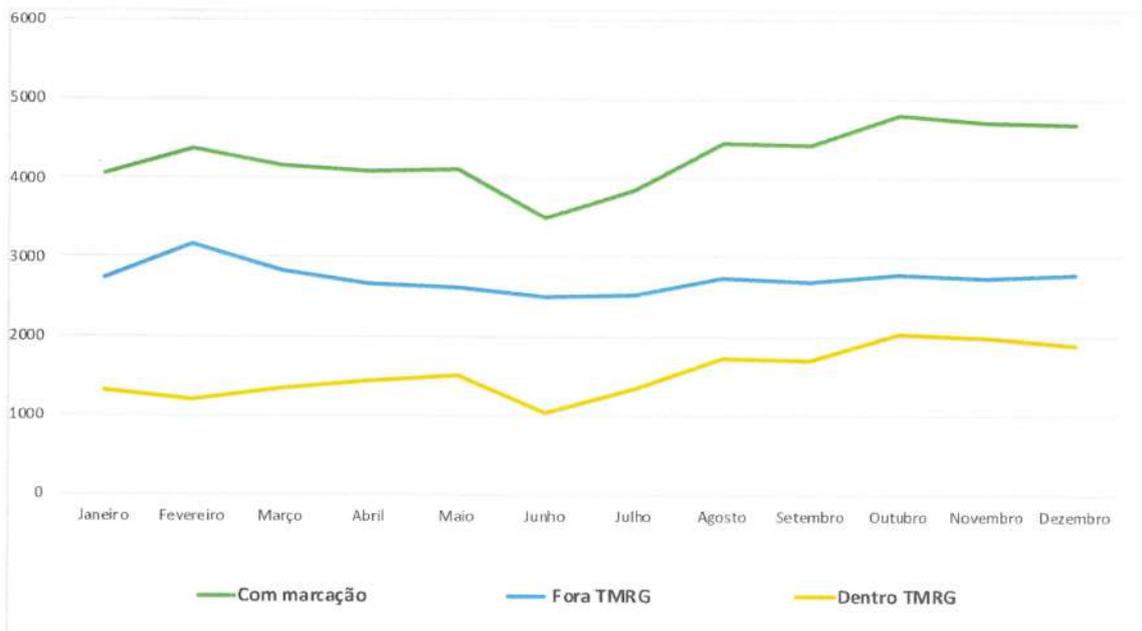
*[Handwritten signature and date 19/11]*

Gráfico 3 - Evolução Mensal da LEC em 2021



Ao longo do ano de 2021, evidencia-se um aumento de marcação de primeiras consultas e da tendência do incremento das marcações dentro do TMRG, patente no gráfico 4.

Gráfico 4 - TMRG - Evolução Mensal da LEC com marcação



### III.3. Hospital de Dia

No que diz respeito aos Hospitais de Dia, registou-se um aumento na produção de 8,45%.

A actividade dos Hospitais de Dia Polivalente, Gastrenterologia, Urologia e Oncologia

registou um aumento em relação ao ano anterior, destacando-se o Hospital de Dia Polivalente, com aumento na ordem dos 112,81%.

Com a Pandemia da COVID-19, o Hospital de Dia Psiquiatria foi temporariamente encerrado, não apresentando actividade assistencial. Os tratamentos do Hospital de Dia de Insuficiência Cardíaca passaram a ser realizados no Hospital de Dia Polivalente.

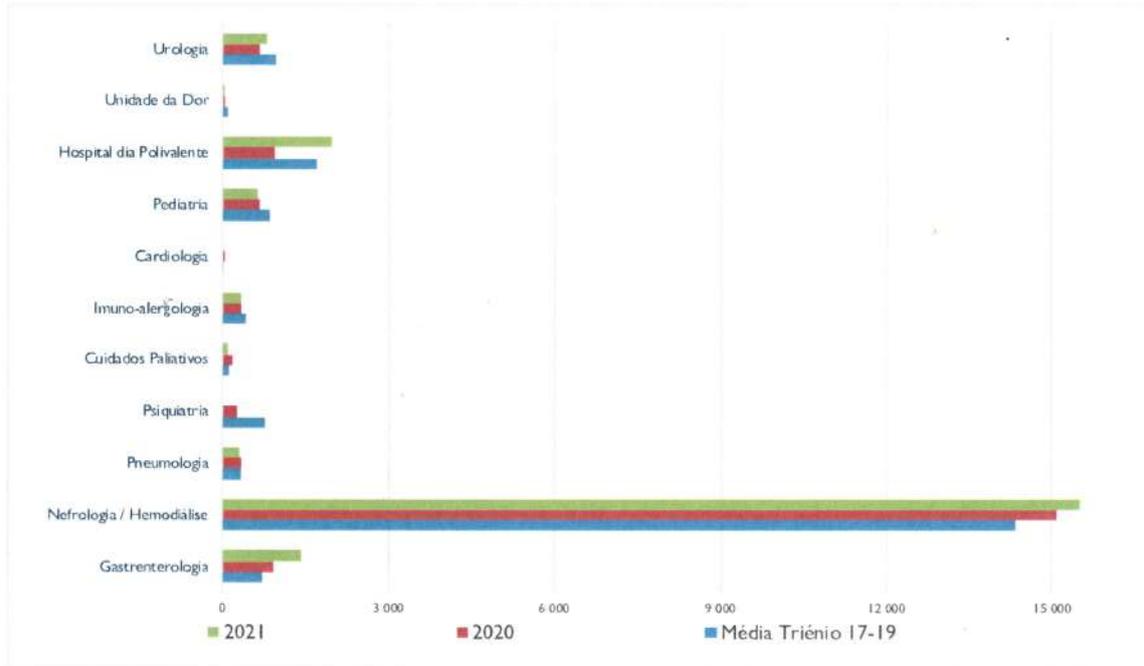
É possível verificar na tabela 5 a variação nos tratamentos realizados no último triénio.

Tabela 5 - Evolução do número de diárias em Hospital de Dia

Hospital de Dia	2019	2020	2021	Δ 20/21	21/20(em %)
Gastroenterologia	971	922	1 444	522	56,62%
Hemodiálise	14 472	15 087	15 511	424	2,81%
Pneumologia	474	345	327	-18	-5,22%
Cuidados Paliativos	183	173	111	-62	-35,84%
Pediatria	639	683	649	-34	-4,98%
Polivalente	1 834	937	1 994	1 057	112,81%
Unidade da Dor	83	39	33	-6	-15,38%
Urologia	848	683	807	124	18,16%
Imunoalergologia Pediátrica	469	349	350	1	0,29%
Insuficiência Cardíaca	83	36	0	-36	-100,00%
Psiquiatria	342	262	0	-262	-100,00%
<b>Total</b>	<b>20 398</b>	<b>19 516</b>	<b>21 226</b>	<b>1 710</b>	<b>8,76%</b>

As sessões de hemodiálise representam 73% do total de tratamentos realizados em Hospitais de Dia.

Gráfico 5 - Número de Sessões em Hospital de Dia 2021



### Tratamentos de Oncologia Médica e Hematologia Clínica em 2021

Em 2021, 895 utentes realizaram 6678 sessões de tratamento no Hospital de Dia de Oncologia, o que perfaz uma média de 7,5 sessões de tratamento por utente.

Na especialidade de Hematologia Clínica há um decréscimo no número de doentes em tratamento, verificando-se o inverso na especialidade de Oncologia Médica (tabela 6)

Tabela 6 - Evolução do número de sessões de tratamentos e doentes em Hospital de Dia Oncologia

	Sessões				Doentes Distintos			
	Média Triênio 17-19	2020	2021	Tendência	Média Triênio 17-19	2020	2021	Tendência
Hematologia Clínica	1 044	1 452	1 282	↘	153	254	161	↘
Oncologia Médica	4 502	4 762	5 396	↗	654	659	734	↗
<b>Total</b>	<b>5 546</b>	<b>6 214</b>	<b>6 678</b>	↗	<b>807</b>	<b>913</b>	<b>895</b>	↘

### III.4. Urgência

O Serviço de Urgência do HDES apresenta **48%** de episódios classificados, de acordo com a triagem de Manchester, como **não urgentes** (verdes e azuis, i.e., situações que, por inerência, deveriam ser avaliadas no âmbito dos cuidados de saúde primários).

Tabela 7 - Cor de prioridade na Triagem de Manchester

Cor prioridade de Manchester	2019	2020	2021	21/20 Δ	21/20%
Vermelho	417	325	358	33	10,15%
Laranja	7 346	5 894	6 571	677	11,49%
Amarelo	38 828	25 441	29 723	4 282	16,83%
Verde	62 917	33 280	39 062	5 782	17,37%
Azul	1 617	1 313	1 701	388	29,55%
Branco	2 694	5 025	7 850	2 825	56,22%
<b>Total</b>	<b>113 819</b>	<b>71 278</b>	<b>85 265</b>	<b>13 987</b>	<b>19,62%</b>

Analisando a Tabela 7 pode constatar-se que:

- >> O número de atendimentos no Serviço de Urgência apresenta um aumento de cerca de 20% em relação ao mesmo período do ano anterior, num total de 85.265 doentes atendidos.
- >> O número de utentes com triagem de Manchester “Branco” (que representa na sua maioria casos suspeitos COVID-19), apresenta um aumento de 56,22%.

#### Áreas do Serviço de Urgência

As áreas “médica” e área “COVID” representam 54% dos atendimentos no Serviço de Urgência, designadamente 38% (32.170) de utentes na área médica e 16% (13.379) na área COVID.

#### Evolução dos Atendimentos no Serviço de Urgência

Pode verificar-se, através da Tabela 8, que o número de “altas para internamento” corresponde a quase 10% dos atendimentos urgentes, valor semelhante ao ano de 2020.

Tabela 8 - Evolução dos atendimentos no Serviço de Urgência no triênio 2019-2021

	2019	%	2020	%	2021	%	21/20 (em x)
<b>Internamentos</b>	8 220	7,22%	7 624	10,70%	8 560	10,04%	12,28%
<b>Evacuações</b>	10	0,01%	7	0,01%	11	0,01%	57,14%
<b>Altas</b>	105 398	92,60%	63 466	89,04%	76 513	89,74%	20,56%
<b>Falecidos</b>	191	0,17%	181	0,25%	181	0,21%	0,00%
<b>Total</b>	<b>113 819</b>		<b>71 278</b>		<b>85 265</b>		<b>19,62%</b>

Distribuição de prioridades, por período horário

O Gráfico 6 apresenta a distribuição dos atendimentos por prioridades e períodos horários. Constata-se que a prioridade “verde” concentra, em média, 44,7% dos atendimentos nos diversos períodos horários, seguindo-se a prioridade “amarelo”, com uma média de 34,6% atendimentos.

Gráfico 6 - Distribuição prioridades por período de horário



Tabela 9 - Evolução dos atendimentos no Serviço de Urgência na área "adultos" e "crianças" no triênio 2019-2021

Cor prioridade de Manchester	Criança				Adulto				Total			
	2020	2021	Δ 21/20	21/20%	2020	2021	Δ 21/20	21/20%	2020	2021	Δ 21/20	21/20%
<b>Vermelho</b>	44	29	-15	-34%	281	329	48	17%	325	358	33	10,15%
<b>Laranja</b>	368	239	-129	-35%	5 526	6 332	806	15%	5 894	6 571	677	11,49%
<b>Amarelo</b>	2 940	2 115	-825	-28%	22 501	27 608	5 107	23%	25 441	29 723	4 282	16,83%
<b>Verde</b>	7 551	5 721	-1 830	-24%	25 729	33 341	7 612	30%	33 280	39 062	5 782	17,37%
<b>Azul</b>	150	215	65	43%	1 163	1 486	323	28%	1 313	1 701	388	29,55%
<b>Branco</b>	120	137	17	14%	4 905	7 713	2 808	57%	5 025	7 850	2 825	56,22%
<b>Total</b>	<b>11 173</b>	<b>8 456</b>	<b>-2 717</b>	<b>-24%</b>	<b>60 105</b>	<b>76 809</b>	<b>16 704</b>	<b>28%</b>	<b>71 278</b>	<b>85 265</b>	<b>13 987</b>	<b>19,62%</b>

A Tabela 9 diferencia o atendimento em serviço de urgência em crianças e adultos.

Verifica-se que, dos utentes que recorrem ao Serviço de Urgência, 90% dos atendimentos são adultos e os restantes 10% referem-se a crianças, havendo um aumento de 28% em adultos e diminuição de 24% em crianças, comparativamente ao período homólogo.

Esta tabela também permite verificar que o maior aumento dos atendimentos nos adultos foram utentes com suspeita de COVID-19 (Branco - 56%) e, nas crianças, situações não urgentes (Azul - 43%).

### III.5. Internamento

Como se verifica na Tabela 10, o número de “doentes saídos” aumentou 16,13%, aumentando também o número de dias de internamento (12,33%). A taxa de ocupação passou de 61,83% para 63,53% devido ao ajuste de camas em diversos serviços. Foram desactivadas, ao longo do ano, 5 camas na Medicina III COVID cumprindo o plano de contingência COVID-19.

Tabela 10 - Evolução do Internamento (internamentos superiores a 24 horas)

	2019	2020	2021	$\Delta$ 21/20	21/20(%)
Lotação	413	449	444	-5	-1,11%
Doentes saídos*	14 680	12 208	14 177	1 969	16,13%
Óbitos	676	709	743	34	4,80%
Dias de internamento**	105 581	91 655	102 957	11 302	12,33%
Demora média	7,2	7,5	7,3	-0,2	-3,27%
% de ocupação	70,39%	61,83%	63,53%	1,70%	2,76%

\*Doentes saídos com Internamentos superiores a 24 horas

\*\*Dias de internamento inclui apenas internamentos superiores a 24 horas

Gráfico 7 -Evolução Mensal doentes internados



### III.6. Actividade Cirúrgica

#### Plano CIRURGE

O CIRURGE é um programa de recuperação de lista de inscritos para cirurgia, tendo sido criado pelo Despacho n.º 2762/2017 de 14 de Novembro de 2017 com o objectivo de dotar os Hospitais do Serviço Regional de Saúde de uma ferramenta de gestão que lhes permitisse gerir, de forma mais eficaz, a Lista de Inscritos para Cirurgia. Este instrumento, para além de funcionar em consonância com o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia, tem como fim a optimização dos tempos cirúrgicos e intensificação dos programas de produção acrescida cirúrgica.

Considerando a necessidade de recuperar a actividade assistencial não realizada ou adiada pela pandemia do vírus SARS-CoV-2, no ano de 2021 foram introduzidas, excepcionalmente, duas alterações à legislação em vigor relativa ao plano CIRURGE. Uma das alterações foi efectuada pelo Despacho n.º 1436/2021 de 6 de Julho de 2021, que determinou a remuneração, aos profissionais de saúde, da produção acrescida cirúrgica, a 70% do total facturável. Outra alteração implementada foi por via do Despacho n.º 2390/2021 de 13 de Outubro de 2021, que alterou o tempo de espera limite para a realização das cirurgias em contexto CIRURGE, ou seja, foi permitida a realização de cirurgias, em produção acrescida, de especialidades com utentes inscritos para

*Handwritten signature and initials in blue ink.*  
cirurgia há mais de 270 dias. Por estes factos, em 2021 foi proposto um plano CIRURGE extraordinário ao já inicialmente aprovado.

No gráfico 8 podemos constatar, no ano 2021, o incremento exponencial da produção cirúrgica, com mais 1251 cirurgias realizadas do que em 2020.

Gráfico 8 - Evolução Aplicação Plano CIRURGE



### Bloco Operatório

A actividade do Bloco Operatório registou um aumento superior a 60% (3.399) relativamente a 2020. Para este aumento contribuíram diversos factores, designadamente a rentabilização da capacidade instalada, a melhoria contínua no agendamento de movimentos operatórios, os programas de produção adicional, a contratação de profissionais de saúde em áreas carenciadas e o recurso a prestadores externos especializados. A conjugação destas variáveis permitiu ao HDES atingir um aumento de 7,81% relativamente a 2019, ano anterior à crise pandémica.

É ainda de salientar que, em 2021, foram realizadas mais de 9.000 cirurgias.

Tabela 11 - Evolução do movimento do Bloco Operatório - intervenções cirúrgicas

Especialidades	2019	2020	2021	Δ 21/ 20	21/20(%)
Cirurgia Geral	2 162	1 389	1 995	606	43,63%
Cirurgia Maxilo-Facial	238	122	262	140	114,75%
Cirurgia Pediátrica	55	66	72	6	9,09%
Cirurgia Plástica	491	317	491	174	54,89%
Cirurgia Vascular	560	417	567	150	35,97%
Estomátologia	39	17	119	102	600,00%
Ginecologia	521	349	546	197	56,45%
Neurocirurgia	187	137	243	106	77,37%
Obstetrícia	639	636	732	96	15,09%
Oftalmologia	1 287	705	1 674	969	137,45%
Ortopedia	1 019	792	1 076	284	35,86%
Otorrinolaringologia	677	392	894	502	128,06%
Urologia	439	278	303	25	8,99%
Outras*	119	77	118	42	55,26%
<b>Total</b>	<b>8 433</b>	<b>5 693</b>	<b>9 092</b>	<b>3 399</b>	<b>59,70%</b>

\* Anestesiologia; Cirurgia Pediátrica; Gastreenterologia; Pneumologia; Reumatologia

Analisando a Tabela 11, ressalta que as especialidades de Oftalmologia, Cirurgia Geral, Otorrinolaringologia e Ortopedia foram as que apresentaram maior aumento, representando 62% do movimento do Bloco Operatório.

Na Tabela 12 apresenta-se a actividade cirúrgica detalhando os movimentos relativos à actividade programada vs. actividade urgente, considerando as cirurgias em ambulatório e em internamento.

Analisando a actividade de 2021, verifica-se que a actividade programada representa cerca de 76% do total de cirurgias (sendo 46,93% referente à cirurgia programada em ambulatório) e 24% de actividade urgente, maioritariamente em internamento.

Tabela 12 - Comparação movimento do Bloco Operatório 2021

	Programado				Urgente			Total
	Amb.	%	Inter.	Sub-total	Amb.	Inter.	Sub-total	
Cirurgia Geral	512	37,43%	856	1 368	1	626	627	1 995
Cirurgia Maxilo-Facial	196	76,86%	59	255	0	7	7	262
Cirurgia Pediátrica	32	48,48%	34	66	0	6	6	72
Cirurgia Plástica	257	64,41%	142	399	0	92	92	491
Cirurgia Vascular	29	5,99%	455	484	3	80	83	567
Estomatologia	75	64,10%	42	117	0	2	2	119
Ginecologia	148	29,37%	356	504	0	42	42	546
Neurocirurgia	2	1,10%	179	181	0	62	62	243
Obstetrícia	0	0	0	0	3	729	732	732
Oftalmologia	1608	96,23%	63	1 671	0	3	3	1 674
Ortopedia	165	24,48%	509	674	0	402	402	1 076
Otorrinolaringologia	182	21,26%	674	856	0	38	38	894
Urologia	17	7,36%	214	231	0	72	72	303
Outras*	1	1,56%	63	64	1	53	54	118
<b>Total</b>	<b>3 224</b>	<b>46,93%</b>	<b>3 646</b>	<b>6 870</b>	<b>8</b>	<b>2 214</b>	<b>2 222</b>	<b>9 092</b>

\* Anestesiologia; Cirurgia Pediátrica, Gastrenterologia; Pneumologia e Reumatologia

A actividade cirúrgica programada apresenta um aumento em cerca de 86% comparativamente a 2020, sendo as especialidades de Oftalmologia, Cirurgia Geral e Otorrinolaringologia as que apresentam maior aumento no número de cirurgias programadas, totalizando 57% das cirurgias.

### III.7. Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC)

A lista de espera cirúrgica contabiliza 10.889 utentes, representando uma diminuição de 10,6%, conforme se pode verificar na Tabela 13.

Tabela 13 - Lista de inscritos para cirurgia a 31/12/2021

	2019	2020	2021	Δ 21/20	21/20(%)
Cirurgia Geral	2 134	2 514	2 866	352	14,00%
Cirurgia Maxilo Facial	206	196	215	19	9,69%
Cirurgia Pediátrica	143	144	73	-71	-49,31%
Cirurgia Plástica	842	882	720	-162	-18,37%
Cirurgia Vasculár	826	801	73	-71	-49,31%
Estomatologia	15	31	23	-8	-25,81%
Ginecologia	436	526	717	-84	-10,49%
Neurocirurgia	365	396	243	-153	-38,64%
Oftalmologia	2 874	3 274	2 594	-680	-20,77%
Ortopedia	1 176	1 319	1 370	51	3,87%
Otorrinolaringologia	1 477	1 594	1 110	-484	-30,36%
Cirurgia Cardiotorácica	10	9	4	-5	-55,56%
Urologia	475	497	450	-47	-9,46%
<b>Total</b>	<b>10 979</b>	<b>12 183</b>	<b>10 889</b>	<b>-1 294</b>	<b>-10,62%</b>

Dos 10.889 utentes inscritos a 31 de Dezembro de 2021, 2.541 referem-se a pequenas cirurgias, 2.724 a cirurgias ambulatório e 5.624 cirurgias bloco central, sendo as especialidades de Cirurgia Geral, Oftalmologia, Ortopedia e Otorrinolaringologia as que apresentam maior número de inscritos, conforme se pode visualizar na Tabela 14.

Em termos de procedimentos administrativos e de gestão, o HDES tem aplicado estratégias com o objectivo de rentabilizar os tempos operatórios e diminuir os tempos de espera para realização cirúrgica, assegurando sempre a prioridade clínica.

Tabela 14 - Lista de inscritos para cirurgia a 31 de dezembro de 2021 (diferenciando a área cirúrgica)

	Bloco Central	Ambulatório	Pequena Cirurgia	Total
Cirurgia Geral	1 246	543	1 077	2 866
Cirurgia Maxilo Facial	51	12	152	215
Cirurgia Pediátrica	31	41	1	73
Cirurgia Plástica	361	104	255	720
Cirurgia Vasculár	701	0	16	717
Estomatologia	20	0	3	23
Ginecologia	371	112	21	504

*Tabela 14 - Lista de inscritos para cirurgia a 31 de dezembro de 2021 (diferenciando a área cirúrgica) (continuação)*

	<b>Bloco Central</b>	<b>Ambulatório</b>	<b>Pequena Cirurgia</b>	<b>Total</b>
<b>Neurocirurgia</b>	243	0	0	243
<b>Oftalmologia</b>	225	1 478	891	2 594
<b>Ortopedia</b>	988	349	33	1 370
<b>Otorrinolaringologia</b>	1 049	34	27	1 110
<b>Cirurgia Cardiorácica</b>	4	0	0	4
<b>Urologia</b>	334	51	65	450
<b>Total</b>	<b>5 624</b>	<b>2 724</b>	<b>2 541</b>	<b>10 889</b>

### III.8. Saúde Materno-Infantil

#### Procriação Medicamente Assistida (PMA)

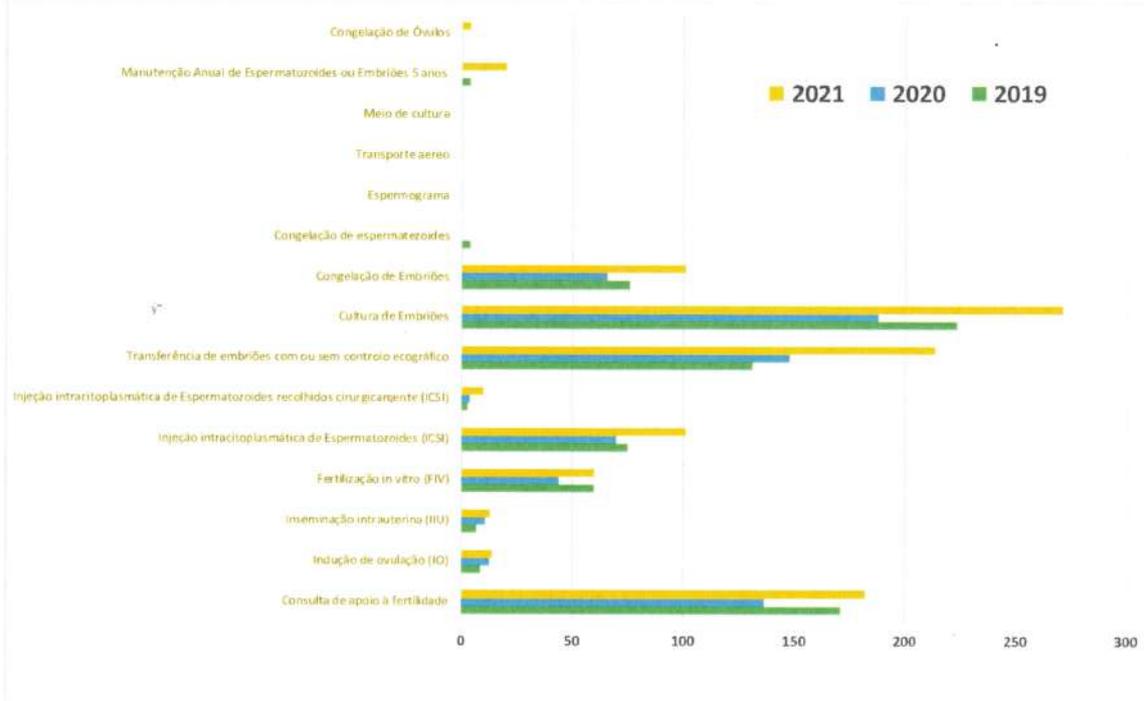
A PMA constitui-se como um conjunto de técnicas e tratamentos médicos destinados a favorecer a gravidez em caso de problemas de fertilidade masculina, feminina ou ambas.

Esta diferenciação técnica é prestada no HDES através da convenção com a Clínica “MekaCenter” no âmbito da Portaria n.º 51/2014 de 30 de Julho de 2014, mais tarde actualizada pelo Despacho n.º 312/2015 de 4 de Fevereiro de 2015, onde se estabelece a tabela de valores convencionados para prestação de cuidados também em matéria de Procriação Medicamente Assistida.

O Gráfico 9 detalha os tratamentos realizados no último triénio.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Gráfico 9 -Evolução tratamentos de PMA realizados no último triénio



O gráfico 10 apresenta a evolução dos valores alocados aos tratamentos de PMA no último triénio. No ano de 2021, verifica-se um crescimento de 47% em relação ao ano de 2020.

Gráfico 10 -Evolução valores tratamentos de PMA realizados no último triénio



*MA*  
*M*  
Bloco de Partos

No que concerne a actividade do Bloco de Partos registaram-se, ao longo do ano de 2021, menos 34 nascimentos do que no ano anterior, mantendo-se a tendência de redução gradual de nascimentos.

Em 2021 verifica-se aumento do número de cesarianas (74), representando 46% do total de partos (tabela 15).

Tabela 15 - Evolução do movimento do Bloco de Partos

Tipo de Partos	2019	%	2020	%	2021	%	21/20	Δ 21/20%
<b>Eutócicos</b>	602	44,79%	585	44,72%	493	38,70%	-92	-15,73%
<b>Distócicos</b>								
Fórceps	18	1,34%	28	2,14%	12	0,94%	-16	-57,14%
Ventosas	218	16,22%	189	14,45%	189	14,84%	0	0,00%
Cesarianas	506	37,65%	506	38,69%	580	45,53%	74	14,62%
Subtotal	742	55,21%	723	55,28%	781	61,30%	58	8,02%
<b>Total</b>	<b>1 344</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 308</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 274</b>	<b>100,00%</b>	<b>-34</b>	<b>-2,60%</b>

Na Tabela 16 podemos verificar uma redução de 45% no número de interrupções voluntárias da gravidez, em razão da transferência deste procedimento para uma entidade exterior.

Tabela 16 - Interrupção voluntária da gravidez

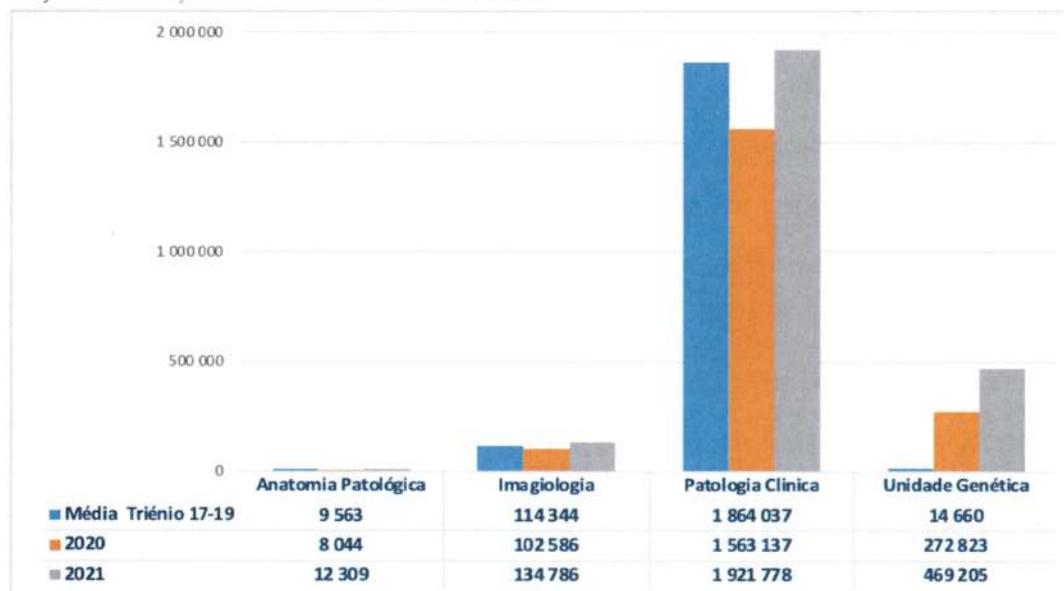
	2019	2020	2021	Δ 21/20	21/20%
Número de IG Cirúrgica em Ambulatório	7	14	23	9	64,29%
Número de IG Medicamentosa em Ambulatório	124	121	51	-70	-57,85%
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>135</b>	<b>74</b>	<b>-61</b>	<b>-45,18%</b>

### III.9. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)

Para responder às solicitações de diagnóstico e tratamento dos utentes que recorrem ao HDES, foram realizados, em 2021, 3 milhões de meios complementares de diagnóstico.

Como se pode verificar no Gráfico 11, há uma diminuição do número de MCDT realizados em 2020. Em 2021, devido à produção programada, apesar do contexto pandémico não ter diminuído, há um aumento no número de MCDT realizados nas 4 principais áreas de análises e exames.

Gráfico 11 -Evolução MCDT realizados no último triénio



O HDES recorre em alguns casos à aquisição de MCDT ao exterior, nomeadamente, na área da Medicina Nuclear, e de acordo com o estipulado para a convenção aprovada pelo Despacho n.º 552/2015 de 11 de Março de 2015.

Assim, em 2021 e conforme é possível observar na tabela infra, foram enviados 648 utentes para unidades exteriores para a realização de MCDT.

Handwritten notes: A 19. and a blue checkmark.

HOSPITAIS /CLÍNICAS DESTINO 2021	TOTAL DOENTES	TIPOS EXAMES
Centro Caselas	47	RNM
Hospital Internacional Dos Açores	15	RNM
HSEIT	33	RNM
Cuf Unilabs Porto	17	PET
CENTRO ONCOLÓGICO DR.ª NATÁLIA CHAVES	204	PET
Cuf Descobertas	10	PET
Cuf Infante Santo (Gamma Knife)	5	RADIOCIRURGIA
Fundação Champalimaud	10	PET
Hospital Da Luz Arrábida	16	RNM CARDÍACA
Isopor	291	VÁRIOS
<b>TOTAL</b>	<b>648</b>	

### III.10. Radioncologia

O HDES, além de dar resposta aos doentes da sua área de influência directa, continua a assegurar a orientação de doentes provenientes de outras ilhas para tratamento de radioterapia.

Por Despacho da Secretaria Regional da Saúde n.º 332/2015, datado de 05/02/2015, foi celebrada a convenção para a prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde na área da Radioterapia.

O HDES conta com a prestação de serviços de uma entidade externa - a Quadrantes Açores - tendo, em 2021, sido realizados 2149 tratamentos simples, 2895 tratamentos complexos e 37 procedimentos de braquiterapia intracavitária, conforme explanados nos seguintes gráficos.

Ao longo do ano de 2021, apesar das medidas excepcionais de protecção à COVID-19, os tratamentos de radioterapia para doentes oncológicos decorreram sem complicações, tendo-se verificado um aumento de 901 procedimentos terapêuticos comparativamente ao ano de 2020. Destes, releva-se uma diferença mais expressiva para os tratamentos simples, que contribuíram para cerca de 71% (n=642) deste aumento de serviços.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Reflectindo esta diferença, de um total de 1 142 330,00€ relativo aos custos associados a estes serviços contratualizados em 2021, observou-se um incremento de 154 645,00€ comparativamente a 2020.

Gráfico 12 - Evolução do número de tratamentos 2020-2021

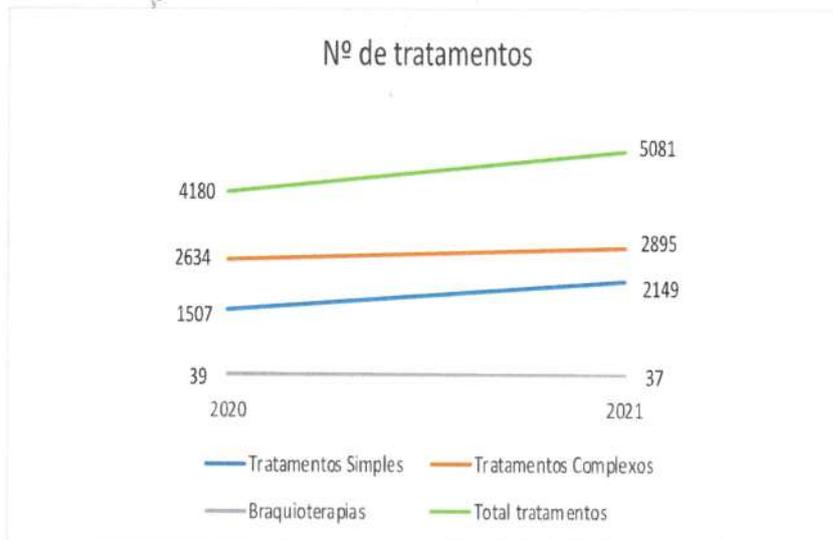
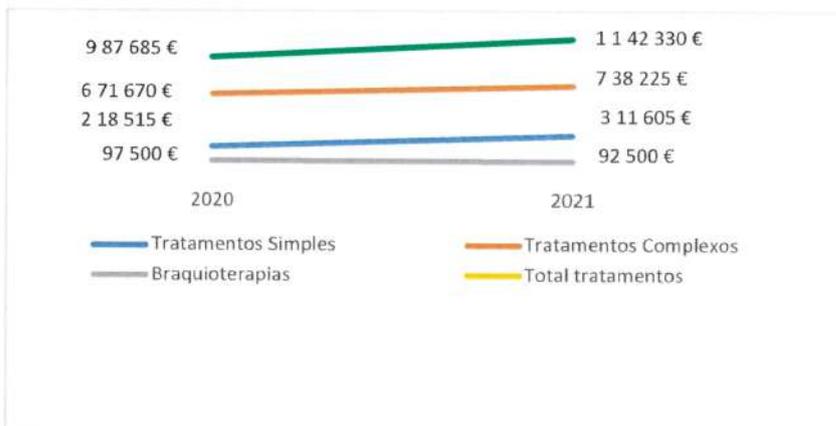


Gráfico 13 - Evolução Valores Tratamentos



### III.11. Pandemia SARS-cov-2 (COVID-19)

As organizações devem reforçar o seu papel primordial na protecção dos trabalhadores ao nível da saúde e segurança, e dos utentes do Serviço Regional de Saúde (SRS). Por isto, o Conselho de Administração do HDES, EPER determinou, a 4 de Fevereiro de 2021, a criação da “Comissão de Emergência para a Pandemia da COVID-19”, equipa

*(Handwritten signature and initials)*

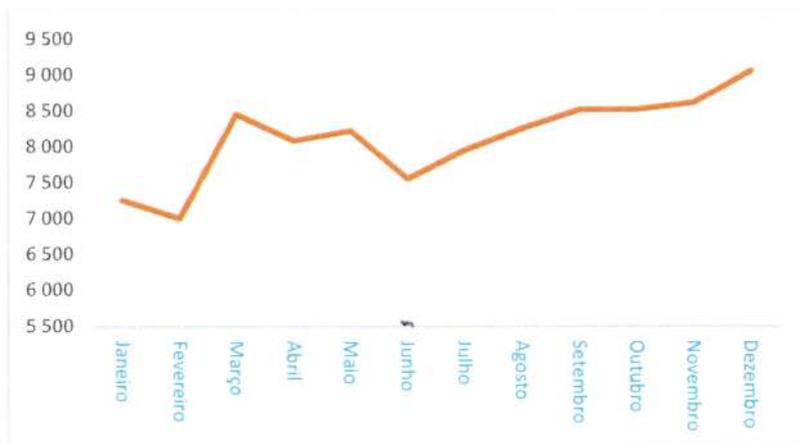
multidisciplinar vocacionada para a monitorização e tomada de medidas preventivas, e de investigação epidemiológica. Esta Comissão teve o apoio permanente da Unidade de Epidemiologia, Controlo de Infecção, Investigação e Informação para a Saúde (UEC3is).  
Cumpre realçar que o custo com esta Comissão foi nulo.

## MEDIDAS PREVENTIVAS

Algumas das medidas preventivas adoptadas foram:

- >> Uniformização do uso de máscara FFP2/KN95 no HDES.
- >> Auditoria COVID-19 no HDES (3, 4 e 5 de Março)
- >> Implementação de medidas correctivas no acesso ao HDES, circuitos, lotação nas áreas de espera dos utentes/área de refeição, sinalética, arejamento de espaços, política de fumo, reforço de higienização material e circuito dos sujeitos.
- >> Elaboração de Manual de procedimentos
- >> Gestão criteriosa das enfermarias e respectivas vagas de internamento (incluindo períodos transitórios de suspensão da actividade cirúrgica electiva)
- >> Implementação de rigorosa detecção precoce de SARS-CoV-2 nos profissionais de saúde, utentes e visitas, de forma a minimizar o risco de propagação do vírus no interior da instituição.
- >> Administração de 5.614 vacinas COVID-19 aos funcionários do HDES (primeiras, segundas e terceiras doses).
- >> E, a partir de Outubro, de mais de 677 vacinas da gripe sazonal.

Gráfico 14 - Evolução mensal do número de testes realizados para detecção do vírus SARS-Co-V2.



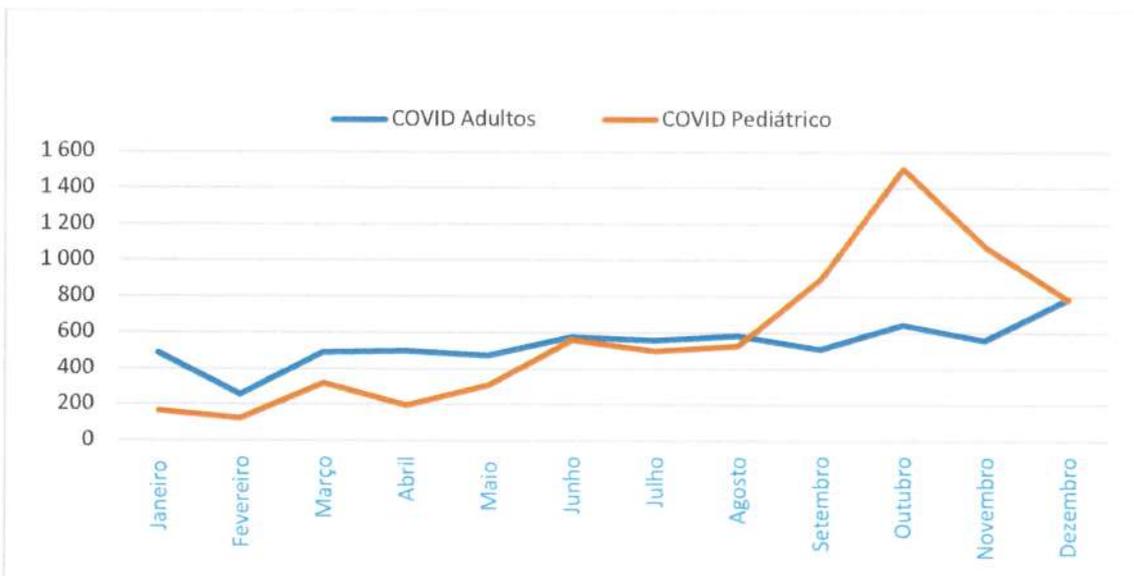
Ao longo do ano, foram realizados 97.502 testes aos funcionários, utentes e visitantes, como forma de detectar precocemente infecção SARS-CoV-2. Uma média superior a 8 mil testes por mês e que representa quase 300 testes por dia.

A Comissão Técnica realizou mais de 2.500 pareceres, uma média de 8 pareceres por dia (durante as 24 horas do dia), tendo contribuído de forma determinante para evitar o surgimento de surtos de COVID19 no HDES, EPER, no ano de 2021.

### SERVIÇO DE URGÊNCIA

Foram atendidos, no Balcão COVID-19 do Serviço de Urgência, 13.379 utentes. Uma média superior a 1100 por mês, sendo que 66% dos atendimentos foram realizados no 2.º semestre. A partir de setembro, a média mensal elevou-se para cerca de 1.500 por mês.

Gráfico 15 - Suspeita de COVID-19 na Urgência



### INTERNAMENTO

Ao longo do ano, foram internados 250 utentes nas enfermarias COVID-19. Em Setembro/Outubro verificou-se um pico pandémico com o aumento da COVID-19 na idade pediátrica (Gráfico 16 e Tabela 17).

*Handwritten notes and signatures in blue ink at the top left of the page.*

Gráfico 16 - Evolução mensal de doentes internados em enfermarias COVID-19

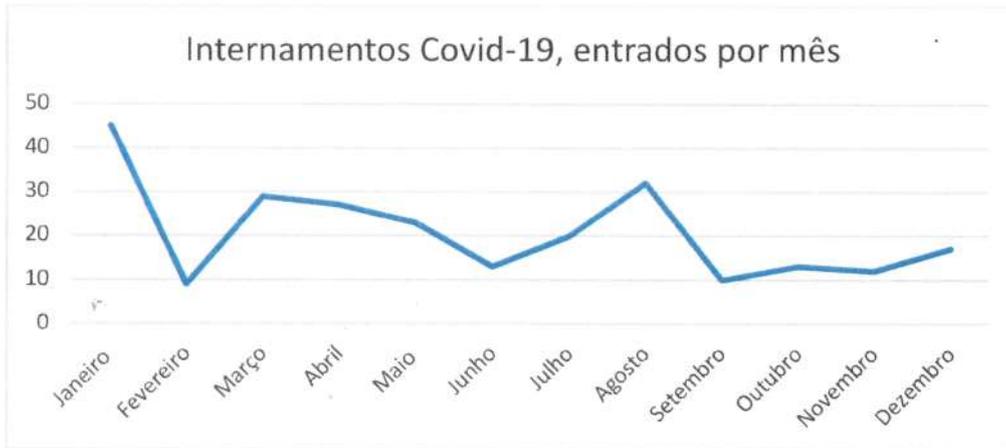
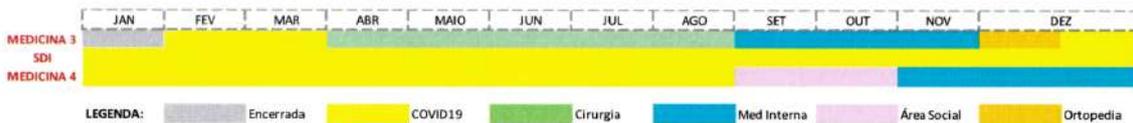


Tabela 17 - A pandemia no dia-a-dia do HDES 2021

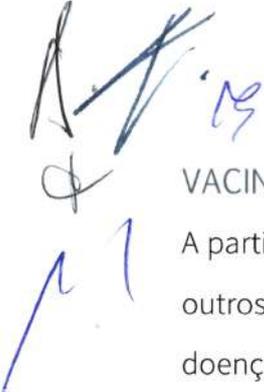
A Pandemia no dia-a-dia do HDES - 2021								
Serviço de Urgência - Triagem Covid							Internamento Covid	Testagem COVID
Meses	COVID Adultos		COVID Pediátrico		Covid Total		Entradas	Utentes/Visitantes
	Entradas	Internamento SU	Entradas	Internamento SU	Entradas	Internamento SU		
Janeiro	488	185	168	4	656	189	45	7 256
Fevereiro	254	111	123	2	377	113	9	7 000
Março	491	149	317	5	808	154	29	8 459
Abril	498	149	196	6	694	155	27	8 089
Mai	475	133	307	12	782	145	23	8 217
Junho	577	117	559	13	1 136	130	13	7 554
Julho	559	110	498	11	1 057	121	20	7 953
Agosto	583	123	526	13	1 109	136	32	8 253
Setembro	509	95	900	17	1 409	112	10	8 521
Outubro	643	118	1 506	33	2 149	151	13	8 523
Novembro	559	95	1 077	23	1 636	118	12	8 618
Dezembro	785	116	781	20	1 566	136	17	9 059
<b>TOTAL</b>	<b>6 421</b>	<b>1 501</b>	<b>6 958</b>	<b>159</b>	<b>13 379</b>	<b>1 660</b>	<b>250</b>	<b>97 502</b>

A gestão das enfermarias COVID-19 foi otimizada - foi utilizada a metodologia “em fole”, que permitiu assegurar e aumentar a produção assistencial médica e cirúrgica (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Evolução “em fole” das diferentes enfermarias COVID-19 no ano 2021



Para além da sua acção protectora, o HDES pretendeu ser um exemplo sobre a seriedade com que a pandemia devia ser encarada, tornando os seus procedimentos uma referência junto da sociedade local, começando pelos utentes, a quem foram sempre dispensados os melhores métodos de segurança.



## VACINAÇÃO

A partir de 8 de Maio de 2021, iniciámos a vacinação de utentes com comorbilidades e outros factores de risco, nomeadamente utentes acompanhados em consulta com doenças hematológicas, oncológicas, endócrinas/metabólicas, renais, pneumológicas, entre outras. Importa realçar que a maior parte dos doentes com COVID-19 internados tem mais de 50 anos de idade e, pelo menos, uma comorbilidade, nomeadamente hipertensão arterial, diabetes, doença cardiovascular, doença pulmonar obstrutiva crónica, doença renal crónica, doença oncológica e doença hepática crónica.

Foram vacinados em 5 datas exclusivamente dedicadas a este efeito, correspondendo a 2255 inoculações. O objectivo de avançarmos com a vacinação de utentes no HDES nestas datas específicas foi o de, sem comprometer a actividade assistencial regular, complementar o enorme esforço que estava a ser efectuado a nível regional para vacinar o maior número de pessoas, no menor tempo possível.

## CASA ABERTA

Em Dezembro de 2021, o HDES iniciou a testagem a SARS-COV-2 na “Casa Aberta do HDES”, um esforço extra dos trabalhadores do HDES, na importantíssima tarefa de ajudar a testagem ao SARS-COV-2 junto da população. Foram assim interrompidas cadeias de contágio durante o pico pandémico.



## IV. ÁREAS DE APOIO E SUPORTE À PRODUÇÃO CLÍNICA

### IV.1. Unidade de Epidemiologia, Controlo de Infecção, Investigação e Informação para a Saúde (UEC3IS)

Criada pelo presente Conselho de Administração, a Unidade de Epidemiologia, Controlo de Infecção, Investigação e Informação para a Saúde (UEC3IS) está integrada no Serviço de Saúde Ocupacional, dispondo de autonomia técnica e científica.

A sua actividade concorre para melhorar os cuidados de saúde hospitalares, a monitorização e vigilância epidemiológica, bem como fomentar e apoiar a formação pré e pós-graduada e a investigação desenvolvida naquelas áreas, promovendo a produção, utilização, e gestão de novos conhecimentos, através da produção, registo, acesso, análise interpretação e divulgação de informação.

Todos os dados utilizados pelo UEC3IS foram retirados pelo Serviço de Informação para a Gestão e são os dados mais atualizados que o HDES possui, através da plataforma MySig.

Foram criados relatórios internos sobre as mais variadas áreas clínicas do HDES, passando a optar-se pela comparação mensal a 13 meses e anual a 5 anos, o que permite uma ideia muito mais concreta sobre o posicionamento do hospital, nomeadamente ao nível do movimento assistencial.

A maior profundidade e capacidade de análise permitiram detectar que os dados sobre MCDT apareciam englobados nos dados das consultas (prática corrente, passando agora a estar totalmente desagregados).

A 12 de Abril foi lançada a primeira Newsletter #Somos HDES com periodicidade semanal, com o espírito de unir todos os funcionários em torno de um processo editorial comum, enaltecendo as pequenas vitórias conseguidas e ao mesmo tempo divulgando informações, alertas e indicadores da atividade do hospital, partindo do princípio que a comunicação interna é uma peça fundamental da actuação em epidemiologia. A Newsletter também permitiu uma apresentação mais sistematizada aos OCS, o que é salutar, tendo em conta o propósito de abrir o hospital o mais possível à sociedade.

A situação ao nível da informática no HDES impediu que fossem desenvolvidos novos processos de ligação entre o hospital e a sociedade que serve, com vista a aumentar a interatividade e a informação mútua, papel primordial da UEC3IS.

Foram realizados estudos sobre a prevalência de comorbilidades nos utentes internados por COVID, sendo mesmo criado um quadro dinâmico.

Para a CTCOVID19 foram realizadas tabelas diárias de acompanhamento da pandemia, ao nível de vários indicadores, o que permitiu que fosse implementado o novo procedimento da CDC de medidas de alerta apenas alguns dias depois de ser lançado a nível mundial.

## IV.2. Serviço de Aprovisionamento

### Enquadramento

O ano de 2021, apesar de condicionado pela pandemia COVID-19, foi de retoma e recuperação da actividade assistencial no HDES.

É de destacar que o mercado internacional se manteve fortemente pressionado pela procura de equipamentos de protecção individual (EPI) e de dispositivos e materiais laboratoriais para detecção do coronavírus SARS-CoV-2.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Assistiu-se ainda a uma subida generalizada de preços, reflectindo, por um lado, o aumento dos combustíveis e, por outro lado, a carência de matérias-primas e produtos transformados suscitada pela suspensão das actividades no sector industrial e pelas dificuldades na área dos transportes.

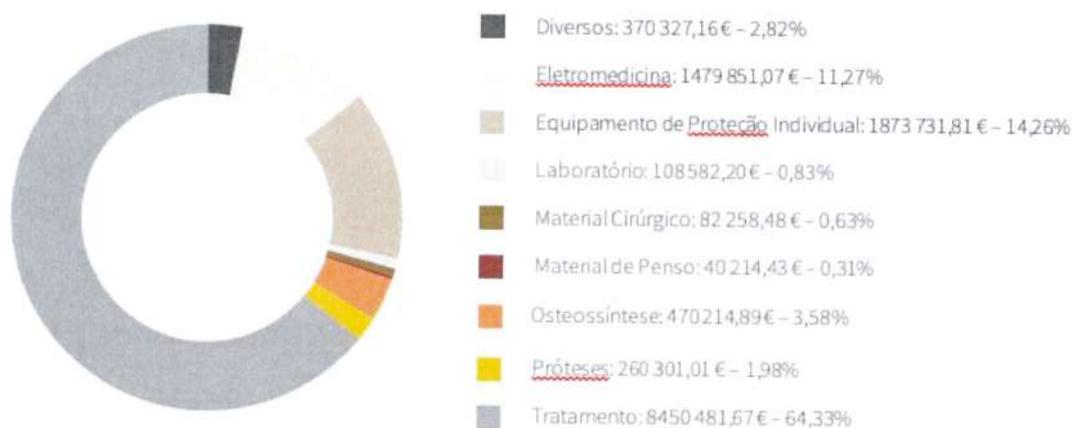
### Distribuição de produtos

Em 2021, o Serviço de Aprovisionamento distribuiu 19.901.468 unidades de equipamento e material diverso, equivalente a 13.135.962,72 €. Destacam-se os produtos e equipamentos directamente associados à prestação de cuidados (tratamento), que constituem mais de 60% do total, tanto em quantidade, como em valor, e que mais do que triplicaram face ao ano anterior (260% em quantidade e 265% em valor).

### Produtos distribuídos em valor

Os produtos e equipamentos distribuídos representam uma diminuição de 7,3% em quantidade e, uma quebra de 1,6% em valor, relativamente a 2020, indiciando os impactos positivos dos esforços de optimização dos consumos.

Gráfico 18 - Produtos distribuídos em valor em 2021



Apenas 9% dos produtos e equipamentos destinados aos laboratórios do HDES (em quantidade) disseram respeito ao diagnóstico da COVID-19, o que aponta, mais uma vez, para o aumento da actividade assistencial não relacionada com a Pandemia.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circled 'A' and other scribbles.

Tabela 18 - Produtos distribuídos aos laboratórios - em quantidade

Produtos Distribuídos	Quantidade	%
Laboratório COVID-19	149 304	9,00%
Laboratório	1 508 328	91,00%
<b>Total</b>	<b>1 657 632</b>	

Na área das próteses, salienta-se a área da Ortopedia, que correspondeu a 36% dos produtos e equipamentos distribuídos, em quantidade.

#### Procedimentos de contratação pública

Em 2021, o Serviço de Aprovisionamento desenvolveu 126 procedimentos de contratação pública, mais 48% do que em 2020.

A maior parte dos procedimentos desenvolvidos em 2021 (35 procedimentos) insere-se no âmbito da Contratação Excluída, isto é, corresponde à prestação de serviços médicos, à qual não é aplicável a Parte II do Código dos Contratos Públicos (artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redacção actual).

Tabela 19 - Procedimentos desenvolvidos em 2021 e variação relativamente a 2020

Procedimentos	N.º de Procedimentos 2020	N.º de Procedimentos 2021	Δ %
Ajustes Directos - Critério Material	24	34	42%
Ajustes Directos ao abrigo de Acordos Quadro	2	3	50%
Ajustes Directos com Consulta Prévia (≥ € 20.000,00 € Λ ≤ € 75.000,00 €)	38	9	-76%
Concursos Públicos	8	20	150%
Contratação Excluída	-	35	-
Contratos de Manutenção	13	23	77%
Contratos Excluídos (Arrendamento Imóveis)	-	2	-
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>126</b>	<b>48%</b>

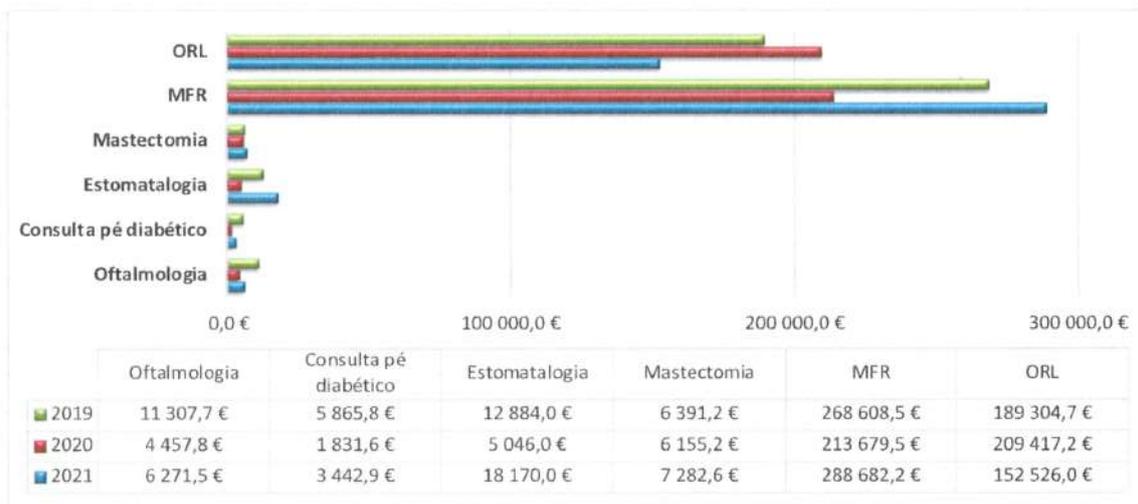


## Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA)

O Serviço de Aprovisionamento desenvolveu 514 processos de aquisição de produtos de apoio, no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio na Região Autónoma dos Açores (SAPA-RAA), em 2021, no valor global de 476.864,68 €.

A maioria dos produtos de apoio adquiridos em 2021 (162) insere-se no âmbito da Otorrinolaringologia, próteses auditivas e acessórios para implantes cocleares, conforme Gráfico 19.

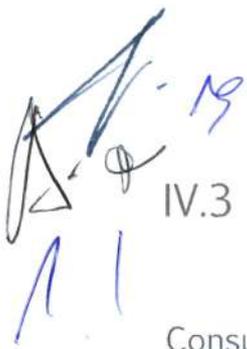
Gráfico 19 - Evolução dos valores SAPA no último triénio



Estes valores representam um aumento de 8,2% em quantidade e de 17,9% em valor, relativamente ao ano anterior, justificado pela retoma e recuperação da actividade assistencial no HDES.

Os indicadores relativos à actividade desenvolvida em 2021 atestam o esforço de retoma e recuperação da actividade assistencial protagonizado pelo HDES.

O aumento da actividade assistencial, correspondeu a um crescimento para quatro vezes mais dos produtos distribuídos directamente associados à prestação de cuidados (tratamento), um reforço de 48% dos procedimentos de contratação pública e uma evolução de 8,2% dos produtos de apoio distribuídos aos utentes do HDES.



### IV.3 Serviços Farmacêuticos

#### Consumo de medicamentos e outros produtos farmacêuticos

O crescimento dos custos e outros produtos farmacêuticos (5,54%) em 2021 face ao ano anterior deveu-se, essencialmente, ao aumento da actividade clínica.

Na área da Oncologia, registou-se um aumento de cerca de 993.618 €, correspondendo a um aumento de cerca de 21,2 %, relativamente a 2020. Estes valores estão alinhados com o aumento de doentes em tratamento com a imunoterapia em primeira linha, nomeadamente no carcinoma do pulmão.

Na área das Doenças Raras, registou-se um aumento de 304.028 €, correspondendo a um aumento de cerca de 9,5 %, relativamente a 2020. Este aumento deve-se principalmente aos doentes com Fibrose Quística, que iniciaram tratamento em 2021, na sequência das aprovações do INFARMED de terapêuticas inovadoras.

Na área do “Tratamento de Feridas”, registou-se um aumento de cerca de 83.934 € correspondendo a um aumento de cerca de 30,9 %, relativamente a 2020. Este aumento reflecte o aumento do movimento assistencial que se verificou nos centros de custo “Bloco Operatório”, “Urgência” e “Internamento” do HDES no ano 2021.

Em contrapartida, na área da Hematologia Oncológica, verificou-se uma redução dos custos em 280.636,41 € (-11,17%) face ao ano de 2020, devido à passagem do medicamento daratumumab 20mg/ml IV, usado no tratamento do mieloma múltiplo, para a apresentação subcutânea (SC) com dose fixa, reduzindo significativamente o consumo do número de ampolas IV (intravenosas, calculadas em função do peso do doente). Também contribuiu para este decréscimo o fato de ter havido menos doentes sob a terapêutica rituximab IV e rituximab SC.

Tabela 20 - Evolução de Consumos por Áreas

Centros de Custo	2020		2021		Δ 2021/ 2020	%
	Valores	%	Valores	%		
B. Operatório/ Urgência/ Internamento	3 262 185,34 €	13,71%	3 632 828,63 €	14,47%	370 643,29 €	11,36%
Hospital de Dia de Oncologia/ Hematologia Oncológica	7 703 257,93 €	32,38%	8 377 188,38 €	33,37%	673 930,45 €	8,75%
Ambulatório	9 721 196,38 €	40,86%	9 853 893,49 €	39,25%	132 697,11 €	1,37%
Venda Medicamentos na UVP	15 170,79 €	0,06%	- €	0,00%	-15 170,79 €	-100,00%
Outros Hospitais Dia / Serviços sem Internamento	3 087 532,71 €	12,98%	3 243 119,13 €	12,92%	155 586,42 €	5,04%
<b>Total*</b>	<b>23 789 343,15 €</b>		<b>25 107 029,63 €</b>		<b>1 317 686,48 €</b>	<b>5,54%</b>

Tabela 21 - Evolução de consumos por Grupo Farmacoterapêutico/ Patologia

Patologia	Valores 2020	Valores 2021	Δ 2021/ 2020	%
Oncologia	4 684 982,39 €	5 678 600,73 €	993 618,34 €	21,21%
Doenças Raras	3 189 707,79 €	3 493 736,22 €	304 028,43 €	9,53%
Outros	2 573 788,49 €	2 802 373,85 €	228 585,36 €	8,88%
Hematologia Oncológica	2 512 452,43 €	2 231 816,02 €	- 280 636,41 €	-11,17%
Medicamentos Biológicos Reumatologia, Dermatologia, Gastroenterologia	2 068 998,01 €	2 103 297,83 €	34 299,82 €	1,66%
Hemofilia	1 710 707,07 €	1 630 675,24 €	- 80 031,83 €	-4,68%
Terapêutica VIH	880 385,69 €	924 038,91 €	43 653,22 €	4,96%
Anti-infecciosos	786 839,03 €	723 163,51 €	- 63 675,52 €	-8,09%
Antipsicóticos	648 025,02 €	718 089,09 €	70 064,07 €	10,81%
Esclerose Múltipla	651 257,74 €	680 859,93 €	29 602,19 €	4,55%
Medicamentos Biológicos Pneumologia, Imunoalergologia	539 443,21 €	611 148,37 €	71 705,16 €	13,29%
Correctivos volémia	396 396,48 €	430 097,89 €	33 701,41 €	8,50%
Tratamento de Feridas	271 479,05 €	355 413,19 €	83 934,14 €	30,92%
Estimulantes Hematopoiese	346 921,20 €	311 257,17 €	- 35 664,03 €	-10,28%
Terapêutica Hepatite C	355 033,37 €	304 939,36 €	- 50 094,01 €	-14,11%
Hormona Crescimento	326 430,77 €	304 081,24 €	- 22 349,53 €	-6,85%
Derivados do Plasma Humano	301 448,63 €	302 737,78 €	1 289,15 €	0,43%
Outros Medicamentos Biológicos	276 699,51 €	297 984,20 €	21 284,69 €	7,69%
Transplantados	262 977,37 €	246 257,46 €	- 16 719,91 €	-6,36%
Anticoagulantes Antitrombóticos	233 003,93 €	225 635,58 €	- 7 368,35 €	-3,16%
Hipertensão Pulmonar	209 668,14 €	217 143,11 €	7 474,97 €	3,57%
Acromegália	146 295,09 €	170 252,42 €	23 957,33 €	16,38%
Nutrição	204 575,66 €	166 862,36 €	- 37 713,30 €	-18,43%

Tabela 21 - Evolução de consumos por Grupo Farmacoterapêutico/ Patologia (continuação)

Patologia	Valores 2020	Valores 2021	Δ 2021/ 2020	%
Anti-hemorrágicos	106 978,30 €	112 601,01 €	5 622,71 €	5,26%
Estupefacientes	104 848,78 €	68 672,18 €	-36 176,60 €	-34,50%
<b>Total</b>	<b>23 789 343,15 €</b>	<b>25 111 734,65 €</b>	<b>1 322 391,50 €</b>	<b>5,56%</b>

## IV.4 Serviços Hoteleiros

Na tabela 22, apresenta-se o custo referente a refeições, tratamento e lavagem de roupa e serviços de limpeza.

Tabela 22 - Refeições, Ceias, Rouparia e Limpeza 2021

Área Hoteleira	Indicadores	Período	2021
Prestação de serviços de alimentação a doentes	Nº de refeições servidas a doentes	P. Almoço	95 643
		Almoço	99 328
		Lanche	93 170
		Jantar	95 894
		1ª/2ª Ceia	125 851
Prestação de lavagem e tratamento de roupa hospitalar	Kg de Roupa Tratada	Ano	1 297 000
Prestação de serviços de higiene e limpeza	Nº de horas de limpeza executadas	Ano	167 908
		Covid-19	14 352
Prestação de serviços de fornecimento	Nº de ceias fornecidas a colaboradores	Ano	65 028

### Indicadores de Consumo do Edifício

O consumo de energia eléctrica no ano de 2021 foi de 8,04 GWh, utilizado na climatização do edifício, iluminação e abastecimento de equipamentos médicos e outros.

O consumo de água foi de 88.000 m<sup>3</sup>.

A  
15

Outro bem de consumo energético é o gás butano, cujo consumo foi de 35,930.39 kg com um custo global de €806,773.90+ IVA.

11

Ao nível das comunicações telefónicas a fatura de 2021 montou em € 29.023,75.

## V.5 Serviço de Informática

### Ataque Informático

Entre os dias 16 e 19 de Junho de 2021 ocorreu no HDES um ataque informático de elevada complexidade e dimensão.

Não foram reveladas as motivações nem pedido nenhum resgate dado o pronto isolamento do HDES da Internet. No entanto, dadas as ferramentas utilizadas pelos atacantes concluiu tratar-se de um ataque de *ransomware* que não atingiu a fase de encriptação de ficheiros, tendo, todavia, havido reconhecimento do ambiente operacional, apropriação de credenciais de acesso, comprometimento de servidores e movimentação lateral.

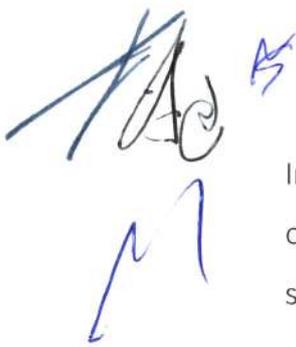
A decisão inadiável de isolar informaticamente o hospital ao nível do ciberespaço e da restante rede do Governo dos Açores foi tomada em conjunto pela Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, a Secretaria Regional da Saúde e Desporto e o Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo, com informação ao Presidente do Governo.

O prazo alongado para a resolução do incidente deveu-se ao facto de ter sido necessário recorrer a consultadoria especializada em resposta a incidentes da Microsoft (que iniciou o seu trabalho a 30 de Junho) mas, sobretudo, às insuficiências detectadas na postura de segurança do HDES e da necessidade da sua correcção. A Direcção Regional das Comunicações terminou a sua intervenção no HDES no final do mês de Outubro.



Foi adoptado o seguinte conjunto de medidas de grande envergadura e impacto para garantir maior segurança nos sistemas de informação:

- >> Modelo de gestão da administração em camadas - foi implementado este modelo, em que utilizadores com permissões de administração de uma camada não possam autenticar-se em dispositivos de quaisquer outras camadas.
- >> Políticas de actualização de software - foi instalado um servidor para controlar as actualizações dos SO Windows e definidas políticas de actualização.
- >> Aquisição de Firewall e Segmentação da rede interna - a comunicação entre as diversas redes internas é agora efectuada através de uma firewall, que permite apenas a passagem do tráfego autorizado. A firewall garante um elevado nível de segurança pela detecção e bloqueio de tráfego malicioso.
- >> Políticas de utilizador e palavra-passe - foram definidas novas políticas de palavra-passe mais seguras para os utilizadores e administradores. Está em análise a utilização de múltiplos factores de autenticação para contas com privilégios de administração.
- >> Implementação de solução local de gestão de passwords de administração - esta solução encontra-se implementada e permite acesso de administração sem a utilização de contas de domínio com permissões mais elevadas.
- >> Secure Sockets Layer (SSL) - está em fase final de implementação um mecanismo de certificação que vai permitir assinar os certificados necessários à implementação de SSL, que, por sua vez, permite a encriptação do tráfego e garante a sua autenticidade.
- >> Backups - foi revista a política de backups e vai ser lançado brevemente procedimento para aquisição de um sistema de Backups.
- >> Direcção de Sistemas de Informação e Equipa Técnica - Recrutamento e



Instalação de nova Direcção para o Serviço Informática no 1.º semestre de 2022, com reforço posterior dos quadros técnicos e contratação de prestações de serviço em regime de outsourcing para áreas deficitárias ainda em 2022.

- >> Rede wi-fi interna - foram iniciados estudos para a implementação de uma nova rede wi-fi que permita disponibilizar internet aos utentes garantindo, ao mesmo tempo, a operação dos serviços internos do HDES com total segurança e isolamento adequado dos dois tipos de utilizações. Prevê-se a entrada em funcionamento em 2022.

Ainda que possa ter havido algum impacto inicial nos processos de comunicação, isso não se veio a repercutir de forma negativa na actividade assistencial como mostram os mapas de produção do HDES, face aos períodos homólogos de anos anteriores.

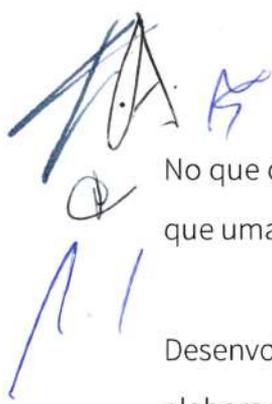
## IV.6 Protecção de Dados

### Regime Geral Protecção de Dados - RGPD

Durante o ano de 2021, o HDES deu seguimento ao projecto que visa garantir a conformidade com o Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016 e a Lei n.º 58/2019 de 8 de Agosto e que assegura a execução nacional do RGPD.

O grupo de trabalho multidisciplinar (GT RGPD) é constituído por 4 profissionais de várias áreas: um elemento do serviço do aprovisionamento, um elemento do serviço da biblioteca, um elemento do serviço de informática e a DPO do serviço da qualidade.

Em termos de pareceres técnicos, o grupo produziu 18 documentos com diversas recomendações e orientações destinadas ao Conselho de Administração e aos serviços do HDES.



No que diz respeito a reuniões de trabalho, o GT RGPD reuniu-se mensalmente mais do que uma vez conseguindo efectuar, ao todo, 24 sessões.

Desenvolveu também outras actividades durante todo o ano, nomeadamente a elaboração e a revisão de procedimentos e de políticas no âmbito da protecção de dados.

## IV.7 Saúde Ocupacional

O ano de 2021 foi marcado pela vacinação contra a COVID-19. O uso permanente da máscara FFP2/KN95 continuou a fazer parte do quotidiano e o ritmo de trabalho continuou afectado pelas restrições impostas pelas autoridades de saúde.

As actividades do Serviço de Saúde Ocupacional (SSO) tiveram como missão promover a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e a prevenção das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho no HDES, conforme preconizado na Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, alterada pelas Leis n.º 42/2012, de 28 de Agosto e n.º 3/2014, de 28 de Janeiro, Declaração de Rectificação n.º 20/2014, de 27 de Março e Decreto - Lei n.º 88/2015 de 21 de Maio.

### Medicina do Trabalho

A medicina do trabalho exerce as suas funções em regime de prestação de serviço.

Em 2021 convocaram-se 1.240 trabalhadores para exame médico e enviaram-se com as convocatórias 4.927 pedidos de exames complementares de diagnóstico (análises, Radiografias, electrocardiogramas, audiogramas, tímpanogramas e provas de esforço).

Tabela 23 - Exames médicos efectuados aos trabalhadores no ano de 2021

Exames médicos	Admissão	Periódicos	Pedido	Ocasionais			Total
				J.médica	Atestados	Acidentes	
Convocatórias	340	812	74	1	10	3	1240
Presenças	205	467	52	1	6	3	734
Faltas	43	142	4	0	1	0	190
Remarcadas	71	190	10	0	0	0	271
Telefónicos	0	0	68	0	0	0	68

## Fichas de Aptidão

Tabela 24 - Fichas de Aptidão

Apto	561
Apto Condicional	61
Inapto	1
<b>Total</b>	<b>623</b>

## Testes Serológicos

Para avaliar a imunidade adquirida pela vacinação contra a COVID-19, nos meses de Setembro, Outubro e Novembro foram requisitadas 2.100 análises para determinar os anticorpos *anti-spike* SARS-CoV-2.

## Testes de rastreio ao SARS-CoV-2

Para despiste da COVID-19 em trabalhadores assintomáticos/sintomáticos foram prescritos 6.316 testes moleculares de amplificação de ácidos nucleicos (TAAN), testes de RT-PCR, e 341 testes rápidos de amplificação de ácidos nucleicos, testes de IDNow®.

## Testes rápidos de antigénio (TRAg)

O SSO entregou aos serviços 2.021 testes rápidos de antigénio (TRAg).

## Vacinação

No mês de Janeiro iniciou-se a vacinação contra a COVID-19. Foram administradas, ao longo do ano, 5.614 vacinas (primeiras, segundas e terceiras doses). A partir do mês de Outubro vacinaram-se para a gripe sazonal os 677 trabalhadores e colaboradores

(aposentados, voluntariado, brigada de limpeza e funcionários do bar) que aderiram à campanha. De referir que, em comparação com o ano transacto, vacinaram-se menos 184 trabalhadores.

Tabela 25 - Vacina da gripe administrada por grupos profissionais

Assistentes Operacionais	Enfermeiros	Médicos	Técnicos	Assistentes Técnicos	Outros
140	168	142	98	91	38

Ao longo do ano administraram-se 62 vacinas diferenciadas (contra a hepatite B, tétano, pneumonia e outras), como é possível observar na Tabela infra. As vacinas não obrigatórias no Plano Nacional de Vacinação foram adquiridas pelos trabalhadores, administradas e registadas na ficha de vacinação do SSO e Boletim de Vacinas dos próprios.

Tabela 26 - Outras vacinas administradas aos trabalhadores e colaboradores em 2021

Vacinas	Administradas
Hepatite B	53
Tétano	3
Hepatite A	2
Prevenar®	2
Pneumovax®	2
<b>Total</b>	<b>62</b>

## Psicologia

A Psicóloga que colabora com o SSO na área da promoção da saúde mental realizou 370 consultas de psicologia a 42 trabalhadores que solicitaram ajuda ou que foram encaminhados por outros especialistas.

## Vigilância Ambiental

No âmbito da vigilância ambiental, foram realizadas:

- >> 9 auditorias para identificação dos pontos críticos de surgimento da Legionella.
- >> 4 auditorias às condições de trabalho (cozinha/refeitório, gabinetes da deslocação de doentes e obras externas junto ao SU).



## Reparação de Acidentes de Trabalho

Lei n.º 98/ 2009, de 4 de Setembro e Decreto-Lei n.º. 503/99, de 20 de Novembro

Os acidentes de trabalho são participados à seguradora e ao CA consoante o regime de contrato de trabalho, ficando à responsabilidade do SSO a qualificação e seguimento dos acidentes de risco biológico.

No total, participaram-se à seguradora 31 acidentes/incidentes de trabalho. Ao abrigo do Decreto-Lei n.º. 503/99, participaram-se ao CA 28 acidentes/incidentes de trabalho.

Tabela 27 - Causas e danos dos acidentes de trabalho

Risco	Dano	Número
Mobilização de doentes	Traumatismos músculo-esquelético	12
Queda ao nível	Entorse/fratura/traumatismo	22
Manuseamento de materiais	Cortes/entorse /traumatismo	10
Manuseamento de materiais	Traumatismo músculo-esquelético	2
Embate em equipamentos	Fratura, traumatismo músculo-esquelético	6
Acidente <i>in itinerari</i>	Traumatismo músculo-esquelético	3
Esmagamento	Traumatismo	2
Ingestão de produto químico	Lesão bucal	1
Manuseamento produto químico	Lesão ocular	1
Agressão verbal/físico	Traumatismo/transtorno psicológico	8
<b>Total</b>		<b>67</b>

Recebemos 35 participações de acidentes de risco biológico, tendo as participações sido por contactos não protegidos com doentes portadores de doenças infecciosas (tuberculose).

Efectuou-se acompanhamento serológico a 62 trabalhadores vítimas de exposição a sangue ou outros fluidos orgânicos, como determina o procedimento. Pediram-se 147 análises de seguimento marcadores virais.

No âmbito das doenças profissionais, fizeram-se 4 participações ao Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais /Segurança Social.



## IV.8 Núcleo de Formação Profissional



### Actividade Formativa

Em 2021, foram realizadas acções de formação internas que decorreram no HDES, relacionadas exclusivamente com as formações em Suporte Básico de Vida e em Suporte Avançado de Vida Cardiovascular do Serviço Regional de Protecção Civil (10.570,00 € com os custos dos formadores e 7.876,00 € ao SRPCBVA).

Na Tabela 28 estão listadas as formações internas realizadas no HDES durante 2021. No total foram realizadas 40 sessões formativas.

Tabela 28 - Formação interna desenvolvida no HDES em 2021

Nome do Curso	Total de Participantes	Nº de Sessões
Suporte Avançado de Vida Cardiovascular	4	46
Suporte Básico de Vida c/ DAE	20	200
Integração de Novos Colaboradores	1	44
Formação aos Responsáveis Locais de Risco do HDES	4	40
Formação de Atualização dos Responsáveis de Risco	1	7
Algoritmo para Rastreio de Cardiopatias Congénitas	1	6
<b>Medicina Interna e a Urgência</b>	<b>1</b>	<b>35</b>
Teleconsulta em Tempo Real pela RSE Live	1	1
Procedimentos perante suspeita de crime de violência doméstica / violência sexual	1	15
Apresentação do Plano Estratégico do HDES - 2022-2024	1	23
Palestra Sobre a Segurança do Doente	1	7
Recepção a Novos Enfermeiros	4	44
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>468</b>



## Formação em Serviço

No âmbito da formação em serviço, que corresponde a formação contínua não-formal, de curta duração, realizada no local de trabalho com o objectivo de colmatar necessidades específicas dos serviços, foram desenvolvidas 48 acções de formação com temáticas diversas, envolvendo um total de 461 formandos.

## Formação Externa

No que diz respeito à participação em eventos formativos externos, deu entrada no Núcleo de Formação um total de 878 pedidos de frequência de acções formativas, que correspondeu a um total 1.584 dias concedidos em regime de dispensa de serviço, envolvendo 297 colaboradores, dos quais: 198 Médicos; 42 Enfermeiros; 19 Técnicos Superiores de Saúde; 18 Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica; 12 Técnicos Superiores; 7 Assistente Técnicos; 1 Técnico de Informática.

Desse total de pedidos, cerca de 14% (120) foram contemplados com algum tipo de apoio financeiro por parte do HDES, ao nível do apoio à inscrição, comparticipação de ajudas de custo, viagens ou alojamento. Esta rubrica representou um investimento 28.055,30 €.

Cerca de 76,7% dos pedidos de frequência de formação externa corresponderam a formações que funcionaram em regime à distância ou E-Learning.

## Estágios Formação Ensino Profissional

Tem sido prática habitual o HDES acolher alunos de vários graus de ensino para a realização de estágios curriculares e/ou de observação, provenientes de outras instituições. Em 2021, o HDES acolheu um total de 32 estagiários, dos quais:

- >> 26 alunos do Curso de Técnico Auxiliar de Saúde, das Escolas das Laranjeiras, INETESE e Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada;
- >> 1 aluno do Curso de Especialização Tecnológica de Técnico Especialista de Turismo Ambiental, da APRODAZ;

- >> 1 estágio de observação na área de Neuropsicologia, no âmbito da dupla formação avançada pós-universitária em neuropsicologia;
- >> 1 aluno do Curso Técnico de Informática da EPROSEC;
- >> 3 Assistentes Operacionais da Clínica do Bom Jesus para um estágio de observação no Serviço de Esterilização do HDES.

## IV.9 Gabinete de Ensino Pré-Graduado Universitário (GEPGU)

A nomeação dos elementos do GEPGU foi publicada a 26 de Março de 2021, sendo constituído por uma médica e um enfermeiro, sendo apoiado por uma assistente administrativa, encontrando-se o mesmo sobre a dependência do CA.

Tendo entrado em funções em Abril de 2021, a prioridade definida foi o regresso dos ensinamentos clínicos/estágios que estavam pendentes. Assim, e desde o início das funções do GEPGU foram recebidos 42 pedidos para actividades no HDES, sendo que 32 destes pedidos tiveram início, conforme se pode observar na tabela 29.

Tabela 29- Estágios com início após o dia 1 de Abril, até 31 de Dezembro de 2021

Ano lectivo 2020/2021	
Curso do Ensino Superior/Instituição	Número de Estudantes
Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas/ Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa	1
Licenciatura em Imagem Médica e Radioterapia/ Universidade de Aveiro -Escola Superior de Saúde	2
Licenciatura em Fisiologia Clínica/ Instituto Politécnico de Castelo Branco -Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias	2
Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica/ Escola Superior Saúde Cruz Vermelha Portuguesa Norte	2
Universidade Lusófona - Escola de Ciências e Tecnologias da Saúde/Licenciatura em Ciências da Nutrição	1
Licenciatura em Enfermagem - 3º ano/Escola Superior de Saúde da Universidade dos Açores	42
Licenciatura em Enfermagem - 4º ano/ Escola Superior de Saúde da Universidade dos Açores	20
Ciclo Básico de Medicina - 1º ano/ Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores	44

Tabela 29- Estágios com início após o dia 1 de Abril, até 31 de Dezembro de 2021 (continuação)

<b>Ano lectivo 2020/2021</b>	
<b>Curso do Ensino Superior/Instituição</b>	<b>Número de Estudantes</b>
Ciclo Básico de Medicina - 3º ano/Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores	37
Pós-Licenciatura em Enfermagem de Reabilitação/ Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa	1
Pós-licenciatura em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica/ Escola Superior Saúde Cruz Vermelha Portuguesa	1
Licenciatura em Medicina / Associação Nacional de Estudantes de Medicina	15
Licenciatura em Design de Comunicação/ Escola Superior de Educação e Comunicação - Universidade do Algarve	1
Mestrado Integrado em Medicina/Faculdade Medicina Universidade Coimbra	1
Licenciatura em Imagem Médica e Radioterapia Escola Superior de Tecnologia da Saúde - Politécnico de Coimbra	1
Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas/ Faculdade Farmácia da Universidade do Porto	1
<b>Ano lectivo 2021/20221</b>	
Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas/ Faculdade de farmácia da Universidade de Lisboa	1
Mestrado Integrado em Medicina/Faculdade Medicina Universidade de Lisboa	1
Mestrado em Ambiente, Saúde e Segurança/ Universidade dos Açores Pós-licenciatura em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica/ Escola Superior Santa Maria	1
Pós-licenciatura em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica/ Escola Superior Santa Maria	1
Licenciatura em Fisiologia Clínica/ Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias - Politécnico de Castelo Branco	1
Licenciatura em Terapia Ocupacional/ Terapia Ocupacional/ Escola Superior de Saúde - Politécnico de Leiria	1
Licenciatura em Ciências Biomédicas Laboratoriais/ Instituto Politécnico de Bragança Escola Superior de Saúde	1
Pós-Licenciatura em Enfermagem Médico-Cirúrgica/ Universidade Católica Portuguesa	1
Licenciatura em Enfermagem - 3º ano/Escola Superior de Saúde da Universidade dos Açores	46
Licenciatura em Enfermagem - 4º ano/ Escola Superior de Saúde da Universidade dos Açores	4
Ciclo Básico de Medicina - 1º ano/ Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores	50
Ciclo Básico de Medicina - 2º ano/Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores	42
Ciclo Básico de Medicina - 3º ano/Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores	36
Pós-Licenciatura em Enfermagem Médico-Cirúrgica/ Escola Superior Saúde Cruz Vermelha Portuguesa Norte	2
Pós-licenciatura em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica/ Escola Superior Saúde Cruz Vermelha Portuguesa	1
Licenciatura em Fisioterapia / Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa	1
<b>Total</b>	<b>362</b>



## IV.10 Gabinete de Qualidade

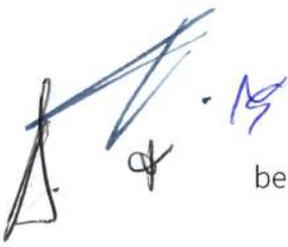
1 O HDES assume o compromisso de implementar o sistema de Qualidade Organizacional, que visa a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, abrangendo as várias áreas da actividade Hospitalar (clínica e não clínica), assim como do bem-estar dos utentes (doentes, familiares e visitantes) e colaboradores da Instituição.

A Melhoria da Qualidade como um processo dinâmico é demonstrada pelo reconhecimento do CHKS - Caspe Healthcare Knowledge, através da Acreditação Hospitalar que reiterou as boas práticas do HDES na visita de monitorização efectuada, online a 7 de Setembro de 2021, confirmando *“que estão em curso melhorias contínuas da qualidade de acordo com os requisitos do programa de acreditação CHKS.”*

Na *timetable* da visita foi salientado:

A nível da governação e gestão financeira:

- >> a nomeação da comissão criada, especificamente, para lidar com a pandemia de COVID-19 - Unidade de epidemiologia clínica, controlo de infecções, investigação e unidade de informação sobre saúde;
- >> investimento nos recursos humanos;
- >> a nomeação do Gestor de Qualidade e Manutenção de Equipamento;
- >> criação de centro de atendimento telefónico para doentes externos;
- >> a inactividade do sistema informático, não impediu a prestação de um serviço ininterrupto aos doentes.
- >> o relatório das reclamações apresentadas em 2020 comprova o acompanhamento contínuo do processo.
- >> Sistema de Gestão Interna (Qualidade)
- >> as estratégias e políticas evidenciam sistemas de qualidade altamente desenvolvidos;
- >> aquisição de novos equipamentos;
- >> há provas de que o Hospital tem um programa de auditoria clínica e não clínica



bem estruturado e como prova foi apresentado um calendário de auditoria.

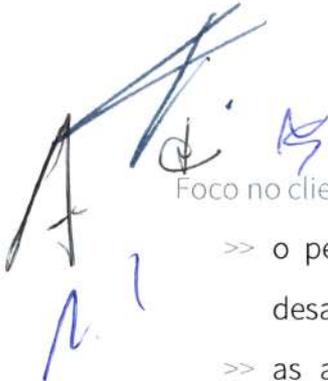


#### Gestão de Equipamento e Instalações:

- >> os contratos são utilizados para assegurar que todo o equipamento é apropriado, seguro e adequado ao fim a que se destina;
- >> actualmente, o Hospital está a trabalhar para substituir a maioria dos contratos anuais por contratos trianuais;
- >> a reparação, manutenção geral e calibração são realizadas de forma atempada para ajudar na continuidade e prestação segura de serviços aos doentes;
- >> o aumento da capacidade do equipamento, reagentes e outros consumíveis para a realização de análises de amostras de biologia molecular foi conseguido através de doação, aquisição e investimento realizado pelo Hospital na Unidade de Genética Molecular e Patologia;
- >> foram fornecidas provas de que foram implementadas iniciativas de melhoria ambiental tais como: criação de espaço extra para o serviço de emergência durante o período COVID-19; identificação de necessidades de intervenção na estrutura do edifício.

#### Funcionários Competentes e Capazes:

- >> foi elogiado o esforço que os trabalhadores fizeram para assegurar que a actividade no hospital fosse mantida durante o período pandémico;
- >> o profissionalismo e os conhecimentos especializados do pessoal na área em questão foram evidentes durante as entrevistas;
- >> foram apresentadas provas de reuniões de equipa bem estruturadas e relatórios detalhados;
- >> o Núcleo de Formação utilizou o tempo, devido às restrições da pandemia, para desenvolver uma aplicação para a centralização do registo de formação individual e criou uma plataforma de e-learning, que se encontra na fase final de implementação.



Foco no cliente (Doente):

- >> o pessoal entrevistado apresentou uma atitude positiva apesar dos actuais desafios pandémicos;
- >> as avaliações e *feedback* dos doentes são recolhidos regularmente e foi apresentado como prova um relatório detalhado com base nos questionários de satisfação dos doentes de 2020;
- >> o Hospital realizou o maior número de cirurgias reduzindo assim significativamente o atraso nas listas de espera.

A Qualidade é uma responsabilidade que recai sobre cada um dos colaboradores do Hospital que integra e articula com a Estratégia Global da Instituição, que necessita de suporte para facilitar a implementação dos respectivos planos de melhoria, assim como de valores explícitos da Qualidade:

- >> Qualidade focada na perspectiva da satisfação, envolvimento e participação activa de utentes (doentes, familiares e visitantes) incentivando comentários - entre reclamações, sugestões e opiniões - sobre a qualidade dos cuidados prestados, assim como a eficácia e rapidez na resposta, através de instrumentos disponibilizados pelo Hospital:
  - Sistema implementado de Reclamações/Sugestões dos utentes e acompanhantes do HDES, com base numa Política e Procedimentos. Em 2021, foram apresentadas 651 exposições (reclamações/sugestões e elogios), sendo que 87,1% dos utentes já obtiveram resposta;
  - No questionário aplicado no 4.º trimestre de 2021 no internamento, 95,3% dos utentes classificam a satisfação geral com o Hospital entre o Bom e o Excelente;
  - No questionário aplicado no 4.º trimestre de 2021 no ambulatório (Consulta Externa e Hospitais de dia), 74% dos utentes consideram a satisfação geral com o Hospital entre o Bom e o Excelente;
  - Foi implementado no serviço de urgência o sistema de avaliação da satisfação dos utentes, de Abril a Dezembro de 2021, com autopreenchimento



de um questionário através da utilização de um Código QR publicitado em áreas do serviço de urgência, sendo utilizada a escala numérica de 1 a 5, em que 1 corresponde a “Muito Insatisfeito” e 5 a “Muito Satisfeito”. 41,25% dos utentes consideraram o seu grau de satisfação entre o 3 e o 5, sendo que o tempo de espera penaliza o grau de satisfação do utente, tendo em conta os outros itens, nomeadamente os relacionados com os profissionais;

>> Qualidade numa perspectiva centrada na satisfação, envolvimento e participação activa dos profissionais, encorajando-os a contribuírem para a melhoria do serviço e solução de problemas identificados, pela sua formação e desenvolvimento permanentes:

- Sistema implementado de Reclamações/Sugestões dos colaboradores do HDES, com base numa Política e Procedimentos;
- Criação de canais internos, nomeadamente através do endereço de email HDES\_canalabertode@azores.gov.pt, direccionado ao serviço de enfermagem, e a disponibilização de formulário “TALENTOS no HDES - QUEM SOMOS NÓS?”, com o objectivo de identificar aptidões e competências, para além daquelas que os profissionais desempenham;
- Envolvimento e participação nas comissões e grupos transversais, com a elaboração de propostas e pareceres para o CA;
- Sistema de Notificação de Risco, em que foram efectuadas, em 2021, 727 notificações, tratadas pela Gestão do Risco.

>> Qualidade com a implementação de sistema de auditoria interna:

- Em 2021, 90,5% (19) dos serviços (21) auditaram os seus processos, foram auditados 91,3%, (460) dos processos previstos (504), sendo a taxa de conformidade de 93%.

Tabela 30 - Percentagem das conformidades por áreas auditadas- 2021

Área	%C
Informações sobre o Utente	95,5
Informações Clínicas	96,6
Cirurgias/Procedimentos Invasivos	91,2
Alta	97,5
Entradas no Processo	94,7
Relatórios das Autópsias	96,4
Avaliação e Registo da Dor	95,5
Úlceras de Pressão	93,4
Queda dos Utentes	90,7
Assistência Espiritual dos Utentes	76,7

- O Grupo de Trabalho Dotações Seguras e Indicadores Sensíveis aos Cuidados de Enfermagem, avaliou:

Úlceras por pressão (UPP) com o objectivo de identificar o risco de UPP da população admitida nos serviços do HDES, utilizando os dados obtidos através das Intervenções “Monitorizar riscos de UPP (Escala de Braden)” e monitorizar o risco de UPP na criança (Escala de Braden Q), de acordo com relatório produzido:

- A taxa global de utentes admitidos nos serviços com avaliação de risco UPP foi de 80%;
- A distribuição do nível de risco de UPP, a nível geral no HDES é de 25,8%;
- Quanto à incidência, o HDES apresenta 2,9%;
- Aquisição na instituição foi de 43,4%;
- Desenvolvimento de UPP no domicílio de 49,1%.

Com o objectivo de identificar o risco de Quedas da população admitida nos serviços do HDES, utilizando os dados obtidos através das Intervenções “Monitorizar risco de Queda (Escala de Morse)”, e monitorizar o risco de Queda na criança (Escala de Humpty Dumpty), de acordo com relatório produzido:

- A taxa global de utentes admitidos nos serviços com avaliação de risco queda foi

*Handwritten notes:*  
A  
1  
1

- de 73,5%;
- A distribuição do nível de risco de Queda, a nível geral no HDES é de 50% apresentando níveis “médio” 33,5% ou alto 14,7%;
- Em 14% e utentes com avaliação de risco verificou-se uma variação positiva de 7,1%;
- Serviço de Endocrinologia e Nutrição e a Unidade de Nutrição e Dietética implementaram questionários para avaliar o nível de satisfação:

Gráfico 20 - Satisfação Geral com o Serviço de Alimentação - 2021



- A auditoria “As Estruturas e Práticas de Controlo de Infecção” é implementada pelo GCL-PCIRA, os serviços auditados em 2021 obtiveram uma taxa de conformidade de 96,4%;
- Em 2021, a Comissão de Resíduos efectuou a Auditoria aos Resíduos Hospitalares a 31 serviços não clínicos, resultando uma taxa de conformidade de 81,58%; e a 14 Zonas Sujas dos Pisos, em que a taxa de conformidade foi de 100%; os 45 serviços auditados obtiveram uma taxa de conformidade de 86,54%;
- Foi efectuado, por um grupo de trabalho de enfermagem, um diagnóstico situacional da segurança do medicamento nos serviços de internamento médico-cirúrgicos, obstétrico e Pediátrico, tendo em conta as vertentes Recursos Humanos, Materiais e Equipamentos, Sinalética do medicamento, Práticas utilizadas e Prescrição médica.

Handwritten initials and a circled 'P' in blue ink.

## IV.11 Gabinete de Gestão do Risco

O Gabinete de Gestão do Risco promove uma política de envolvimento de profissionais e utentes, num ambiente seguro e de multidisciplinaridade, apoiado pelas várias Comissões, Grupos Hospitalares e Entidades Externas, utilizando os recursos existentes na Instituição, bem como, monitorizando os indicadores definidos, garantindo desta forma a melhoria contínua e a promoção da segurança, assente numa lógica de esforço coordenado e persistente de todas as partes envolvidas.

### Notificações de Risco

Durante o ano de 2021, das 727 notificações, 58% foram classificadas como não clínicas e 42% como clínicas, o que revela um aumento de 5% de notificações clínicas relativamente ao ano anterior.

Gráfico 21 - Notificações de Risco do ano 2021

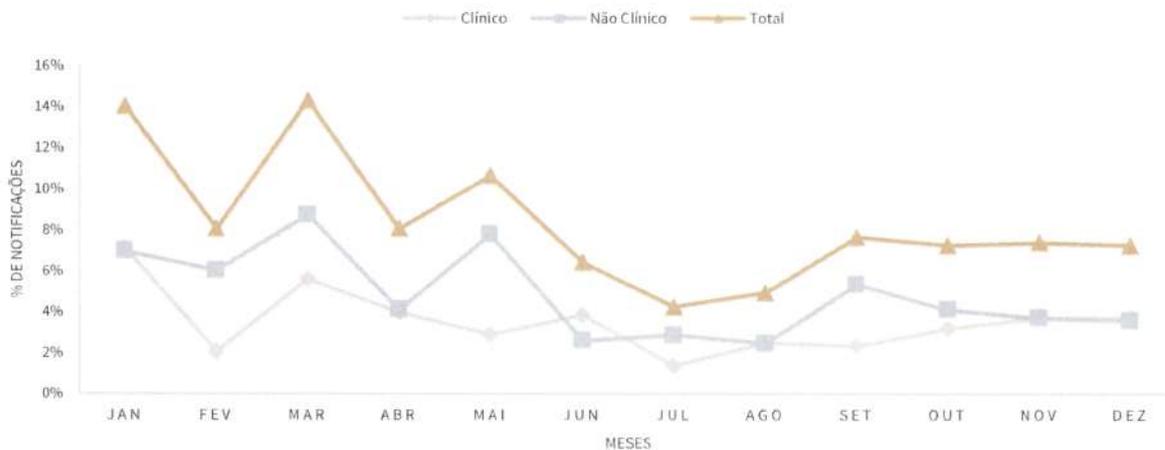


Tabela 31 - Nível de Risco

Estados	Nível de Risco				Total
	Aceitável	Grave	Moderado	Muito grave	
Resolvida	9,63%	9,49%	67,95%	3,16%	90,23%
Vista	1,65%	1,24%	6,19%	0,69%	9,77%
<b>Total</b>	<b>11,28%</b>	<b>10,73%</b>	<b>74,14%</b>	<b>3,85%</b>	<b>100,00%</b>

## Tipos de Acontecimentos

Da análise dos “Tipos de Acontecimentos” das notificações de risco de 2021 destacam-se três áreas:

- >> I - Outros (33%);
- >> F- Equipamento (21%);
- >> E - Acidentes/Incidentes (11%).

Gráfico 22 - Tipos de Acontecimentos



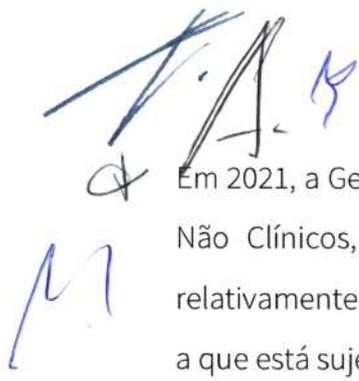
## Categorias Profissionais

As “Categorias Profissionais” que mais notificaram foram os Enfermeiros (50%), seguido pelos Médicos (15%) e os TSDT (14%).

Os serviços que mais notificaram foram o Serviço de Medicina V, o Serviço de Urgência e o Serviço de Hematologia, num total de 78.

## Avaliações de Segurança Hospitalar

No HDES são realizadas Avaliações de Segurança Hospitalar aos Serviços Clínicos num ano, aos Serviços Não Clínicos noutra e, no terceiro ano, são avaliadas as resoluções das não conformidades levantadas nos anos anteriores, no âmbito da segurança contra incêndios, segurança e higiene no trabalho, segurança da criança e segurança e vigilância.



Em 2021, a Gestão do Risco efectuou 28 Avaliações de Segurança Hospitalar a Serviços Não Clínicos, o que representou um aumento de 21% de avaliações efectuadas relativamente ao ano anterior. Cada Serviço foi avaliado de acordo com as áreas de risco a que está sujeito.

#### Pareceres

Em 2021 o Gabinete de Gestão do Risco emitiu três pareceres sobre alterações ou remodelações de espaços.

#### Internamentos de utentes com Tuberculose Pulmonar

No âmbito do Risco Clínico foram levantados e avaliados 10 casos de Tuberculose Pulmonar internados na Instituição.

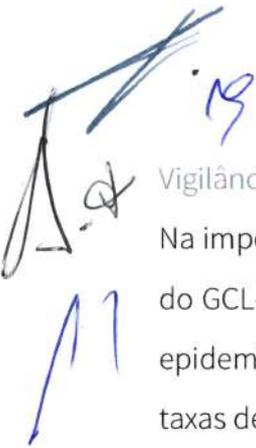
#### Formações & Simulacros

No âmbito das formações, foram realizadas 4 acções de formação - “Formação dos Responsáveis Locais de Risco e Farmacovigilância do HDESPD, EPER”, com um total de 40 formandos. Nestas sessões, a Gestão do Risco teve a oportunidade de abordar diversos temas, nomeadamente: o papel da Gestão do Risco, os Tipos de Riscos existentes na instituição, a Avaliação do Risco e Farmacovigilância.

Em Novembro de 2021, foi efectuado um simulacro interno num serviço não clínico do HDES- Serviço de Aprovisionamento (5.º Piso) - na vertente de actuação em caso de incêndio.

## IV.12 Controlo de Infecção – GCL-PPCIRA

No ano 2021 deu-se continuidade à Estratégia Multimodal das Precauções Básicas em Controlo de Infecção, cumprindo-se com as actividades previstas em cronograma pelo Programa de Prevenção e Controlo de Infecção e Resistência aos antimicrobianos (PPCIRA).



## Vigilância Epidemiológica dos microrganismos Multirresistentes

Na impossibilidade de se vigiar todas as infecções e todos os microrganismos, a opção do GCL-PPCIRA foi para a vigilância epidemiológica dos microrganismos considerados epidemiologicamente mais preocupantes, pelo que em 2021 obtiveram-se as seguintes taxas de infecção:

- >> Enterobactereaceae produtoras de Betalactamases de espectro alargado a proporção das infecções por 100 doentes admitidos 0,76% e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 1,38%;
- >> Enterobacteriaceae Resistentes aos Carbapenemos a proporção das infecções por 100 doentes admitidos 0,04% e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 0,08%;
- >> Staphylococcus aureus meticilina resistente (MRSA) a proporção das infecções por 100 doentes admitidos 0,16% e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 0,30%;
- >> Pseudomonas aeruginosa multirresistente a proporção das infecções por 100 doentes admitidos 0,21% e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 0,38%;
- >> Clostridium difficile a proporção das infecções por 100 doentes admitidos 0,13%, e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 0,23%;
- >> Outras multirresistências a proporção das infecções por 100 doentes admitidos 0,22%, e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 0,40%

## Vigilância Epidemiológica Infecções Nosocomiais Da Corrente Sanguínea (INCS)

Obtiveram-se os seguintes indicadores:

- >> Proporção de INCS, expressa por 100 doentes admitidos 0,49;
- >> Densidade de Incidência, Taxa de INCS expressa por 1000 dias de internamento 0,88;
- >> Taxa de INCS relacionada com a CVC ajustada ao risco 1,8 por mil dias de exposição a CVC;
- >> % de INCS por MRSA 14% do total de INCS por Staphylococcus aureus.
- >> Taxa de INCS por Staphylococcus aureus expressa por mil dias de internamento

Handwritten notes in blue ink: "A", "M", and "1".

0,13 por mil dias de internamento;

>> Taxa de INCS por MRSA expressa por mil dias de internamento 0,02 por mil dias de internamento.

#### Vigilância Epidemiológica da Infecção do Local Cirúrgico (ILC)

Os serviços e procedimentos cirúrgicos incluídos na vigilância ILC e na Instituição foram, Cirurgia Geral (Cirurgia de cólon, Cirurgia de recto, Colectomia), Neurocirurgia (Laminectomia), Obstetrícia (Cesariana) e Ortopedia (Artroplastia da anca e Artroplastia do joelho).

#### Actividade do Programa de Apoio à Prescrição de Antimicrobianos (PAPA)

A actividade do Programa de Apoio à Prescrição de Antimicrobianos (PAPA) do GCL-PPCIRA em 2021 foi cancelada devido à COVID-19.

### IV.13 Serviço de Biblioteca e Documentação (SBD)

Na tabela 32 podemos verificar a variação anual dos indicadores sobre a utilização dos vários produtos e serviços disponibilizados pelo SBD (Tabela 32).

Tabela 32 - Principais Indicadores do Serviço de biblioteca e documentação, 2018-2021

<b>Indicadores dos Principais Serviços</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Difusão online de informação	2724 (-)	4792(+)	3068 (-)
Pedidos de artigos ao SBD	6497 (-)	6655 (+)	4471(-)
Pedidos de artigos ao exterior (Nacional + Estrangeiro)	5096 (+) (4703+393)	4146 (-) (3681+465)	4795 (+) (4061+734)
Pedidos de artigos ao exterior (Nacional)	4703 (+)	3681(-)	4061(+)
Pedidos de artigos ao autor (Estrangeiro)	393 (-)	465 (+)	734 (+)
Pedidos de artigos de outras bibliotecas	842(-)	1017 (+)	989 (-)
Artigos enviados aos clientes	8553(-)	9739 (+)	4527 (-)
Pesquisas online	861(-)	799 (-)	716 (-)
Apoio individual à pesquisa	18h45(-)	2h40 (-)	6h40 (+)
Presenças de clientes	2371(-)	2186 (-)	2225 (+)
Leitura de presença SBD	63(-)	79 (+)	246 (+)
Empréstimos de monografias SBD	29(-)	11 (-)	26 (+)
Consultas à Base de dados Sage	2061(+)	1841 (-)	1383 (-)
Consultas à base de dados UpToDate	43814(+)	56136 (+)	2095 (-)
Monografias catalogadas	30(+)	23 (-)	2 (-)



#### IV.14. Serviço de Deslocação de Doentes

A intervenção do Serviço está intrinsecamente ligada ao Regulamento Geral de Deslocação de Doentes, aprovado pela Portaria 95/2018, de 2 de Agosto.

O Serviço de Deslocação de Doentes do HDES, criado em Outubro de 2019, organiza-se em quatro sectores distintos:

- >> O sector que programa as deslocações para o exterior, denominado de Setor do Exterior / Continente, e que promove e organiza as deslocações dos doentes para fora do HDES;
- >> O sector que programa e promove todas as deslocações para o HDES, denominado de Sector Inter-ilhas /Interior. Este sector é igualmente responsável por toda a logística das deslocações intra-ilha;
- >> sector de Pagamentos, onde são processados todos os adiantamentos de estadia, e realizados os pagamentos e acertos de contas finais das deslocações ao exterior do HDES, para o HDES e ainda os transportes intra-ilha. É igualmente neste sector que são organizados os Subsídios Sociais de Mobilidade para efeitos de reembolso;
- >> sector de Apoio Documental, é um sector de “BackOffice” onde são tratados outros assuntos do serviço, tais como estatística, arquivo, digitalização de processos, reservas de bilhetes e programação dos regressos dos utentes do exterior.

#### Deslocações Inter-ilhas

Ao contrário do ano transato, em que, em virtude da pandemia, tinha-se assistido a uma diminuição na ordem dos 2470 processos de deslocação inter-ilhas, no ano de 2021 observa-se um aumento de 48,3% dos episódios de deslocação inter-ilhas.

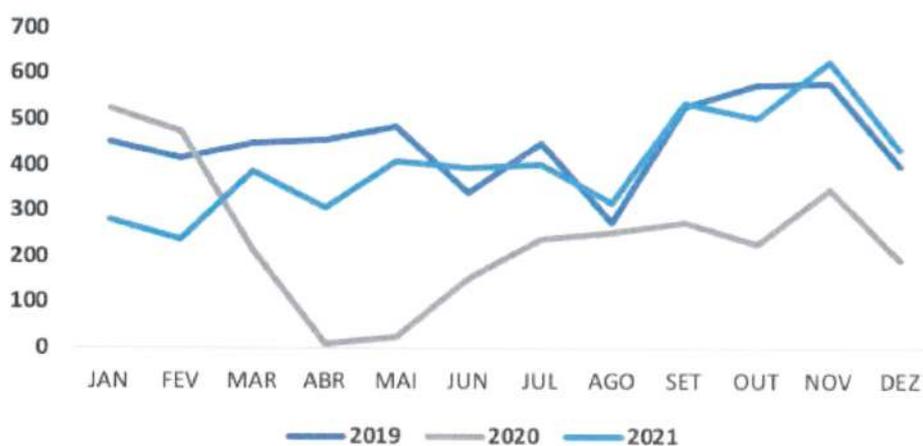
Os dados relativos às deslocações inter-ilhas reportam-se ao número de deslocações por mês, por ilha, por idade e sexo do doente, ao número de acompanhante, distribuição por escalão de participação, especialidade clínicas proponentes da deslocação e

indicação do direito ao CEDO. Na Tabela 33 resumem-se as deslocações por mês e por ilha:

Tabela 33 - Número de deslocações por mês e por ilha em 2021

Meses	Terceira	Graciosa	S. Jorge	Faial	Pico	Corvo	Flores	S. Maria	Totais	%
Janeiro	1	17	16	11	19	2	22	192	280	5,80
Fevereiro	2	9	13	15	22	0	15	162	238	4,93
Março	1	19	26	28	43	1	37	231	386	7,99
Abril	8	17	20	22	26	1	27	187	308	6,38
Maio	3	38	21	22	40	1	44	238	407	8,42
Junho	4	21	29	20	29	2	36	254	395	8,18
Julho	1	23	23	20	30	0	39	264	400	8,28
Agosto	3	16	21	15	19	0	31	212	317	6,56
Setembro	6	34	18	50	44	0	41	342	535	11,07
Outubro	9	30	29	40	51	2	33	310	504	10,43
Novembro	4	47	20	44	57	2	65	387	626	12,96
Dezembro	9	24	17	27	34	4	29	291	435	9,00
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>295</b>	<b>253</b>	<b>314</b>	<b>414</b>	<b>15</b>	<b>419</b>	<b>3070</b>	<b>4831</b>	<b>100,00</b>
<b>%</b>	<b>1,06</b>	<b>6,11</b>	<b>5,24</b>	<b>6,50</b>	<b>8,57</b>	<b>0,31</b>	<b>8,67</b>	<b>63,55</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>

Gráfico 23 - Evolução processos de deslocação triênio 2019-2021



A nível da distribuição dos utentes por intervalo de idades, detecta-se que o maior número (1.676) de doentes deslocados apresenta idades entre os 51 e os 70 anos, mantendo-se esta tendência nos anos anteriores.

Estão inseridos nestes intervalos de idade cerca de 44% dos utentes. A média de idades

dos utentes deslocados inter-ilhas é de 50 anos e a moda de idades é de 55 anos (tabela 34).

Tabela 34 - Distribuição de Doentes por idade

Meses	Total de doentes
[0 - 10]	308
[11 - 20]	298
[21 - 30]	208
[31 - 40]	427
[41 - 50]	793
[51 - 60]	1 100
[61 - 70]	1 035
[71 - 80]	527
Mais de 81	134
<b>Total</b>	<b>4 831</b>

Quanto à distribuição por género, o sexo feminino é aquele que apresenta maior número de doentes deslocados, correspondente a 60,24% dos utentes deslocados e o sexo masculino a 39,76%.

Tabela 35 - Especialidades clínicas que incrementam as deslocações

Especialidade de Origem	Total	%
Cardiologia	250	5,17%
Cirurgia Geral	211	4,37%
Cirurgia Maxilo-facial	37	0,77%
Cirurgia Plástica	127	2,63%
Cirurgia Vascular	170	3,52%
Consulta de Dor	52	1,08%
Cuidados Paliativos	2	0,04%
Dermatologia	59	1,22%
Doenças Infecciosas	3	0,06%
Endocrinologia	341	7,06%
Estomatologia	9	0,19%
Fisiatria	139	2,88%
Gastrenterologia	408	8,45%
Ginecologia	167	3,46%
Hematologia	95	1,97%

Tabela 35 - Especialidades clínicas que incrementam as deslocações (continuação)

Especialidade de Origem	Total	%
Imagiologia	115	2,38%
Imunoalergologia	17	0,35%
Medicina Interna	76	1,57%
Nefrologia	69	1,43%
Neonatologia	20	0,41%
Neurocirurgia	329	6,81%
Neurologia	117	2,42%
Neuropediatria	2	0,04%
Obstetrícia	149	3,08%
Oftalmologia	168	3,48%
Oncologia	393	8,13%
Ortopedia	350	7,24%
Otorrinolaringologia	181	3,75%
Pediatria	174	3,60%
Pedopsiquiatria	31	0,64%
Pneumologia	23	0,48%
Psicologia	12	0,25%
Psiquiatria	119	2,46%
Reumatologia	255	5,28%
Urologia	102	2,11%
Várias Especialidades	59	1,22%
<b>Total</b>	<b>4831</b>	<b>100%</b>

A nível das especialidades que, no ano de 2021, foram responsáveis por mais episódios de deslocação, surge a Gastrenterologia com 408 processos, a Oncologia com 393 deslocações, a Ortopedia com 350, a Endocrinologia com 341 deslocações e a Neurocirurgia com 329 episódios de deslocação.

Tabela 36 - Indicação da deslocação

Indicado para	Total de Processos	%
Cirurgia	212	4,39%
Consultas	3863	79,96%
Consultas e Tratamentos	64	1,32%
Consultas e Exames	207	4,28%
Exames	376	7,78%
Tratamentos	80	1,66%
Internamentos	29	0,60%
<b>Total</b>	<b>4831</b>	<b>100%</b>

Quanto à distribuição das deslocações por número de acompanhantes familiares, mantém-se a tendência de um acompanhante familiar por doente deslocado (58,39%), embora tenha havido uma percentagem elevada de utentes que se deslocaram sozinhos (38,92%).

Tabela 37 - Acompanhantes

Ilha	1 Acompanhante	2 Acompanhante	Sem Acompanhante	Total
S. Maria	1951	105	1014	3070
Terceira	27	0	24	51
Graciosa	183	5	107	295
S. Jorge	161	11	81	253
Pico	151	6	257	414
Faial	121	0	193	314
Flores	213	3	203	419
Corvo	14	0	1	15
<b>Total</b>	<b>2821</b>	<b>130</b>	<b>1880</b>	<b>4831</b>
%	<b>58,39%</b>	<b>2,69%</b>	<b>38,92%</b>	<b>100%</b>

Na Tabela 38, excluindo o número de doentes deslocados “Sem Informação”, os escalões A, B e C concentram cerca de 50% dos utentes deslocados, confirmando-se que os utentes inter-ilhas apresentam rendimentos per capita baixos.

Tabela 38- Escalões de comparticipação

Ilha	A ≤443,20€	B 443,21 - 664,80€	C 664,81-886,40€	D 886,41-1108,00€	E >1180,00€	Sem Informação	Total
S. Maria	592	276	248	113	1153	688	3070
Terceira	10	3	2	2	22	12	51
Graciosa	74	42	25	18	118	18	295
S. Jorge	91	48	48	7	54	5	253
Pico	142	57	60	25	103	27	414
Faial	96	45	53	13	93	14	314
Flores	81	85	71	37	131	14	419
Corvo	2	2	0	1	7	3	15
<b>Total</b>	<b>1088</b>	<b>558</b>	<b>507</b>	<b>216</b>	<b>1681</b>	<b>781</b>	<b>4831</b>
%	<b>22,52%</b>	<b>11,55%</b>	<b>10,49%</b>	<b>4,47%</b>	<b>34,80%</b>	<b>16,17%</b>	<b>100%</b>

Relativamente ao Complemento Especial ao Doente Oncológico (CEDO) os utentes das restantes ilhas do arquipélago, distribuem-se como se pode observar na Tabela 40.

O CEDO é atribuído aos utentes que se deslocam para as consultas, exames e

tratamentos e que mantenham doença oncológica activa. No ano de 2021, beneficiaram deste apoio 10.64 % dos doentes deslocados. De referir a existência de 11.92 % de credenciais de deslocação em que essa informação estava omissa, e como tal, foram classificados como “sem informação”.

Tabela 39 - CEDO por ilhas

Ilha	Sim	Não	Sem Informação	Total
S. Maria	368	2197	505	3070
Terceira	0	45	6	51
Graciosa	26	252	17	295
S. Jorge	45	195	13	253
Pico	25	367	22	414
Faial	0	308	6	314
Flores	50	365	4	419
Corvo	0	12	3	15
<b>Total</b>	<b>514</b>	<b>3741</b>	<b>576</b>	<b>4831</b>
%	<b>10,64%</b>	<b>77,44%</b>	<b>11,92%</b>	<b>100%</b>

A média dos dias em que os utentes permaneceram deslocados para comparecerem a consultas no HDES é de 2,84 dias. Relativamente à moda de dias deslocados, este valor é de 0, o que se traduz que um número considerável de deslocações se realizam sem pernoita, ou seja, os utentes partiram e regressaram no mesmo dia.

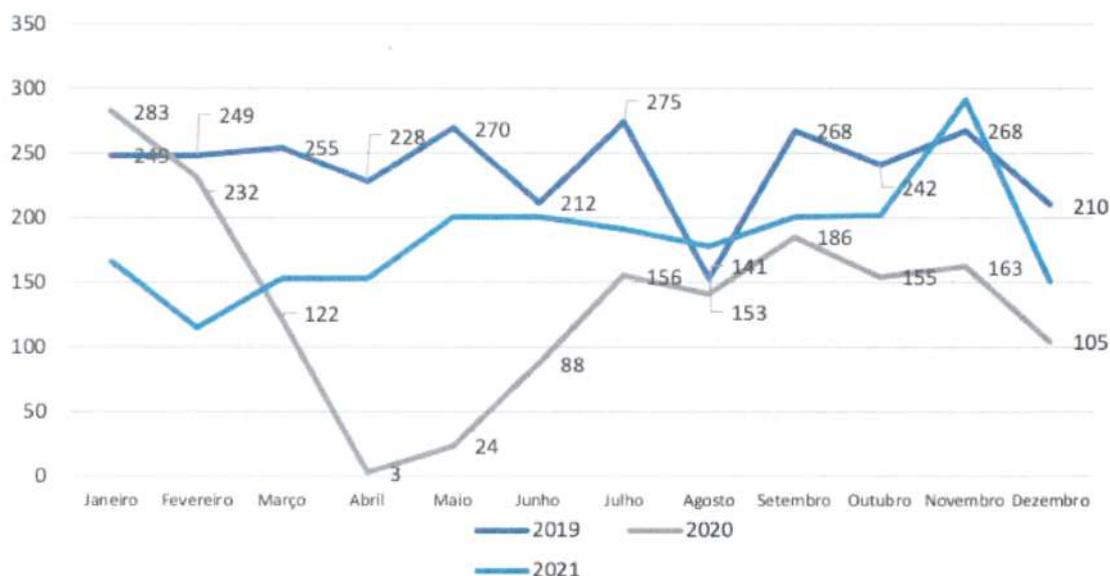
### Deslocação para Continente e Estrangeiro

No ano de 2021 verifica-se aumento de deslocações relativamente ao ano de 2020, mas inferior ao número de deslocações em 2019. Com efeito, no ano de 2020, em virtude do contexto pandémico, assistiu-se a uma diminuição das deslocações em 1.221 episódios relativamente ao ano de 2019. Em 2021 assistiu-se à retoma dos actos clínicos presenciais, tendo apresentado mais 549 deslocações relativamente ao ano de 2020. Comparativamente ao ano de 2019 (pré-pandemia), o número de episódios de deslocação para o exterior do HDES foi menos 672, como se pode observar na Tabela 40.

Tabela 40 - Total de deslocações por ano

	Total Deslocações	2019-2020	2020-2021
2019	2879	-	-
2020	1658	-1221	-
2021	2207	-672	+549

Gráfico 24 - Evolução dos processos de deslocação triénio 2019-2021



Ao longo dos anos tem-se detectado um aumento considerável de deslocações. Considerando os últimos 3 anos, entre 2019 e 2021, como é possível observar no Gráfico 26, pode confirmar-se a tendência de crescimento do número de doentes deslocados, com excepção do triénio 2013-2015 e o ano 2020, em que os números totais dos episódios de deslocação se mantiveram abaixo dos dois milhares.

As especialidades clínicas que enviam mais doentes para o exterior da RAA são a Pediatria, Oncologia, Oftalmologia, Cardiologia, Gastreenterologia, Endocrinologia e Cirurgia Geral, todas com mais de 150 processos de deslocação no ano de 2021.

Os doentes açorianos são maioritariamente encaminhados para a cidade de Lisboa, como se pode observar na Tabela 41. Existe, como já referido, um número considerável de doentes deslocados para Angra do Heroísmo, principalmente para exames na ISOPOR. A cidade do Porto acolhe também muitos doentes, a grande maioria da especialidade de Oftalmologia.

Tabela 41 - Hospitais de Destino

Hospitais de Destino	Nº Processos	%
Boston Children Hospital (EUA)	1	0,05%
Centro Caselas	47	2,13%
Centro Oncológico Natália Chaves	204	9,24%
Centro Reabilitação Norte	11	0,50%
Clínica dos Arcos	10	0,45%
Clínica Navarra (Espanha)	2	0,09%
Comunidades Terapêuticas	32	1,45%
Cuf Descobertas	10	0,45%
Cuf Unilabs Porto	17	0,77%
Curry Cabral	255	11,55%
Dona Estefânia	134	6,07%
Egas Moniz	23	1,04%
Fernando Fonseca	18	0,82%
Fundação Champalimaud	10	0,45%
Hospital Internacional dos Açores	15	0,68%
HSEIT	33	1,50%
IPO Lisboa	169	7,66%
IPO Porto	101	4,58%
ISOPOR	291	13,19%
Luz Arrábida	16	0,72%
Maternidade Alfredo Costa	28	1,27%
Pediátrico Coimbra	25	1,13%
Pulido Valente	10	0,45%
Santa Cruz	106	4,80%
Santa Maria	110	4,98%
Santa Marta	41	1,86%
Santo António Capuchos	85	3,85%
Santo António Porto	113	5,12%
São João Porto	29	1,31%
São José	68	3,08%
Universitário Coimbra	121	5,48%
Outros	72	3,26%
<b>Total</b>	<b>2207</b>	<b>100,00%</b>

O Serviço de Deslocação de Doentes tem três formas de classificação das deslocações, conforme a urgência da necessidade de transporte e o tipo de transporte utilizado pelo utente.

Assim, as “Evacuações” correspondem aos transportes urgentes/emergentes que são realizados em aviões militares da Força Aérea Portuguesa. As “Transferências Hospitalares” são também decididas em contexto de urgência, mas o utente acaba por ser transportado em avião civil. Já as “Deslocações Hospitalares” seguem um percurso normal, com o utente a ser transportado em avião civil para actos clínicos devidamente programados. Nestas, distinguimos ainda as “Deslocações de 1.ª vez” das “Deslocações Subsequentes”.

Tabela 42 - Tipologia da Deslocação

Tipologia da Deslocação	Nº Processos	%
Deslocação Primeira vez	1274	57,73%
Deslocação subsequente	818	37,06%
Transferência Hospitalar	71	3,22%
Evacuação Força Aérea	44	1,99%
<b>Total</b>	<b>2207</b>	<b>100%</b>

Nas deslocações para o exterior da RAA, em 2021, a maioria dos utentes deslocou-se para Consultas (28,64%), Exames (27,96%) e Consultas e exames (20,07%), conforme se pode observar na Tabela 43.

Tabela 43 - Indicações para Deslocação

Indicado para	Nº Processos	%
Cirurgia	243	11,01%
Consultas e Exames	443	20,07%
Consultas	632	28,64%
Consultas e Tratamentos	81	3,67%
Exames	617	27,96%
Internamentos	119	5,39%
Tratamentos	72	3,26%
<b>Total</b>	<b>2207</b>	<b>100%</b>

*Handwritten signature and initials: A.S. - 15*

No que se refere à ilha de residência dos utentes deslocados para o exterior do HDES, 93,70 % dos utentes são residentes em São Miguel, 4,17 % em Santa Maria e os restantes distribuem-se pelas outras ilhas do arquipélago, com excepção do Corvo, que não teve qualquer utente deslocado para o SNS através do HDES.

Tabela 44 - Processos por ilha

Especialidade de Origem	Nº Processos	%
Santa Maria	92	4,17%
São Miguel	2068	93,70%
Terceira	8	0,36%
Graciosa	7	0,32%
São Jorge	11	0,50%
Pico	6	0,27%
Faial	9	0,41%
Flores	6	0,27%
Corvo	0	0,00
<b>Total</b>	<b>2207</b>	<b>100</b>



## V. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

### V.1 Tratamentos/Procedimentos Inovadores

A Cyber<sup>2</sup>Physical System for Telemedicine and Intensive Care (ICU4COVID19)

Em 2021, o HDES tornou-se parceiro no projecto financiado pelo programa de investigação e inovação “Horizonte 2020” da União Europeia (n.º 101016000) - <https://www.icu4covid.eu/>

Foram desenvolvidas várias reuniões que permitiram a entrega no HDES, de 15 equipamentos “Mona”.

Mona é um dispositivo inteligente para a Unidade de Cuidados Intensivos, que utiliza algoritmos de Inteligência Artificial de última geração (Prémio alemão de Inovação 2021 Ouro na categoria de “Design Thinking” e Prémio alemão de Inovação 2021 na categoria Excelência em “Tecnologias Médicas”) - <https://www.clinomic.ai/mona/>

Cirurgia complexa em Ortopedia realizada pela 1ª vez no HDES

No início de Setembro realizou-se no HDES pela primeira vez uma cirurgia inovadora nos Açores pela via anterior pélvica dita “Stoppa modificada”, realizada de forma autónoma pelo corpo médico do Serviço de Ortopedia, constituindo-se assim como mais um marco importante dado pela Unidade da Anca e Joelho, no tratamento das fracturas complexas do anel pélvico e acetábulo.

## V.2 Investigação- Estudos iniciados em 2021

Apresenta-se, em seguida, a lista dos estudos iniciados em 2021:

### Nome do estudo

"Análise das Infecções por Microrganismos Resistentes aos Carbapenemes no Hospital do Divino Espírito" Santo

"Síndrome de Herlyn-Werner-Wunderlich na adolescência - caso clínico"

Submissão de estudos à Comissão de Ética para a Saúde do HDES\_Circuito

"Fratura de Tillaux e maéolo medial, assistida por artroscopia"

"Artroscopia do Hallux, opção válida?"

"Acute Kidney injury classification in critical patients: comparison of the three systems"

"A Musicoterapia nas perturbações do neurodesenvolvimento: Contributo para a avaliação e intervenção"

"Caracterização da imunidade neutralizante dos profissionais de saúde vacinados para a Covid19 ao longo de 12 meses "

"Competência emocional dos enfermeiros e a comunicação terapêutica fase à pessoa com manifestações de perturbação mental: estudo num hospital geral"

"The impact of fear of hyperglycemia in parents of children with type 1 diabetes mellitus on overall glycemic control-a multicentre study"

"Prevalência e fatores de risco para a infeção de trato urinário por enterobacteriaceae produtores de beta lactamases de espectro alargado: um estudo retrospectivo 2017-2020"

"Burnout, ansiedade e depressão nos enfermeiros no contexto de pandemia por COVID-19"

"CC-CLEAR (Colon Capsule CLEansing Assessment and Report): the novel scale to evaluate the quality of bowel preparation in capsule colonoscopy - a prospective validation study"

"Development of a mobile health condition enhancer tool for chronic patients in Azores"

"Determinar o gasto energético em repouso por Calorimetria Indirecta no doente internado, comparando com os cálculos preditivos e ingestão alimentar"

"Doseamento dos valores séricos de vitamina D e suplementação no doente crítico"

### Serviço

Patologia Clínica

Ginecologia/Obstetrícia

Sem Acesso

Ortopedia

Ortopedia

Nefrologia

Musicoterapia Grupo de amigos da Pediatria do HDES

Unidade

Farmacovigilância dos Açores

Serviço de Urgência

Consulta Externa

Gabinete de Controle de infeção

Serviço de Urgência

Gastrenterologia

Universidade dos Açores (DTU)

Serviço de Endocrinologia e Nutrição

Serviço de Endocrinologia e Nutrição

"Os efeitos de uma intervenção de escolar na qualidade alimentar e nutricional dos lanches do meio da manhã em crianças do 2º ano"

Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

"Impacto da COVID 19 na saúde mental dos profissionais de saúde da linha da frente e fora da linha da frente"

Instituto Politécnico de Bragança

Consentimento informado para a vacinação contra a COVID-19

Sem Acesso

Proteção de dados de saúde no processo clínico eletrónico

Sem Acesso

Avaliação do crescimento e desenvolvimento a longo prazo em pretermos tardios e optimização do seu seguimento médico"

Serviço de Pediatria

"Transmissão vertical de anticorpos vacinais contra o SARS-CoV-2"

Ginecologia/Obstetrícia

"Padrão de tratamento em contacto real com CDKI no cancro da mama avançado e Portugal-Estudo REVEAL-Pharmacientic"

Serviços Farmacêuticos

"Terapêutica endoscópica na pancreatite crónica"

Serviço de Gastrenterologia (CHUC)

"Adaptação cultural e validação do questionário Systemic Lupus Erythematosus Quality of Life Questionnaire (SLEQoL) para a população portuguesa"

Centro de estudos e Investigação em saúde da Universidade de Coimbra

"INTOXicated patients ouTcome in Europe and other continentes (INTOXICATE study)"

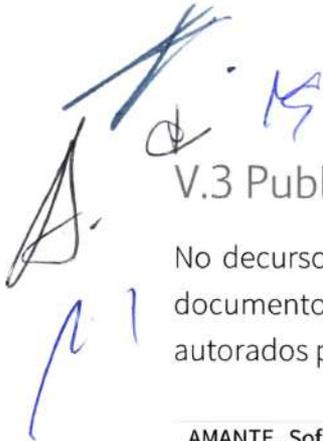
Epidemiologista clínico, UMCU, (DPIC)

"Enfermeiros na catástrofe contributos e perspectivas\_estudos 3"

Área de intervenção de enfermagem à Pessoa Idosa pela (ESEL)

"Enfermeiros na catástrofe contributos e perspectivas\_estudos 2"

Área de intervenção de enfermagem à Pessoa Idosa pela (ESEL)



## V.3 Publicações

No decurso do ano de 2021, refere-se a publicação e/ou apresentação dos seguintes documentos científicos com referências ao Hospital do Divino Espírito Santo ou co-autorados por profissionais desta instituição:

AMANTE, Sofia et al. "Low-grade serous epithelial ovarian cancer: a comprehensive review and update for radiologists", in *Insights Imaging*. 2021 May 11;12(1):60.

doi: [10.1186/s13244-021-01004-7](https://doi.org/10.1186/s13244-021-01004-7)

AMARAL, Rita et al. "Profiling Persistent Asthma Phenotypes in Adolescents: A Longitudinal Diagnostic Evaluation from the INSPIRERS Studies", in *Int J Environ Res Public Health*. 2021 Jan 24;18(3):1015.

doi: [10.3390/ijerph18031015](https://doi.org/10.3390/ijerph18031015).

ARRUDA, Augusta et al. "Is there a Role for Antenatal Corticosteroids in Term Infants before Elective Cesarean Section?", in *Rev Bras Ginecol Obstet*. 2021 Apr;43(4):283-290. doi: [10.1055/s-0041-1726055](https://doi.org/10.1055/s-0041-1726055). Epub 2021 May 12.

DOI: [10.1055/s-0041-1726055](https://doi.org/10.1055/s-0041-1726055)

BABATEEN, Abrar M. et al. "Acceptability and Feasibility of a 13-Week Pilot Randomised Controlled Trial Testing the Effects of Incremental Doses of Beetroot Juice in Overweight and Obese Older Adults", in *Nutrients*. 2021 Feb 26;13(3):769.

<https://doi.org/10.3390/nu13030769>

BARRADAS DA SILVA, M. et al. "Non-sustained ventricular tachycardia on remote patient monitoring in heart failure patients", in *European Heart Journal*, Volume 42, Issue Supplement\_1, October 2021, ehab724.0974

<https://doi.org/10.1093/eurheartj/ehab724.0974>

BARRADAS DA SILVA, M. et al. "STEMI treatment in remote areas - challenges of the only interventional angioplasty center located in an archipelago", in *European Heart Journal*, Volume 42, Issue Supplement\_1, October 2021, ehab724.1443

<https://doi.org/10.1093/eurheartj/ehab724.1443>

BARRADAS DA SILVA, M. et al. "Prognostic significance of non-sustained ventricular tachycardia on stored electrograms of heart failure patients with cardiovascular implantable electronic devices", in *European Heart Journal*, Volume 42, Issue Supplement\_1, October 2021, ehab724.0975

<https://doi.org/10.1093/eurheartj/ehab724.0975>

BETTENCOURT, P. et al. "Checklist para A Pré-Alta de Internamento por Insuficiência Cardíaca", in *Medicina Interna*. 28, 1 (Set. 2021), 76-81.

<https://doi.org/10.24950/NEIC/184/20/1/2021>

BORGES, Isabel e ARANHA, Patrícia. "Itchy papular and nodular skin lesions in chronic kidney disease patient", in *Eur J Intern Med*. 2021 Sep;91:81-82.

doi: [10.1016/j.ejim.2021.06.007](https://doi.org/10.1016/j.ejim.2021.06.007)

CHAVES, Carolina et al. "Successful long-term use of pioglitazone in Berardinelli-Seip lipodystrophy-associated diabetes", in *Endocrinology, Diabetes & Metabolism Case Reports*, Volume 2021: Issue 1

<https://doi.org/10.1530/EDM-20-0183>

CHAVES, Carolina et al. "Increased Hepatic Fat Content in Patients with Resistance to Thyroid Hormone Beta", in *Thyroid*. 2021 Jul;31(7):1127-1134.  
doi: 10.1089/thy.2020.0651

CHAVES, Carolina et al. "A male patient with subacute thyroiditis after COVID-19 infection", in *Endocrine Abstracts (2021) 73 AEP713*  
DOI: 10.1530/endoabs.73.AEP712

CHAVES, Carolina et al. "Assisted Reproductive Technology (ART) Success Rate Among Obese And Non-Obese Women, With Infertility Associated With Polycystic Ovary Syndrome (PCOS)", in *Endocrine Abstracts (2021) 73 AEP600*  
DOI: 10.1530/endoabs.73.AEP600

CHAVES, Carolina et al. "A case report of multiple endocrine neoplasia type 1 and autoimmune disease: Coincidence or correlation?", in *Medicine (Baltimore)*. 2021 Dec 10;100(49):e28145.  
doi: 10.1097/MD.00000000000028145.

CHAVES, Mariana et al. "Interobserver variability in MRI measurements of mesorectal invasion depth in rectal cancer", in *Abdom Radiol (NY)*. 2022 Mar;47(3):907-914.  
doi: 10.1007/s00261-021-03363-7

COSTA, Surana Correia et al. "External cephalic version: Predictors of success and influence on caesarean rates", in *Eur J Obstet Gynecol Reprod Biol*. 2021 Jan;256:211-214. Epub 2020 Nov 13.  
doi: 10.1016/j.ejogrb.2020.11.037

COSTA, Tiago et al. "The benefits of a unit dose system in oral antibiotics dispensing: Azorean hospital pharmacists tackling the socioeconomic problem of leftovers in Portugal", in *Drugs & Therapy Perspectives*. May2021, Vol. 37 Issue 5, p212-221. 10p.

COUTO, Mariana. "Health effects of exposure to chlorination by-products in swimming pools", in *Allergy*. 2021 Nov;76(11):3257-3275. Epub 2021 Jul 30.  
doi: 10.1111/all.15014

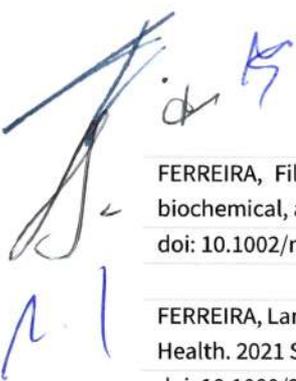
CUNHA, Roberto e QUINTANILHA, Rui. "Hemorrhagic cholecystitis after coronary angiography", in *Journal of Surgical Case Reports*, Volume 2021, Issue 6, June 2021  
<https://doi.org/10.1093/jscr/rjab255>

DUARTE, F. et al. "New York Heart Association class change on heart failure patients with implantable devices: does it matters?", in *European Heart Journal*, Volume 42, Issue Supplement\_1, October 2021, ehab724.0697  
<https://doi.org/10.1093/eurheartj/ehab724.0697>

FERNANDES, Melissa et al. "Biological Therapy in Patients with Rheumatoid Arthritis in a Tertiary Center in Portugal: A Cross-Sectional Study", in *Acta Med Port*. 2021 May 2;34(5):362-371.  
doi: 10.20344/amp.13605

FERNANDES, Sofia et al. "Awake airway endoscopy in mucopolysaccharidosis: a case report", in *Braz J Anesthesiol*. 2021 Jun 30;S0104-0014(21)00253-0.  
doi: 10.1016/j.bjane.2021.06.005.

FERREIRA, Alexandre Oliveira et al. "Participation in clinical trials increases the detection of pre-malignant lesions during colonoscopy", in *Rev Esp Enferm Dig*. 2021 Oct 5.  
doi: 10.17235/reed.2021.8104/2021



FERREIRA, Filipa et al. "Phenylketonuria in Portugal: Genotype-phenotype correlations using molecular, biochemical, and haplotypic analyses" in *Mol Genet Genomic Med*. 2021 Mar;9(3):e1559.  
doi: 10.1002/mgg3.1559

FERREIRA, Lara et al. "Protein-losing enteropathy caused by *Yersinia enterocolitica* colitis", in *Paediatr Int Child Health*. 2021 Sep 7;1-4. Online ahead of print.  
doi: 10.1080/20469047.2021.1890681

FERREIRA, Rita Soares et al. "Long Term Outcomes of Post-Implantation Syndrome After Endovascular Aneurysm Repair", in *Eur J Vasc Endovasc Surg*. 2021 Oct;62(4):561-568.  
doi: 10.1016/j.ejvs.2021.06.025

FLOR DE LIMA, Margarida et al. "Infected Walled-Off Pancreatic Necrosis Treated with Multiple-Gateway EUS-Guided Drainage", in *GE Port J Gastroenterol*. 2021 Feb 10;28(6):436-439.  
doi: 10.1159/000514009.

FLOR DE LIMA, Margarida et al. "Biliary rendezvous through the gallbladder using a lumen-apposing metal stent", in *Endoscopy*. 2021 Jul 9.  
doi: 10.1055/a-1525-1461

FLOR DE LIMA, Margarida et al. "Post-peroral endoscopic myotomy dehiscence treated with an esophageal fully covered self-expandable metal stent", in *Endoscopy*. 2021 Aug;53(8):E293-E294.  
doi: 10.1055/a-1264-6842

FONTES, Tomás et al. "An unusual cause of shoulder pain in a young woman with systemic sclerosis: isolated intra-articular calcinosis", *Rheumatology (Oxford)*. 2021 Aug 13;keab645.  
doi: 10.1093/rheumatology/keab645.

FREITAS FERREIRA, AC et al. "Upper gastrointestinal bleeding due to Kaposi´s Sarcoma in HIV-AIDS patient", in *Galicía Clínica*, Vol 82. Num 2, 01/07/2021 Apr-May-Jun, pp. 103-104 (2021)  
<https://doi.org/10.22546/61/2173>

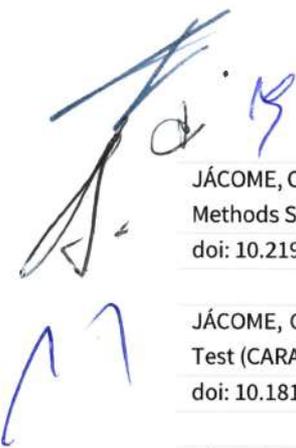
GASPAR, Ângela et al. "Anaphylaxis in children and adolescents: The Portuguese Anaphylaxis Registry", in *Pediatr Allergy Immunol*. 2021 Aug;32(6):1278-1286. Epub 2021 Apr 18  
<https://doi.org/10.1111/pai.13511>

LIMA, Ana. "Circulating antioxidant vitamins and copper in Azorean coronary artery disease patients under preventive medication - A case study", in *J Trace Elem Med Biol*. 2021 Mar;64:126701.  
doi: 10.1016/j.jtemb.2020.126701

GONÇALVES, Ana Cristina et al. "DNA Methylation Is Correlated with Oxidative Stress in Myelodysplastic Syndrome-Relevance as Complementary Prognostic Biomarkers", in *Cancers (Basel)*. 2021 Jun 23;13(13):3138.  
doi: 10.3390/cancers13133138.

GUIMARÃES, Isabel et al. "Pediatric Voice Handicap Index (pVHI): Validation in European Portuguese Children", in *J Voice*. 2021 Jun 25; S0892-1997(21)00169-7.  
doi: 10.1016/j.jvoice.2021.05.004

HENRIQUES, Ana Raquel et al. "Bronchial Hypersecretion as a Clue for Asthma Diagnosis", in *Port J Pediatr* 2021;52:343-4  
<https://doi.org/10.25754/pjp.2021.22064>



JÁCOME, Cristina. et al. "Feasibility and Acceptability of an Asthma App to Monitor Medication Adherence: Mixed Methods Study", in JMIR Mhealth Uhealth. 2021 May 25;9(5):e26442.  
doi: 10.2196/26442.

JÁCOME, Cristina. et al. "Validation of App and Phone Versions of the Control of Allergic Rhinitis and Asthma Test (CARAT)", in J Investig Allergol Clin Immunol. 2021 Jun 22;31(3):270-273.  
doi: 10.18176/jiaci.0640

JÁCOME, Cristina et al. "Monitoring Adherence to Asthma Inhalers Using the InspirerMundi App: Analysis of Real-World, Medium-Term Feasibility Studies", in Front Med Technol. 2021 Jul 15;3:649506.  
doi: 10.3389/fmedt.2021.649506

LIMA, F. et al. "Meningite tuberculosa - a importância da suspeição clínica", in Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas. Mai-Ago2021, Vol. 16 Issue 2, p86-89. 4p.

MAGRO, Fernando et al. "Histologic Features of Colon Biopsies (Geboes Score) Associated With Progression of Ulcerative Colitis for the First 36 Months After Biopsy", in Clin Gastroenterol Hepatol. 2021 Dec;19(12):2567-2576.e9.  
doi: 10.1016/j.cgh.2020.09.017.

MARINHO, S. et al. "Cauda equina syndrome following combined spinal-epidural anesthesia with levobupivacaine for cesarean section", in Rev Esp Anesthesiol Reanim (Engl Ed). 2021 Oct;68(8):484-486.  
doi: 10.1016/j.redare.2020.08.012

MARQUES, Susana et al. "GRUPUGE Perspective: Endoscopic Ultrasound-Guided Fine-Needle Tattooing and Fiducial Placement in Pancreatic Cancer", in GE Port J Gastroenterol. 2021 Feb;28(2):106-110.  
doi: 10.1159/000509194

MONIZ, Catarina Senra et al. "Efficacy of a Salt Iodization Program on Iodine Status and Intakes in Schoolchildren of São Miguel Island, Azores, Portugal", in Eur Thyroid J. 2021 Apr;10(2):109-113.  
doi: 10.1159/000511055

MONTEIRO, Sara et al. "Osteotomies around the knee are not correlated to substantial post-operative ankle pain", in Knee Surg Sports Traumatol Arthrosc. 2021 Aug 19.  
doi: 10.1007/s00167-021-06699-1

MORAIS, Joana Rodrigues et al. "Refractory Orbital Myositis in Systemic Lupus Erythematosus A Role for Rituximab, in Eur J Case Rep Intern Med. 2021 Dec 10;8(12):003038.  
doi: 10.12890/2021\_003038

NEVES, Ana Luísa et al. "Determinants of the Use of Health and Fitness Mobile Apps by Patients With Asthma: Secondary Analysis of Observational Studies", in J Med Internet Res. 2021 Sep 22;23(9):e25472.  
doi: 10.2196/25472.

NUNES, Nuno et al. "GRUPUGE PERSPECTIVE: Endoscopic Ultrasound-Guided Biliary Drainage", in GE Port J Gastroenterol. 2021 Apr;28(3):179-184. Epub 2020 Sep 25.  
doi: 10.1159/000510026

OLIVEIRA, Luís et al. "Worrisome trends of ST-elevation myocardial infarction during the Covid-19 pandemic: Data from Portuguese centers", in Rev Port Cardiol. 2022 Feb 17. Online ahead of print.  
DOI:10.1016/j.repc.2021.03.012

OLIVEIRA, Luís et al. "Fabry cardiomyopathy: what could parametric mapping still unveil?", in Rev Esp Cardiol (Engl Ed). 2022 Mar;75(3):262-263.  
doi: 10.1016/j.rec.2021.10.001

OLIVEIRA, Luís et al. "Prognostic impact of subcutaneous implantable cardioverter-defibrillator appropriate and inappropriate shocks", in May 2021, Europace 23(Supplement\_3)  
DOI:10.1093/europace/euab116.413

OLIVEIRA, Luís et al. "The Portuguese Registry of Acute Coronary Syndromes, Non-ST elevation myocardial infarction in patients with previous CABG: what is the best treatment option?", in European Heart Journal, Volume 42, Issue Supplement\_1, October 2021, ehab724.1408  
<https://doi.org/10.1093/eurheartj/ehab724.1408>

OLIVEIRA, Luís et al. "Impact of COVID-19 pandemic on ST-elevation myocardial infarction: data from two Portuguese centers", in European Heart Journal, Volume 42, Issue Supplement\_1, October 2021, ehab724.1316  
<https://doi.org/10.1093/eurheartj/ehab724.1316>

OLIVEIRA, Luís et al. "Early and long term prognostic accuracy of 4 acute pulmonary embolism mortality risk scores", in European Heart Journal, Volume 42, Issue Supplement\_1, October 2021, ehab724.1893  
<https://doi.org/10.1093/eurheartj/ehab724.1893>

OLIVEIRA, Nelson F. G. et al. "Risk Factors, Dynamics, and Clinical Consequences of Aortic Neck Dilatation after Standard Endovascular Aneurysm Repair", in Eur J Vasc Endovasc Surg. 2021 Jul;62(1):26-35.  
doi: 10.1016/j.ejvs.2021.03.020

OLIVEIRA, Nelson F. G. et al. "Response to Commentary on "Risk Factors, Dynamics, and Clinical Consequences of Aortic Neck Dilatation After Standard EVAR", in Eur J Vasc Endovasc Surg. 2022 Feb;63(2):355-356.  
doi: 10.1016/j.ejvs.2021.11.014

OLIVEIRA-PINTO, José et al. "Aneurysm Volumes After Endovascular Repair of Ruptured vs Intact Aortic Aneurysms: A Retrospective Observational Study", in J Endovasc Ther. 2021 Feb;28(1):146-156  
doi: 10.1177/1526602820962484

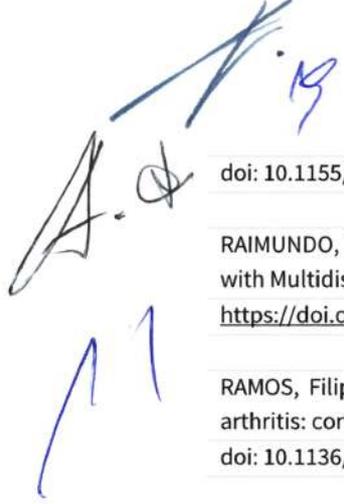
ORMONDE, Carolina et al. "Primary Hyperaldosteronism: A Rare Cause of Malignant Hypertension with Thrombotic Microangiopathy in a Kidney Transplant Recipient", in Case Rep Transplant. 2021 Nov 15;2021:9261371.  
doi: 10.1155/2021/9261371

PAIVA, Teresa et al. "Sleep and Awakening Quality during COVID-19 Confinement: Complexity and Relevance for Health and Behavior", in Int J Environ Res Public Health. 2021 Mar 28;18(7):3506.  
doi: 10.3390/ijerph18073506.

PARREIRA, Rafaela et al. "Enucleation of a giant symptomatic gastric lipoma, a safe surgical approach", in J Surg Case Rep. 2021 Mar 27;2021(3):rjab087.  
<https://doi.org/10.1093/jscr/rjab087>

PEYROTEO, Mariana et al. "Time to invest on research during medical training", in Multicenter Study Postgrad Med J. 2021 Feb;97(1144):128-129. Epüb 2020 Jun 3.  
doi: 10.1136/postgradmedj-2020-138071

QUERIDO, Sara et al. "Outcomes of Living Kidney Donor Candidates and Living Kidney Recipient Candidates with JC Polyomavirus and BK Polyomavirus Viruria", in Int J Nephrol. 2021 Aug 19;2021:8010144.



doi: 10.1155/2021/8010144

RAIMUNDO, Diana et al. "Arrested Puberty in an Adolescent Male with Anorexia Nervosa Successfully Resumed with Multidisciplinary Care", in *Case Rep Pediatr.* 2021: Article ID 5512532

<https://doi.org/10.1155/2021/5512532>

RAMOS, Filipa Oliveira et al. "Health-related quality of life and disability in adults with juvenile idiopathic arthritis: comparison with adult-onset rheumatic diseases", in *RMD Open.* 2021 Nov;7(3):e001766.

doi: 10.1136/rmdopen-2021-001766.

RAPOSO, Mafalda et al. "Novel Machado-Joseph disease-modifying genes and pathways identified by whole-exome sequencing", *Neurobiol Dis.* 2022 Jan;162:105578.

doi: 10.1016/j.nbd.2021.105578

RASTOGI, Vinamr et al. "Proximal seal dilatation following fenestrated endovascular repair for complex abdominal aortic aneurysms", in *J Vasc Surg.* 2022 Jan 4;S0741-5214(21)02741-5. Online ahead of print.

DOI: 10.1016/j.jvs.2021.12.061

RIBEIRO, Carla et al. "Current Practices in Home Mechanical Ventilation for Chronic Obstructive Pulmonary Disease: A Real-Life Cross-Sectional Multicentric Study", in *Int J Chron Obstruct Pulmon Dis.* 2021 Jul 29;16:2217-2226.

doi: 10.2147/COPD.S314826

RIBEIRO, Henrique Prata et al. "Mental health risk factors during the first wave of the COVID-19 pandemic", in *BJPsych Open.* 2021 Oct 27;7(6):e195.

doi: 10.1192/bjo.2021.1031.

RODRIGUES, Inês M. et al. "The Role of Medical Therapy in Refractory Pigmented Villonodular Synovitis", in *Acta Reumatol Port.* Oct-Dec 2021;46(4):370-371.

RUIVO, Ernesto et al. "Extreme Postoperative Shivering: A Case Report to Remember", in *Ther Hypothermia Temp Manag.* 2021 Jun;11(2):132-134. Epub 2021 Jan 11.

doi: 10.1089/ther.2020.0042

SEQUEIRA, Carolina e LOPES, Pedro. "Antibody Negative Autoimmune Encephalitis: A Case Report", in *Acta Med Port.* 2021 May 2;34(5):378-382. doi: 10.20344/amp.13793. Epub 2020 Dec 31.

SERENA, Cátia et al. "Porcelain atrium: a heart of a rolling stone", in *Eur Heart J Cardiovasc Imaging.* 2021 Jun 22;22(7):e88.

doi: 10.1093/ehjci/jeaa350.

SOUSA, Clemente Neves et al. "Investigating the Effect of a Structured Intervention on the Development of Self-Care Behaviors With Arteriovenous Fistula in Hemodialysis Patients", in *Clin Nurs Res.* 2021 Jul;30(6):866-874.

doi: 10.1177/1054773820974834

SOUSA, G. et al. "Rifampicin-induced disseminated intravascular coagulation: An antibody-mediated side effect", in *Pulmonology.* May-Jun 2021;27(3):269-272. Epub 2020 May 19.

DOI: 10.1016/j.pulmoe.2020.04.006

SOUSA, Grimanese et al. "Indirect Calorimetry as an Instrument of Research to Identify the Effect of Hypermetabolism in Critical Patients' Prognosis", in *Cureus.* 2021 Sep 7;13(9):e17784.

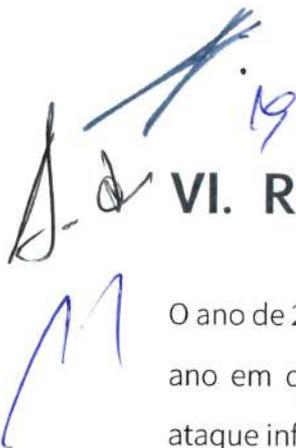
doi: 10.7759/cureus.17784

  
VEIGA, José et al. "The Covid-19 Pandemic Constraints May Lead to Disease Progression for Patients with Liver Cancer Scheduled to Receive Locoregional Therapies: Single-Centre Retrospective Analysis in an Interventional Radiology Unit", in Cardiovasc Intervent Radiol. 2021 Apr;44(4):669-672.

doi: 10.1007/s00270-021-02774-9

  
VIDE, Sérgio et al. "Foreseeing postoperative pain in neurosurgical patients: pupillometry predicts postoperative pain ratings-an observational study", in J Clin Monit Comput. 2021 Oct;35(5):1111-1118.

doi: 10.1007/s10877-020-00570-3



## VI. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2021 para o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R. foi um ano em que, não obstante as diversas adversidades trazidas pela pandemia e pelo ataque informático, entre outras, acabou por ter um balanço positivo:

- Contratação de 260 novos colaboradores (82 enfermeiros, 68 assistentes operacionais, 64 médicos - incluindo internos de formação geral e específica, 17 Técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, 13 assistentes técnicos, 11 técnicos superiores de regime geral, 2 nomeações para exercer cargos no conselho de administração em comissão de serviço, 1 director de serviço (Dirigente), 1 técnico de informática e 1 farmacêutico);
- Saída de 116 colaboradores (42 médicos - incluindo os internos de formação geral que terminam o internato em Dezembro, 29 enfermeiros, 21 assistentes operacionais, 6 assistentes técnicos, 6 técnicos superiores de regime geral, 4 directores de serviço (Dirigentes), 4 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, 3 com cargos no conselho de administração (Dirigentes - CA) e 1 farmacêutico);
- 85 colaboradores que sofreram uma alteração de vínculo e/ou categoria - Internos de formação específica, a contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto, que passam a assistentes hospitalares, a contrato individual de trabalho por tempo indeterminado; A passagem de enfermeiros que estavam numa situação de estágio L ou de contrato individual de trabalho a termo incerto ao abrigo do COVID 19 para uma situação de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado; A passagem de enfermeiros, técnicos superiores de regime geral, assistentes técnicos, assistentes operacionais e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica que passam de uma situação de estágio L/T para uma situação de contrato individual de trabalho a termo incerto ao abrigo do COVID 19; A passagem de internos de formação geral para internos de formação específica, mantendo o vínculo de contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto; A passagem de um colaborador com categoria de assistente

operacional para a categoria de enfermeiro, devido à aquisição de habilitações literárias necessárias para o devido exercício de funções; A passagem de colaboradores com categoria de assistente operacional para a categoria de assistente técnico; etc.

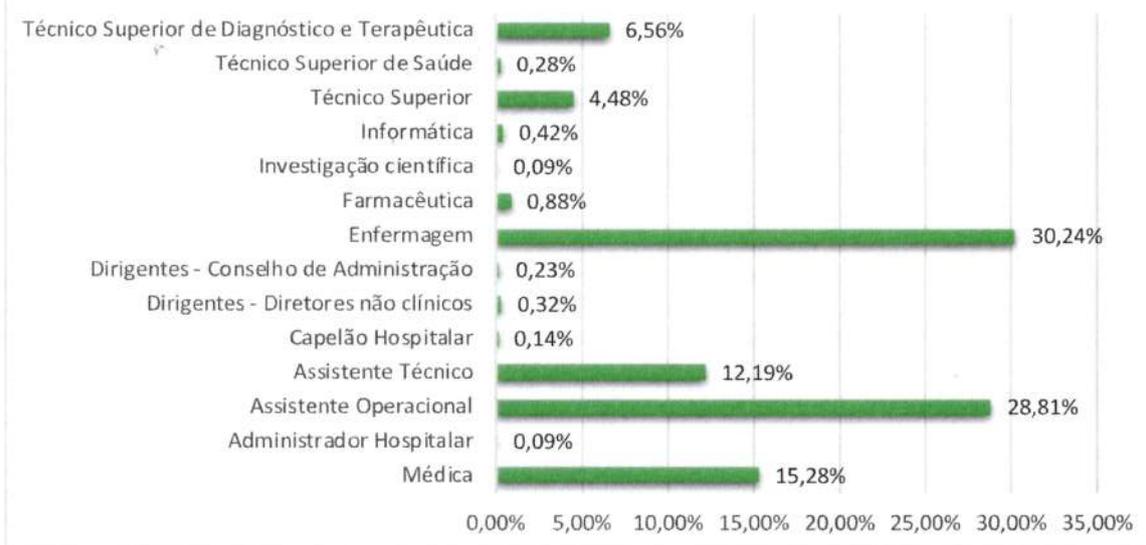
Assim, em 2021, o HDES obtém um saldo final positivo (Entradas - Saídas) de +144 colaboradores, demonstrando desta forma a capacidade rápida de resposta que, em plena pandemia, conseguiu ter para colmatar os défices de recursos humanos que iam surgindo. Esta resposta rápida, com a contratação de novos colaboradores, também foi importante para combater listas de espera com uma maior eficiência e rapidez, uma vez que, como hospital, a nossa prioridade será sempre o utente.

É importante realçar que nas novas contratações em 2021, tal como ocorreu em 2020, o HDES recorreu, excepcionalmente, à modalidade de contratos de trabalho a termo incerto para fazer face às necessidades de reforço dos recursos humanos decorrentes da pandemia COVID-19, tendo sido este o método de contratação mais utilizado pela instituição. Deste modo, da totalidade de colaboradores novos, o HDES, contratou 184 colaboradores a contrato individual de trabalho a termo incerto ao abrigo do COVID 19, dos quais:

- >> 68 Assistentes operacionais;
- >> 13 Assistentes técnicos;
- >> 75 enfermeiros;
- >> 1 técnico de informática;
- >> 4 Assistentes Hospitalares - 1 de Medicina Interna, 1 Radioncologia, 1 de Gastrenterologia e 1 de Psiquiatria;
- >> 11 Técnicos superiores de regime geral;
- >> 12 Técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

No final do ano de 2021 o HDES contava com a colaboração de 2.166 profissionais (não incluindo prestações de serviço ou colaboradores em situações de estágio/jovem pro/REACT emprego/Berço de emprego).

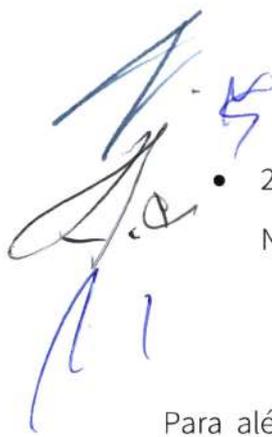
**Figura 1 - Distribuição por Grupo Profissional**



Os grupos profissionais predominantes são: Carreira de enfermagem (30,24%), Carreira dos assistentes operacionais (28,81%) e a Carreira médica (15,28%) - como pode ser observado na figura 1.

Relativamente à carreira médica, apesar da forte e sentida escassez de pessoal médico, o HDES, em 2021, conseguiu reforçar a sua equipa com a contratação de 64 novos médicos, dos quais:

- 38 Internos de formação geral;
- 14 Internos de formação específica - 3 de Medicina Interna, 2 de Pediatria, 2 de Psiquiatria, 1 de Anestesiologia, 1 de Cirurgia Geral, 1 de Hematologia Clínica, 1 de Nefrologia, 1 de Medicina Intensiva, 1 de Ortopedia e 1 de Radiologia;
- 10 Assistentes Hospitalares - 2 de Cirurgia Geral, 2 de Gastrenterologia, 2 de Psiquiatria, 1 de Medicina Interna, 1 de Radioncologia, 1 de Estomatologia e 1 de Radiologia;

- 
- 2 Médicos aposentados - 1 de Endocrinologia e nutrição e 1 de Nefrologia/Hemodiálise.

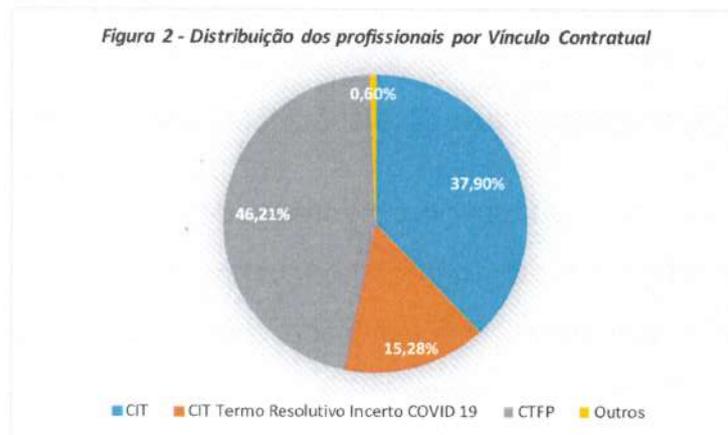
Para além da contratação médica supra-referida, em 2021, é de realçar também a alteração de vínculo e/ou categoria de 17 colaboradores médicos, dos quais:

- 12 Internos de formação específica, a contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto, que passam para assistentes hospitalares, a contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, dos quais: 2 Cirurgia Geral, 2 Ginecologia/Obstetrícia, 1 Anestesiologia, 1 Cardiologia, 1 Cirurgia Vascular, 1 Hematologia Clínica, 1 Neurologia, 1 Pediatria, 1 Psiquiatria e 1 Radiologia;
- 5 Internos de formação geral que passam para internos de formação específica, mantendo o vínculo de contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto, dos quais: 1 Endocrinologia e nutrição, 1 Ginecologia/Obstetrícia, 1 Medicina Física e de Reabilitação, 1 Medicina Interna e 1 Otorrinolaringologia.

Com as alterações de vínculo e/ou categoria, que ocorreram em diversas carreiras, o HDES, em 2021, também demonstra uma grande capacidade de substituição de vínculos precários para vínculos mais estáveis e, com as alterações de categorias, demonstra que os seus funcionários estão sempre a melhorar o seu desempenho profissional e/ou o seu nível de qualificação - como poderá ser observado na figura 5.

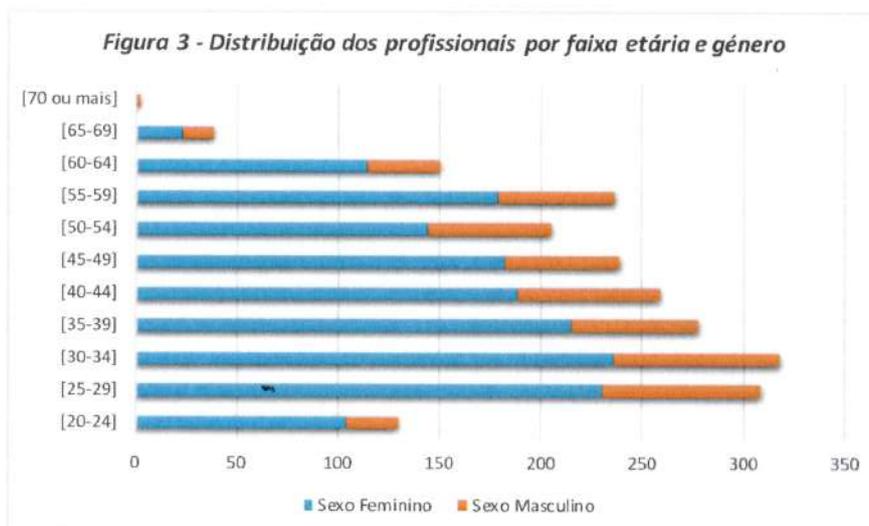
A evolução do número geral dos trabalhadores em funções públicas afectos do HDES, diminuiu em 2021, tal como nos anos anteriores, uma vez que, desde 2007, e de acordo com o artigo 17º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de Janeiro, somente é possível a celebração de contratos individuais de trabalho (com excepção dos médicos internos de formação geral e específica, cujo contrato celebrado é de funções públicas a termo resolutivo incerto). Desta forma, é evidente a alteração da realidade contratual dos profissionais da instituição como se pode verificar na figura

seguinte, com os CIT a alcançar um peso máximo dos 53,19% (CIT Tempo indeterminado, CIT Termo resolutivo incerto, Termo resolutivo certo e Termo resolutivo incerto ao abrigo do COVID-19) - Figura 2.



Os colaboradores do HDES são constituídos, na sua esmagadora maioria, por mulheres, as quais representam 74,61% do total dos profissionais do hospital.

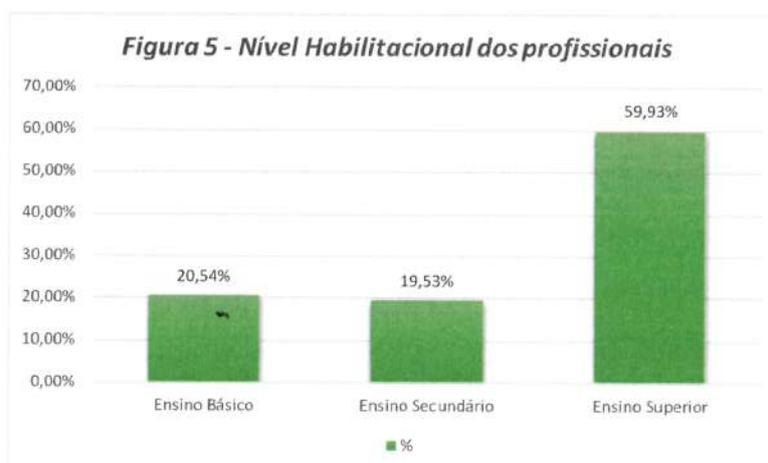
No que diz respeito à faixa etária (Figura 3), é evidente a predominância de colaboradores com idades compreendidas entre 30 e 34 anos (14,68% do total), em ambos os géneros (236 profissionais do sexo feminino e 82 do sexo masculino). É importante realçar que 47,78% dos funcionários que trabalham no HDES têm idade inferior a 40 anos e 8,82% tem idade superior a 60 anos. A média das idades, da totalidade dos funcionários, é de 42 anos.

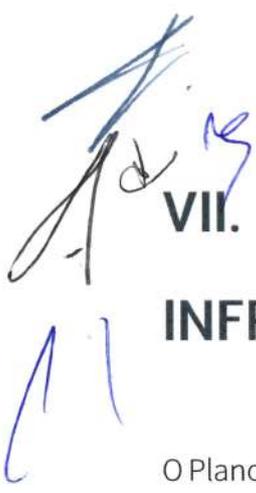


O motivo de ausência mais predominante ao decorrer do ano de 2021, no HDES, foi a ausência por doença do próprio, prolongada e após internamento (49,51% - como pode ser observado na figura 4). De realçar que, a pandemia COVID 19, para além dos isolamentos profiláticos devido a contactos de alto risco e isolamentos profiláticos por infecção do vírus, também provocou a suspensão de actividades lectivas fazendo com que uma parte dos profissionais da instituição tivessem que se ausentar para acompanhamento de menores. Posto isto, e como poderá ser observado na figura 4, a pandemia COVID 19 é responsável por 9,17% (Soma dos 7,13% relativas a ausências por COVID e os 2,04% relativos a ausências devido à suspensão de actividades lectivas) das ausências decorrentes do ano de 2021.



Relativamente ao nível habilitacional dos profissionais, e como se verifica nos dados constantes da figura 5, no HDES 59,93% dos profissionais do HDES possuem qualificações académicas de nível superior - Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento.





## VII. RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (PPRCIC) do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER (HDESPD, EPER), aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de Janeiro de 2021, foi elaborado nos termos das recomendações definidas e aprovadas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC).

O processo de elaboração do plano contou com a colaboração dos responsáveis das áreas/serviços: Conselho de Administração, Serviços Clínicos, Serviço de Aprovisionamento, Serviços Farmacêuticos, Serviço de Recursos Humanos, Serviços Financeiros, Tesouraria, Serviço de Deslocação de Doentes, Serviço de Gestão de Doentes, Serviços Hoteleiros, Serviço de Instalações e Equipamentos e Serviço de Informática.

Foram elaborados Mapas de Identificação de Riscos e Medidas de Prevenção por áreas/serviços, com a aplicação de matriz de risco, definindo-se para o efeito os critérios de avaliação e de graduação do risco, bem como, as medidas preventivas a adoptar.

As áreas/serviços envolvidos, em colaboração com o Gabinete de Gestão do Risco (GGR), têm vindo a actualizar a sua matriz de risco em cumprimento das orientações mais recentes do CPC em contexto de contratação pública e gestão de conflitos de interesses.

A avaliação da execução do PPRCIC realizou-se através de listas de acompanhamento elaboradas pelo GGR e Serviço da Qualidade, que foram disponibilizadas aos responsáveis de áreas/serviços, a quem, por sua vez, se solicitou, à data de referência de 31/12/2021, o ponto de situação das acções desenvolvidas no âmbito dos riscos identificados.

Os intervenientes sinalizaram a respectiva execução, nos seguintes termos:

- **Implementada** - a medida de resposta ao risco foi completamente executada;
- **Em Execução** - a medida de resposta ao risco foi executada apenas parcialmente;
- **Não Implementada** - a medida de resposta ao risco não foi executada.

Assim, e no final de 2021, registaram-se 97 actividades/eventos, 184 riscos de gestão e 243 medidas preventivas. Constatou-se que no Serviço de Deslocação de Doentes e Tesouraria o número de medidas foi inferior ao número de riscos. Nas restantes áreas/serviços verificou-se um número de medidas preventivas superior ao número de riscos (Tabelas 45 e 46).

Tabela 45 - Riscos e respectivas medidas preventivas por Áreas/Serviços.

Áreas/Serviços	Riscos				Medidas Preventivas
	Elevado	Moderado	Fraco	Total	
Aprovisionamento	31	17	1	49	70
Conselho de Administração	2	6	0	8	10
Deslocação de Doentes	0	3	5	8	5
Gestão de Doentes	1	7	2	10	19
Recursos Humanos	1	8	11	20	23
Serviços Clínicos	1	11	0	12	25
Serviços Farmacêuticos	4	14	6	24	25
Serviços Financeiros	7	2	4	13	17
Serviços Hoteleiros	0	4	3	7	11
Serviços de Informática	3	7	2	12	19
Serviço de Instalações e Equipamentos	6	6	1	13	16
Tesouraria	0	8	0	8	3
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>93</b>	<b>35</b>	<b>184</b>	<b>243</b>

Tabela 46 - Riscos e respectivas medidas preventivas por Áreas/Serviços.

Áreas/Serviços	Implementado		Em execução		Não Implementado		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aprovisionamento	65	92,86	2	2,86	3	4,29	70	28,81
Conselho de Administração	10	100,00	0	0,00	0	0,00	10	4,12
Deslocação de Doentes	4	80,00	1	20,00	0	0,00	5	2,06
Gestão de Doentes	14	73,68	1	5,26	4	21,05	19	7,82
Recursos Humanos	23	100,00	0	0,00	0	0,00	23	9,47
Serviços Clínicos	14	56,00	8	32,00	3	12,00	25	10,29
Serviços Farmacêuticos	19	76,00	5	20,00	1	4,00	25	10,29
Serviços Financeiros	13	76,47	0	0,00	4	23,53	17	7,00
Serviços Hoteleiros	10	90,91	0	0,00	1	9,09	11	4,53
Serviços de Informática	13	68,42	0	0,00	6	31,58	19	7,82
Serviço de Instalações e Equipamentos	10	62,50	5	31,25	1	6,25	16	6,58
Tesouraria	3	100,00	0	0,00	0	0,00	3	1,23
<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>81,48</b>	<b>22</b>	<b>9,05</b>	<b>23</b>	<b>9,47</b>	<b>243</b>	<b>100</b>

Da análise dos dados aqui compilados, destaca-se que:

- >> no final de 2021, numa análise global, as medidas implementadas e em execução representam 90,53% das 243 medidas preventivas;
- >> das 243 medidas preventivas, 198 encontram-se implementadas (81,48%), 22 em execução (9,05%) e 23 não foram implementadas (9,47%);
- >> o Conselho de Administração, o Serviço de Recursos Humanos, e a Tesouraria apresentam a maior percentagem de medidas implementadas (100%);
- >> o Serviço de Informática apresenta a maior percentagem de medidas por implementar (31,58%);
- >> os Serviços Clínicos detêm a maior percentagem de medidas em execução (32%).

## VIII. INVESTIMENTO

O investimento realizado durante o período de 2021 totalizou 1,7 milhões de euros.

Os quadros seguintes apresentam o investimento realizado em 2021 e 2020, desagregado por principais rubricas:

	2019	2020	2021	Δ 2021/2020	unid: €
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Edifícios e outras construções	-	37 440	-	(37 440)	-100,0%
Equipamento básico	761 263	1 007 045	987 620	(19 425)	-1,9%
Equipamento administrativo	118 140	70 300	236 315	166 015	236,2%
Outros	4 227	12 074	-	(12 074)	-100,0%
Ativos fixos tangíveis em curso	595 410	189 094	88 616	(100 477)	-53,1%
<b>Ativos intangíveis</b>					
Software e sistemas de informação	33 476	4 951	393 777	388 826	7853,9%
Ativos intangíveis em curso	-	53 078	12 136	(40 942)	-77,1%
	<b>1 512 516</b>	<b>1 373 982</b>	<b>1 718 465</b>	<b>344 483</b>	<b>25,1%</b>

	2019	2020	2021	unid: €
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>				
Cardiologia	22 824	-	-	
Medicina I	33 883	-	-	
Psiquiatria	420 948	5 498	-	
Remodelação das Águas Quentes	31 209	17 261	16 408	
Internamento da Cirurgia I	64 737	1 133	-	
Medicina II	20 488	23 624	-	
SID-COVID 19	-	44 147	-	
Ressonância Magnética	-	97 430	1 959	
Sala de espera Serviço Urgência	-	-	70 249	
Outros investimentos em curso	1 321	-	-	
	<b>595 410</b>	<b>189 094</b>	<b>88 616</b>	

	2019	2020	2021	unid: €
<b>Ativos intangíveis em curso</b>				
SISQUAL WFM	-	21 240	-	
Módulo dietética	-	27 642	12 136	
Portal de formação e plataforma e-learning	-	4 197	-	
	-	<b>53 078</b>	<b>12 136</b>	

As rubricas com maior representação no investimento, em 2021 e 2020, são detalhadas no quadro seguinte:

unid: €

	2019	2020	2021	Δ 2021/2020	
<b>Edifícios e outras construções</b>	-	37 440	-	(37 440)	-100,0%
<b>Equipamento básico</b>					
Equipamento informático e de telecomunicações	-	649	-	(649)	-100,0%
Equipamento para investigação e formação de medida e de utilização técnica especial	-	2 670	-	(2 670)	-100,0%
Equipamento e material específico dos serviços de saúde					
Médico-cirúrgico	497 238	512 097	774 578	262 481	51,3%
De imagiologia	12 380	14 424	47 108	32 684	226,6%
De laboratório	20 894	-	23 013	23 013	100,0%
Mobiliário hospitalar	142 030	220 192	100 720	(119 472)	-54,3%
De desinfecção e esterilização	56 000	-	-	-	-
Equipamento e material para serviços de alimentação rouparia e lavandaria					
Equipamento de cozinha, bar e cafetaria	2 077	8 611	-	(8 611)	-100,0%
Equipamento de lavandaria e rouparia	200	135 095	-	(135 095)	-100,0%
Equipamento de aquecimento, climatização e refrigeração	2 120	113 187	-	(113 187)	-100,0%
Equipamento de limpeza e conservação	1 662	121	-	(121)	-100,0%
Material complementar de hotelaria	129	-	-	-	-
Outro equipamento e material para serviços de alimentação rouparia e lavandaria	-	-	6 255	6 255	100,0%
Outro equipamento básico	26 683	-	35 947	35 947	100,0%
<b>Equipamento administrativo</b>					
Equipamento informático e de telecomunicações					
Hardware	93 111	36 008	180 249	144 242	400,6%
Equipamento de telecomunicações	16 757	11 683	-	(11 683)	-100,0%
Equipamento de escritório e de reprografia	-	508	-	(508)	-100,0%
Mobiliário de escritório e de arquivo	6 975	22 102	-	(22 102)	-100,0%
Outro equipamento administrativo	1 149	-	56 066	56 066	100,0%
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>					
Equipamento de oficina e reparações	2 897	801	-	(801)	-100,0%
Equipamento de decoração e conforto de utilização comum	1 330	11 272	-	(11 272)	-100,0%
	<b>883 630</b>	<b>1 126 859</b>	<b>1 223 935</b>	<b>97 076</b>	<b>8,6%</b>

Como apresentado no quadro acima, a maior concentração de investimento realizou-se em equipamentos médico-cirúrgicos, mobiliário hospitalar e hardware.

No que diz respeito à renovação de equipamentos, salienta-se:

>> Oxigenoterapia nasal de alto fluxo (ONAF) (3 Willamed Spacensp; 2 Airvo2)

>>Alinity® da Abbot



>>Monitores Multiparamétricos COMEN® Star8000- 50

>>Microscópio Otorrinolaringologia

>>Macas urgência Stryker®

>>Material para ressonância: laringoscópio, ventilador, bombas infusoras e seringas infusoras Braun®, monitor sinais vitais, debitómetro e vacuómetro

>>Balança função respiratória

>>Balanças pediátricas

>>Processador de tecidos

>>Cadeira Estomatologia e Cirurgia Maxilo-facial

>>Videolaringoscópio para o Bloco Operatório(BO)

>>Carro de transporte para o motor Cirurgia maxilo facial (BO)

>>Camas stryker®

>>Bilirrubinómetro

>>Arca -80° Fiochetti®

>>Candeeiros tecto para consulta externa

>>Bombas infusoras fresenius® 60

>>Espelhos frontais otorrinolaringologia

>>Otoscópio

>>Pletismógrafo

>>Cadeiras rodas

>>Sonda ecógrafo Toshiba

>>OCT (*Optical coherence tomography*)

>>Ventilador Anestesia Primus® - BO

>>Máquina lavar roupa (incluído no contrato de concessão do serviço)

>>Balanças banco de sangue

>>Doppler portátil cirurgia vascular

Em 2021, foi concluído e transferido para rubrica de software e sistemas de informação o investimento relativo ao módulo de dietética, no montante de 39.778 euros.



## XIX. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

O presente “Relatório & Contas” enquadra-se no disposto no artigo 25.º (sob a epígrafe “Documentos de Prestação de Contas”) dos Estatutos dos Hospitais integrados no Serviço Regional de Saúde dos Açores, organizados como entidades públicas empresariais regionais- Apêndice II do Anexo I do Decreto Legislativo Regional nº 2/2007/A de 24 de Janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de Setembro.

Considerando o Decreto Legislativo Regulamentar nº 9/2011/A, de 23 Março, nomeadamente a alínea c) do nº2 do Artigo 4º e aos artigos 7º, 19º e 24º. Foi a 11 de Outubro de 2021 assinado contrato para apoiar e financiar o HDES, no que se refere à execução do Plano de Investimentos da Região Autónoma dos Açores para 2021, no valor de €2 348 150,00.

A 1ª Adenda ao contrato realizada a 24 de Novembro de 2021, veio alterar o valor contante da cláusula 2ª, do Contrato de Investimento, que passou a ser de €3 414 839,00.

A 2ª Adenda ao contrato realizada a 24 de novembro de 2021, veio alterar o valor contante da cláusula 2ª, do Contrato de Investimento, que passou a ser de €3 664 839,00.

### **ROC/Fiscal Único do HDES**

UHY&Associados, Lda

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

## X. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

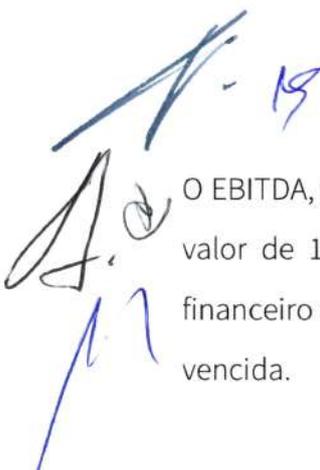
A análise económica e financeira, revela os principais resultados apresentados em 2021, avaliando a sua evolução, sempre que possível, relativamente aos períodos de 2019 e 2020.

### X.1 Análise Económica

Os principais indicadores económicos, em comparação com os respectivos períodos homólogos, são apresentados no quadro seguinte:

	2019	2020	2021	Δ 2021/2020	unid: €
Custo das matérias consumidas	37 006 442	41 248 298	43 341 720	2 093 422	5,1%
Fornecimentos e serviços externos	29 953 940	25 085 276	28 471 247	3 385 971	13,5%
Gastos com pessoal	62 155 658	66 640 788	72 230 326	5 589 538	8,4%
Imparidades - inventários	(42 563)	2 394 000	-	(2 394 000)	-100,0%
Imparidades - clientes	-	2 554 326	154 682	(2 399 644)	-93,9%
Créditos incobráveis - subsistemas de saúde	-	9 648 097	-	(9 648 097)	-100,0%
Cedência de EPI - serviço regional de saúde	-	3 106 040	1 319 361	(1 786 679)	-57,5%
Gastos de depreciação e amortização	2 772 235	2 889 494	4 521 410	1 631 916	56,5%
Juros e gastos similares	885 830	4 524 461	1 834 665	(2 689 797)	-59,5%
Outros gastos	170 329	899 287	795 570	(103 718)	-11,5%
<b>Total de gastos</b>	<b>132 901 871</b>	<b>158 990 067</b>	<b>152 668 980</b>	<b>(6 321 087)</b>	<b>-4,0%</b>
Transferências correntes					
Contrato-programa	91 254 458	140 495 000	150 567 555	10 072 555	7,2%
Outras transferências	5 865 464	6 568 797	4 039 412	(2 529 385)	-38,5%
Taxas moderadoras	576 549	121 462	53 729	(67 733)	-55,8%
Vendas e prestações de serviços	9 641 185	5 666 252	1 150 346	(4 515 906)	-79,7%
Outros rendimentos	757 354	801 480	969 194	167 715	20,9%
<b>Total de rendimentos</b>	<b>108 095 010</b>	<b>153 652 990</b>	<b>156 780 237</b>	<b>3 127 246</b>	<b>2,0%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(24 806 860)</b>	<b>(5 337 077)</b>	<b>4 111 257</b>	<b>9 448 334</b>	<b>-177,0%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>(21 150 114)</b>	<b>2 446 396</b>	<b>10 793 052</b>	<b>8 346 656</b>	<b>341,2%</b>

O período de 2021 apresentou um resultado líquido de 4,1 milhões de euros, o que representa um desagravamento de 9,4 milhões de euros face ao resultado obtido no período homólogo.



O EBITDA, que ascendeu a cerca de 2,4 milhões de euros em 2020, atingiu em 2021 um valor de 10,7 milhões de euros. Este resultado deve-se essencialmente, ao reforço financeiro de 8,9 milhões de euros, para fazer face à regularização de dívida comercial vencida.

Em 15 de Novembro de 2019, foi celebrado o contrato-programa para o triénio 2019-2021, o qual estabelece o financiamento do HOSPITAL por um orçamento global anual. Em 13 de Dezembro de 2021, foi assinado o acordo modificativo, onde se estipulou o financiamento para o ano de 2021, por um orçamento global, de 141.667.555 euros. Adicionalmente, para fazer face à regularização de dívida comercial vencida, designadamente de factoring e de processos em contencioso ou pré-contencioso, foi incluído no acordo modificativo de 2021, um reforço financeiro, de 8.900.000 euros. Estas verbas, transferidas em duodécimos, foram reconhecidas em resultados do período, na rubrica de Transferências correntes e subsídios à exploração.

O Orçamento do Estado para 2020 e 2021, nos artigos 271.º e 290.º, respectivamente, considera que os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas aos beneficiários da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde deverão ser suportados pelos orçamentos desses Serviços Regionais de Saúde. Neste sentido, a Resolução do Conselho do Governo n.º 90/2021, de 19 de Abril de 2021, determinou a anulação da facturação aos subsistemas de saúde pelas unidades que integram o Serviço Regional de Saúde. O saldo reportado a 31 de Dezembro de 2019, no montante de 58.261.145 euros, foi desreconhecido por contrapartida dos Resultados transitados, enquanto a facturação emitida em 2020, no montante de 9.650.716 euros, foi imputada aos resultados do período na rubrica de Outros gastos - créditos incobráveis. Adicionalmente, em 2020, para os saldos de clientes que apresentavam riscos de cobrança, foi reconhecida uma perda por imparidade, no montante de 2,5 milhões de euros, e de 155 mil euros, em 2021.

Ad M  
Em 2020, a rubrica de Imparidades - inventários considera, o montante de 2.394.000 euros, referente às máscaras de protecção KN95/FFP2, que não se encontram em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos para este tipo de material. Adicionalmente, em 2021, o equipamento de protecção individual (EPI), adquirido, no montante de 1.319.361 euros (em 2020, 3.106.040 euros), e cedido a título gratuito às entidades do sistema regional de saúde, no âmbito da Circular Normativa n.º DRS-CNORM/2020/46, da Direcção Regional da Saúde, foi reconhecido na rubrica de Outros gastos - perdas em inventários.

Em 2021 e 2020, a rubrica de Juros e gastos similares contempla, essencialmente, os juros moratórios assumidos no âmbito dos acordos de pagamento celebrados em 2020 com alguns fornecedores.

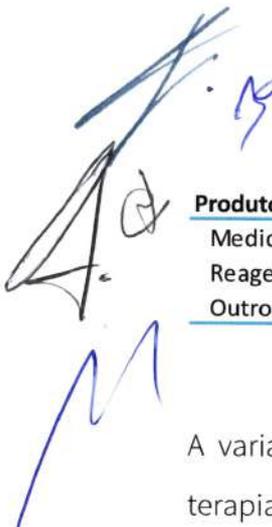
#### Custo das Matérias Consumidas

Os gastos com consumos registaram um aumento de 5,1%, face ao período homólogo. Este aumento, conforme se pode constatar na tabela infra, registou-se, essencialmente, nas rúbricas de produtos farmacêuticos e material de consumo clínico.

	unid: €				
<b>Custo das matérias consumidas</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
Produtos farmacêuticos	26 136 932	30 557 206	31 167 436	610 230	2,0%
Material de consumo clínico	9 024 257	8 631 982	10 401 186	1 769 204	20,5%
Produtos alimentares	9 741	5 996	6 976	980	16,3%
Material de consumo hoteleiro	65 185	282 212	275 484	(6 728)	-2,4%
Material de consumo administrativo	236 829	178 263	218 447	40 184	22,5%
Material de manutenção e conservação	1 533 296	1 592 550	1 272 191	(320 359)	-20,1%
Outro material de consumo	201	89	-	(89)	-100,0%
	<b>37 006 442</b>	<b>41 248 298</b>	<b>43 341 720</b>	<b>2 093 422</b>	<b>5,1%</b>

#### Produtos Farmacêuticos

No que respeita aos produtos farmacêuticos, o aumento observou-se essencialmente na rubrica de medicamentos, com um valor de cerca de 924 mil euros, conforme se apresenta na tabela seguinte:



	unid: €				
<b>Produtos farmacêuticos</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
Medicamentos	21 530 285	22 443 415	23 366 923	923 508	4,1%
Reagentes	3 451 590	7 025 356	6 698 649	(326 707)	-4,7%
Outros	1 155 057	1 088 435	1 101 864	13 428	1,2%
	<b>26 136 932</b>	<b>30 557 206</b>	<b>31 167 436</b>	<b>610 230</b>	<b>2,0%</b>

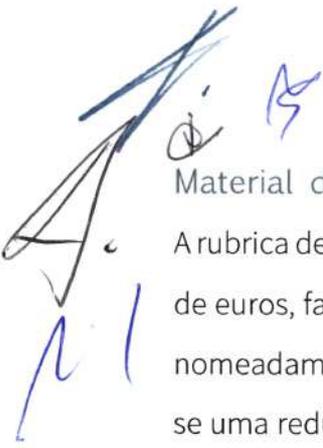
A variação registada nos medicamentos resulta, essencialmente, do consumo com terapias mais dispendiosas, relacionadas com a oncologia e outras doenças raras.

Na área da oncologia, registou-se um aumento de cerca de 994 mil euros, relativamente ao período homólogo. Estes valores devem-se essencialmente ao facto de haver mais doentes em tratamento com a imunoterapia em primeira linha, nomeadamente no carcinoma do pulmão.

Na área das doenças raras registou-se um aumento de 300 mil euros, correspondendo a um aumento de cerca de 9,5%, face ao período homólogo. Este aumento deve-se principalmente aos doentes com Fibrose Quística, que iniciaram tratamento no decorrer de 2021, na sequência das aprovações do Infarmed de terapêuticas inovadoras.

A variação ocorrida na rubrica de reagentes, face ao período homólogo, deve-se, essencialmente, à redução dos preços comerciais pela normalização dos mercados, relativamente às matérias consumíveis nos testes laboratoriais realizados aos casos suspeitos de infecção pelo coronavírus SARS-COV-2.

De referir que, em 2021, ao valor dos consumos com medicamentos, estão deduzidos os créditos recebidos, em cerca de 1,7 milhões de euros, no âmbito dos acordos celebrados entre o Ministério da Saúde e a indústria farmacêutica, bem como de outros créditos recebidos directamente, em resultado de outros acordos, nomeadamente, os celebrados no âmbito dos acordos-quadro da central de compras da SAUDAÇOR, prevista no Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A, de 15 de Fevereiro.



## Material de Consumo Clínico

A rubrica de Material de consumo clínico, apresenta um aumento de cerca de 1,8 milhões de euros, face ao período homólogo, resultante do aumento da actividade assistencial, nomeadamente, a actividade cirúrgica, que aumentou 7,97%. Por outro lado, verificou-se uma redução, de 271 mil euros, no consumo de material de laboratório, relacionada com a redução dos preços comerciais das matérias consumíveis nos testes laboratoriais realizados aos casos suspeitos de infecção pelo coronavírus SARS-COV-2.

					unid: €
<b>Material de consumo clínico</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
De penso	232 265	190 901	256 900	65 999	34,6%
Artigos cirúrgicos	944 466	1 146 818	1 143 281	(3 538)	-0,3%
De tratamento	2 768 914	1 997 534	2 446 527	448 993	22,5%
De electromedicina	1 231 654	983 359	1 798 598	815 239	82,9%
De laboratório	211 635	634 230	363 588	(270 642)	-42,7%
Próteses	1 212 617	1 023 743	1 378 055	354 312	34,6%
Osteossíntese	581 498	665 802	1 026 721	360 919	54,2%
Outro material consumo clínico	1 841 209	1 989 594	1 987 515	(2 079)	-0,1%
	<b>9 024 257</b>	<b>8 631 982</b>	<b>10 401 186</b>	<b>1 769 204</b>	<b>20,5%</b>

## Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, sofreu um aumento de 13,5%, face ao período homólogo, o qual é justificado, essencialmente, pelo aumento nos subcontratos, de 1,37 milhões de euros, e nos serviços especializados, em cerca de 1,68 milhões de euros, devido ao aumento da actividade assistencial ocorrido em 2021.

					unid: €
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
Subcontratos	17 756 809	13 699 099	15 065 248	1 366 148	10,0%
Serviços especializados	7 838 129	7 191 878	8 870 634	1 678 756	23,3%
Materiais de consumo	3 243	14 509	40 607	26 098	179,9%
Energia e fluidos	1 506 290	1 133 187	1 343 845	210 658	18,6%
Deslocações, estadas e transportes	454 078	449 905	416 707	(33 198)	-7,4%
Serviços diversos	2 395 392	2 596 697	2 734 207	137 510	5,3%
	<b>29 953 940</b>	<b>25 085 276</b>	<b>28 471 247</b>	<b>3 385 971</b>	<b>13,5%</b>

A rubrica de subcontratos, bem como as respectivas variações ocorridas em 2021, é detalhada no quadro que se segue:

unid: €

Subcontratos	2019	2020	2021	Δ 2021/2020	
Assistência ambulatória	23 913	7 026	6 890	(136)	-1,9%
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	5 756 166	3 851 801	4 326 032	474 231	12,3%
Internamentos					
Casas de saúde	4 422 235	4 414 083	4 804 014	389 931	8,8%
Outros	315 095	45 500	-	(45 500)	-100,0%
Deslocação de doentes	6 724 069	4 693 401	5 370 622	677 221	14,4%
Aparelhos complementares de terapêutica	506 638	678 906	536 304	(142 602)	-21,0%
Outros gastos	8 693	8 381	21 385	13 004	155,2%
	<b>17 756 809</b>	<b>13 699 099</b>	<b>15 065 248</b>	<b>1 366 148</b>	<b>10,0%</b>

A Portaria n.º 95/2018, de 2 de Agosto de 2018, alterou a organização das deslocações de utentes na Região Autónoma dos Açores, estabelecendo a responsabilidade financeira da primeira deslocação à unidade de saúde de origem, onde o utente se encontra inscrito, e definindo que às unidades de saúde de destino incumbe a responsabilidade financeira das deslocações subsequentes. Assim, o Hospital como sendo a maior unidade hospitalar da Região Autónoma dos Açores, oferece um leque variado de especialidades clínicas, e como tal é o centro hospitalar receptor de grande número de utentes de todas as ilhas da região. No que respeita ao ano de 2021, verificou-se um aumento de 677 mil euros, face ao período homólogo, devido ao aumento da actividade assistencial, conforme já referido ao longo deste relatório.

Os gastos com a deslocação de doentes, bem como as respectivas variações ocorridas em 2021, são detalhados no quadro que se segue:

unid: €

Deslocação de doentes	2019	2020	2021	Δ 2021/2020	
Bombeiros	811 266	679 146	842 497	163 351	24,1%
Transporte de doentes					
RAA	974 322	664 381	840 004	175 623	26,4%
Continente	2 942 160	1 931 004	2 174 829	243 825	12,6%
Estrangeiro	27 810	1 871	-	(1 871)	-100,0%
Estadias					
RAA	477 370	565 255	577 495	12 240	2,2%
Continente	1 359 316	827 498	889 113	61 616	7,4%
Estrangeiro	12 290	-	39 137	39 137	100,0%
Outros gastos	119 535	24 246	7 547	(16 700)	-68,9%
	<b>6 724 069</b>	<b>4 693 401</b>	<b>5 370 622</b>	<b>677 221</b>	<b>14,4%</b>

A rubrica de outros fornecimentos e serviços, bem como as respectivas variações ocorridas em 2021, é detalhado no quadro que se segue:

unid: €

Fornecimentos e serviços	2019	2020	2021	Δ 2021/2020	
Serviços especializados					
Trabalhos especializados	1 729 840	1 477 142	1 778 066	300 924	20,4%
Honorários	3 573 138	3 541 074	4 945 044	1 403 970	39,6%
Vigilância e segurança	223 480	284 400	274 384	(10 015)	-3,5%
Conservação e reparação	2 311 365	1 889 263	1 873 140	(16 124)	-0,9%
Outros serviços especializados	306	-	-	-	-
Material de consumo	3 243	14 509	40 607	26 098	179,9%
Energia e fluidos					
Eletricidade	1 180 952	894 985	1 064 226	169 241	18,9%
Combustíveis e lubrificantes	3 726	3 276	3 218	(58)	-1,8%
Água	321 613	234 926	276 400	41 475	17,7%
Deslocações, estadas e transportes					
Deslocações e estadas	294 134	140 343	277 534	137 191	97,8%
Transportes de mercadorias	159 944	309 118	139 101	(170 017)	-55,0%
Serviços diversos					
Rendas e alugures	103 413	117 518	157 937	40 419	34,4%
Comunicação	279 518	211 205	158 483	(52 722)	-25,0%
Limpeza, higiene e conforto	1 776 047	1 968 710	2 032 640	63 931	3,2%
Serviços bancários	154 996	19 890	3 378	(16 511)	-83,0%
Outros fornecimentos e serviços	81 419	279 819	381 840	102 021	36,5%
	<b>12 197 132</b>	<b>11 386 176</b>	<b>13 405 999</b>	<b>2 019 823</b>	<b>17,7%</b>

O aumento ocorrido nos fornecimentos e serviços, de cerca de 2 milhões euros, deve-se essencialmente às rubricas de trabalhos especializados, com um aumento de 300 mil euros; e honorários, com um aumento de cerca de 1,4 milhões de euros. Estes aumentos estão directamente relacionados com o aumento da actividade assistencial, nomeadamente, com a contratação de médicos especialistas.

### Gastos com Pessoal

A rubrica de gastos com o pessoal é a que detém um maior peso na composição dos gastos, o que é comum no universo de organizações deste sector de actividade.

Em comparação com o período homólogo, verificou-se um aumento em cerca de 5,6 milhões de euros, que representa uma variação de 8,4%, resultado das recentes alterações legislativas, nomeadamente, com a valorização das carreiras decorrentes das alterações obrigatórias de

posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão; e do aumento do quadro de pessoal, para fazer face ao contexto pandémico pelo novo coronavírus SARS-COV-2.

Em 2021, a rubrica de gastos com pessoal, e respectivas variações face ao período homólogo, é detalhada conforme se apresenta no quadro seguinte:

					unid: €
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
Remunerações dos órgãos sociais	426 148	416 428	430 061	13 633	3,3%
Remunerações do pessoal					
Remunerações certas e permanentes					
Remuneração base	28 809 940	31 096 078	34 500 389	3 404 311	10,9%
Subsídio de férias e natal	5 490 457	5 503 050	5 891 006	387 956	7,0%
Subsídio de refeição	1 672 282	1 745 744	1 895 510	149 766	8,6%
Suplementos e prémios	335 975	414 861	335 132	(79 729)	-19,2%
Abonos variáveis ou eventuais	13 223 197	14 025 967	14 773 176	747 209	5,3%
Benefícios pós-emprego	782 879	917 956	859 939	(58 017)	-6,3%
Indeminizações	24 141	108 189	258 781	150 592	139,2%
Encargos sobre remunerações	11 186 831	12 295 967	13 243 638	947 670	7,7%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	137 751	71 311	-	(71 311)	-100,0%
Outros gastos com o pessoal	66 057	45 237	42 694	(2 543)	-5,6%
	<b>62 155 658</b>	<b>66 640 788</b>	<b>72 230 326</b>	<b>5 589 538</b>	<b>8,4%</b>

Em comparação com o período anterior, verifica-se que a maior variação, ocorreu nas remunerações certas e permanentes, nomeadamente, na remuneração base, subsídio de férias e de Natal, as quais são detalhadas por tipo de categoria no quadro que se segue:

					unid: €
<b>Remuneração base, subsídio de férias e natal</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
Pessoal dirigente	288 697	504 621	452 237	(52 384)	-10,4%
Pessoal médico	11 456 931	11 985 335	11 919 059	(66 276)	-0,6%
Pessoal de enfermagem	10 409 983	10 700 997	13 340 171	2 639 174	24,7%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	2 149 810	2 471 386	2 686 618	215 233	8,7%
Pessoal técnico superior de saúde	706 831	734 450	690 757	(43 693)	-5,9%
Pessoal técnico superior - outros	1 309 332	1 410 970	1 767 171	356 201	25,2%
Pessoal assistente técnico	2 562 085	2 947 221	3 105 986	158 765	5,4%
Pessoal assistente operacional	5 155 152	5 570 844	6 129 114	558 270	10,0%
Pessoal de informática	213 975	192 544	191 801	(743)	-0,4%
Pessoal de investigação	377	-	-	-	-
Administradores hospitalares	297	-	-	-	-
Outro pessoal	46 927	80 759	108 479	27 720	34,3%
	<b>34 300 397</b>	<b>36 599 128</b>	<b>40 391 395</b>	<b>3 792 267</b>	<b>10,4%</b>

Este aumento, deve-se, essencialmente, às recentes alterações legislativas e ao reforço do quadro de pessoal, que sofreu um aumento de 198 colaboradores, face ao período homólogo, conforme se detalha no quadro que se segue:

<b>Varição no quadro de pessoal</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Pessoal médico	18	5	19
Pessoal de enfermagem	41	(6)	77
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	10	(1)	14
Pessoal técnico superior de saúde	-	-	-
Pessoal técnico superior - outros	8	29	10
Pessoal assistente técnico	32	25	17
Pessoal assistente operacional	39	48	60
Pessoal de informática	-	-	1
Outro pessoal	-	-	-
	<b>148</b>	<b>100</b>	<b>198</b>

A rubrica de abonos variáveis ou eventuais, sofreu um aumento de 5,3%, o que representa um aumento de cerca de 747 mil euros, conforme se apresenta no quadro seguinte:

<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	<b>unid: €</b>
Trabalho extraordinário	4 856 798	5 279 673	5 590 264	310 591	5,9%
Trabalho noturno e de turno	2 457 038	2 882 657	2 970 306	87 649	3,0%
Subsídio de prevenção	3 165 082	3 709 960	3 546 866	(163 094)	-4,4%
Programa de produção acrescida	1 517 417	851 545	1 727 495	875 950	102,9%
Isenção horária, subsídio de chefia e coordenação	320 839	348 790	179 375	(169 415)	-48,6%
Prémio de desempenho	266 670	426 862	260 740	(166 123)	-38,9%
Protocolo	187 151	104 655	113 186	8 531	8,2%
Ajudas de custo	142 667	104 596	87 374	(17 222)	-16,5%
Subsídio de fixação de residência e alojamento	51 600	116 275	66 883	(49 392)	-42,5%
Abono para falhas	1 035	1 035	1 035	-	0,0%
Outras gratificações variáveis ou eventuais	256 901	199 918	229 651	29 734	14,9%
	<b>13 223 197</b>	<b>14 025 967</b>	<b>14 773 176</b>	<b>747 209</b>	<b>5,3%</b>

As rubricas que apresentam maior variação, em comparação com o ano anterior, são detalhadas por tipo de categoria, nos quadros que se seguem:

unid: €

<b>Trabalho extraordinário</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
Pessoal médico	2 457 620	2 829 468	2 398 758	(430 710)	-15,2%
Pessoal de enfermagem	1 386 660	1 381 381	2 040 945	659 564	47,7%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	67 233	70 005	182 556	112 551	160,8%
Pessoal técnico superior de saúde	17 365	97 481	62 866	(34 616)	-35,5%
Pessoal técnico superior - outros	31 113	88 348	58 298	(30 050)	-34,0%
Pessoal assistente técnico	74 904	93 747	85 166	(8 581)	-9,2%
Pessoal assistente operacional	821 164	718 623	753 830	35 207	4,9%
Pessoal de informática	739	620	6 125	5 505	888,5%
Outro pessoal	-	-	1 720	1 720	100,0%
	<b>4 856 798</b>	<b>5 279 673</b>	<b>5 590 264</b>	<b>310 591</b>	<b>5,9%</b>

unid: €

<b>Trabalho noturno e de turno</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
Pessoal médico	287 001	309 915	317 945	8 030	2,6%
Pessoal de enfermagem	1 540 693	1 750 252	1 725 336	(24 916)	-1,4%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	66 335	81 919	74 878	(7 041)	-8,6%
Pessoal técnico superior de saúde	696	3 440	4 360	920	26,8%
Pessoal técnico superior - outros	1 758	41 226	95 076	53 850	130,6%
Pessoal assistente técnico	35 803	57 858	77 809	19 951	34,5%
Pessoal assistente operacional	524 753	638 046	674 902	36 856	5,8%
	<b>2 457 038</b>	<b>2 882 657</b>	<b>2 970 306</b>	<b>87 649</b>	<b>3,0%</b>

unid: €

<b>Subsídio de prevenção</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
Pessoal médico	2 023 017	2 360 353	2 216 042	(144 311)	-6,1%
Pessoal de enfermagem	407 278	484 354	622 339	137 984	28,5%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	342 902	434 868	337 857	(97 010)	-22,3%
Pessoal técnico superior de saúde	16 070	15 860	21 054	5 194	32,8%
Pessoal técnico superior - outros	238 000	263 823	223 161	(40 662)	-15,4%
Pessoal assistente técnico	41 263	44 311	37 584	(6 726)	-15,2%
Pessoal assistente operacional	56 451	65 806	41 435	(24 371)	-37,0%
Pessoal de informática	40 100	40 585	47 394	6 808	16,8%
	<b>3 165 082</b>	<b>3 709 960</b>	<b>3 546 866</b>	<b>(163 094)</b>	<b>-4,4%</b>

unid: €

<b>Programa de produção acrescida</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
Pessoal médico	1 108 655	610 078	1 162 595	552 518	90,6%
Pessoal de enfermagem	288 558	183 302	434 544	251 242	137,1%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	30 743	6 416	10 998	4 582	71,4%
Pessoal assistente técnico	16 629	10 021	10 771	750	7,5%
Pessoal assistente operacional	72 832	41 729	108 588	66 859	160,2%
	<b>1 517 417</b>	<b>851 545</b>	<b>1 727 495</b>	<b>875 950</b>	<b>102,9%</b>

## Transferências correntes

Em 2021 e 2020, a rubrica de transferências correntes é detalhada conforme se apresenta no quadro seguinte:

	2019	2020	2021	Δ 2021/2020	unid: €
<b>Transferências correntes</b>					
Contrato-programa	91 254 458	140 495 000	150 567 555	10 072 555	7,2%
Outras transferências e subsídios	5 865 464	6 568 797	4 039 412	(2 529 385)	-38,5%
	<b>97 119 922</b>	<b>147 063 797</b>	<b>154 606 967</b>	<b>7 543 170</b>	<b>5,1%</b>

Em 15 de Novembro de 2019, foi celebrado o contrato-programa para o triénio 2019-2021, o qual estabelece o financiamento do HOSPITAL por um orçamento global anual. Em 13 de Dezembro de 2021, foi assinado o acordo modificativo, onde se estipulou o financiamento para o ano de 2021, por um orçamento global, de 141.667.555 euros. Adicionalmente, para fazer face à regularização de dívida comercial vencida, designadamente de factoring e de processos em contencioso ou pré-contencioso, foi incluído no acordo modificativo de 2021, um reforço financeiro, de 8.900.000 euros. Estas verbas, transferidas em duodécimos, foram reconhecidas em resultados do período, na rubrica de Transferências correntes e subsídios à exploração.

As outras transferências recebidas, são detalhadas no seguinte quadro:

	2019	2020	2021	Δ 2021/2020	unid: €
<b>Outras transferências e subsídios</b>					
Acessibilidade a Diagnóstico e Terapêutica	1 220 000	1 111 946	-	(1 111 946)	-100,0%
Melhoria na Inovação Terapêutica	1 507 000	4 200 000	-	(4 200 000)	-100,0%
Meios de Diagnóstico e Terapêutica	983 000	-	-	-	-
Combate à COVID-19	-	-	614 000	614 000	100,0%
CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias	343 643	339 152	2 460 000	2 120 848	625,3%
Fixação de médicos na RAA	49 900	-	-	-	-
Berço de Emprego	16 883	20 175	12 544	(7 631)	-37,8%
PIIE	73 675	19 527	6 240	(13 287)	-68,0%
Subsídio Social de Mobilidade	1 671 363	875 496	946 628	71 132	8,1%
Outras transferências	-	2 500	-	(2 500)	-100,0%
	<b>5 865 464</b>	<b>6 568 797</b>	<b>4 039 412</b>	<b>(2 529 385)</b>	<b>-38,5%</b>

A variação ocorrida nas outras transferências, de 2,5 milhões de euros, justifica-se essencialmente pelas verbas transferidas, no montante de 4 milhões de euros, para fazer

face: ao combate da COVID-19 (614 mil euros); CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias (2,46 milhões de euros); e subsídio social de mobilidade (947 mil euros).

### Vendas e prestações de serviços

Em 2021 e 2020, as vendas e prestações de serviços, e respectivas variações, são apresentadas nos quadros que se seguem:

					unid: €
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
Venda de bens - matérias de consumo	286 380	247 996	43 740	(204 256)	-82,4%
Prestação de serviços	9 354 805	5 418 256	1 106 606	(4 311 650)	-79,6%
	<b>9 641 185</b>	<b>5 666 252</b>	<b>1 150 346</b>	<b>(4 515 906)</b>	<b>-79,7%</b>

					unid: €
<b>Prestação de serviços</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 2021/2020</b>	
Internamento	1 922 034	2 486 263	747 873	(1 738 391)	-69,9%
Consulta	610 780	864 336	19 741	(844 595)	-97,7%
Urgência	1 762 877	902 452	231 306	(671 146)	-74,4%
Hospital de dia	36 883	120	306	186	154,5%
Ambulatório (GDH)	955 454	-	-	-	-
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	4 066 777	1 125 515	107 380	(1 018 135)	-90,5%
Outras prestações de serviços	-	39 569	-	(39 569)	-100,0%
	<b>9 354 805</b>	<b>5 418 256</b>	<b>1 106 606</b>	<b>(4 311 650)</b>	<b>-79,6%</b>

As variações ocorridas nas prestações de serviços, em 2021 e 2020, justificam-se essencialmente pelas alterações legislativas previstas no Orçamento do Estado para 2020 e 2021, nos artigos 271.º e 290.º, respectivamente, que consideram que os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas aos beneficiários da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde deverão ser suportados pelos orçamentos desses Serviços Regionais de Saúde.

## X.2 Análise Financeira

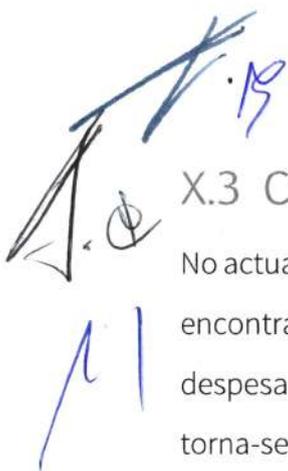
Em 31 de Dezembro de 2021, a posição financeira do Hospital apresentava um activo total de 102.312.052 euros, um passivo total de 88.002.122 euros, e consequentemente, um património líquido de 14.309.930 euros.

As principais variações ocorridas na posição financeira do Hospital durante o período de 2021, são apresentadas no quadro que se segue:

	2019	2020	2021	Δ 2021/2020	unid: €
<b>Activo</b>					
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	86 021 130	84 503 818	81 700 873	(2 802 945)	-3,3%
Inventários	4 500 189	6 473 657	6 931 400	457 743	7,1%
Ativos financeiros	73 073 553	9 850 551	9 631 673	(218 878)	-2,2%
Disponibilidades	1 155 421	14 586 052	4 048 106	(10 537 946)	-72,2%
<b>Total do Activo</b>	<b>164 750 293</b>	<b>115 414 079</b>	<b>102 312 052</b>	<b>(13 102 027)</b>	<b>-11,4%</b>
<b>Património Líquido</b>	<b>(216 730 068)</b>	<b>9 783 453</b>	<b>14 309 930</b>	<b>4 526 477</b>	<b>46,3%</b>
<b>Passivo</b>					
Financiamentos bancários	52 029 722	-	-	-	-
Passivos financeiros - RAA	237 980 957	-	-	-	-
Passivos financeiros - outros	91 469 682	105 630 626	88 002 122	(17 628 504)	-16,7%
<b>Total do Passivo</b>	<b>381 480 361</b>	<b>105 630 626</b>	<b>88 002 122</b>	<b>(17 628 504)</b>	<b>-16,7%</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>164 750 293</b>	<b>115 414 079</b>	<b>102 312 052</b>	<b>(13 102 027)</b>	<b>-11,4%</b>

A variação negativa de cerca de 2,8 milhões de euros, nos activos fixos tangíveis e intangíveis, justifica-se com o investimento de cerca de 1,7 milhões de euros, e com o montante das depreciações e amortizações do período em cerca de 4,5 milhões de euros.

As variações ocorridas nas rubricas de Disponibilidades e Passivos financeiros - outros, estão directamente relacionadas com a liquidação de dívida comercial vencida, designadamente de factoring e de processos em contencioso ou pré-contencioso. Para este efeito, foi transferida uma verba adicional de 8,9 milhões de euros, que foi reconhecida na rubrica de Transferências correntes e subsídios à exploração.



### X.3 Contabilidade de Gestão

No actual contexto económico-financeiro, o controlo orçamental das entidades públicas encontra-se sujeito a medidas mais restritivas, sobretudo no que se refere à assunção de despesa. Neste contexto, a informação proporcionada pela contabilidade financeira torna-se escassa, assumindo assim a contabilidade de gestão um papel importante como medida de análise e controlo, auxiliando o processo de planificação e tomada de decisão dos gestores e dirigentes públicos, designadamente: (a) no apuramento do custo de produção de activos fixos ou de bens e serviços; (b) na mensuração e avaliação de desempenho de programas; (c) na fundamentação económica de decisões de gestão como, por exemplo, para justificar a entrega de determinados serviços a entidades externas ou para fundamentar o valor de comparticipação do Estado em serviços praticados a preços inferiores ao custo ou preço de mercado.

O Hospital encontra-se em fase de adaptação e implementação do novo normativo contabilístico (SNC-AP), aprovado pelo Decreto de Lei 192/2015, de 11 de Setembro, no que se refere à contabilidade de gestão. Neste contexto, não é possível produzir informação nos moldes definidos pela NCP 27, nomeadamente, a informação indicada no parágrafo 34 desta norma contabilística.

Para efeitos de reporte, nomeadamente, dos elementos a que o contrato-programa obriga, foram desenvolvidas ferramentas informáticas específicas, para cada tipo de informação, relatórios e indicadores, do processo de controlo e monitorização da execução do contrato-programa.

### X.4 Gestão Orçamental

O controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública é um elemento crítico para garantir o cumprimento dos objectivos orçamentais traçados pela tutela. Neste âmbito, o Hospital concentra a sua gestão orçamental no cumprimento dos objectivos e metas a que o contrato-programa obriga, tendo por referência a produção

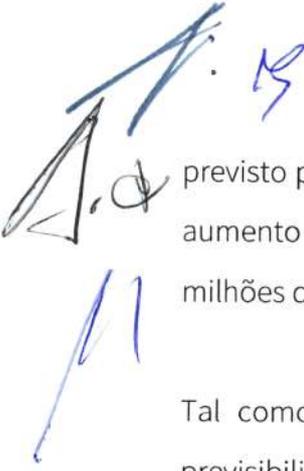
contratada e os objectivos assistenciais constantes do anexo e respectivos apêndices ao mesmo.

Nesta perspectiva, o Hospital tem desenvolvido um conjunto de ferramentas necessárias à correcta e integral monitorização das suas obrigações, definidas no contrato-programa, que fixou um conjunto de procedimentos necessários ao processo de controlo e de reporte à tutela.

De acordo com o previsto na cláusula 17.<sup>a</sup> do contrato-programa, os montantes definidos para o desempenho económico-financeiro de 2021, e respectivas variações, são apresentados no quadro que se segue:

	<b>Contratualizado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Desvios</b>	
				unid: €
Custo das matérias consumidas	45 229 775	43 341 720	(1 888 055)	-4,2%
Fornecimentos e serviços externos	27 365 460	28 471 247	1 105 787	4,0%
Gastos com pessoal	72 651 569	72 230 326	(421 243)	-0,6%
Imparidades - clientes	-	154 682	154 682	100,0%
Gastos de depreciação e amortização	4 379 504	4 521 410	141 906	3,2%
Juros e gastos similares	1 687 911	1 834 665	146 754	8,7%
Cedência de EPI - serviço regional de saúde	-	1 319 361	1 319 361	100,0%
Outros gastos	216 910	795 570	578 660	266,8%
<b>Total de gastos</b>	<b>151 531 129</b>	<b>152 668 980</b>	<b>1 137 851</b>	<b>0,8%</b>
Transferências correntes				
Contrato-programa	150 567 555	150 567 555	-	0,0%
Outras transferências	4 012 917	4 039 412	26 495	0,7%
Taxas moderadoras	50 930	53 729	2 799	5,5%
Vendas e prestações de serviços	1 166 000	1 150 346	(15 654)	-1,3%
Outros rendimentos	2 898 702	969 194	(1 929 508)	-66,6%
<b>Total de rendimentos</b>	<b>158 696 104</b>	<b>156 780 237</b>	<b>(1 915 867)</b>	<b>-1,2%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>7 164 975</b>	<b>4 111 257</b>	<b>(3 053 718)</b>	<b>-42,6%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>13 231 901</b>	<b>10 793 052</b>	<b>(2 438 849)</b>	<b>-18,4%</b>

Os montantes contratualizados para o desempenho económico-financeiro de 2021, basearam-se no desempenho económico-financeiro de 2020, com um agravamento previsto em algumas rubricas de gastos: custo das matérias consumidas (9,7%); fornecimentos e serviços externos (9,1%); e gastos com pessoal (9%). O montante

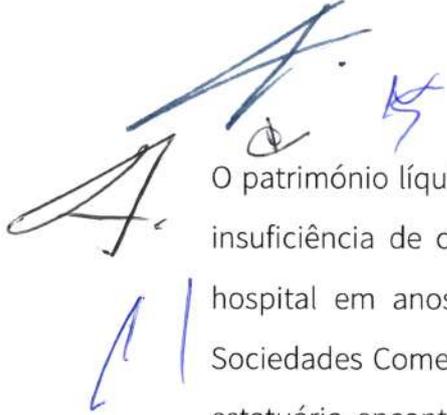


previsto para o contrato-programa, foi de 150,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 7,2%, face ao período homólogo. Este montante inclui a verba de 8,9 milhões de euros para liquidação de dívida comercial vencida.

Tal como tem sido referido nos relatórios dos anos anteriores, é notório que a previsibilidade da actividade de uma instituição de saúde que, normalmente apresenta constrangimentos relacionados com a imprevisibilidade da procura de cuidados de saúde, nestes últimos 2 anos, com o surgimento do surto pandémico pelo novo coronavírus SARS-COV-2, foi afectada, quer em termos de actividade assistencial, que sofreu uma redução generalizada em 2020, e posteriormente uma recuperação acentuada no ano seguinte, quer em termos de previsões orçamentais. Neste sentido, importa ressaltar, que o financiamento da actividade do Hospital, está fortemente dependente dos níveis de financiamento garantidos pelo orçamento do serviço regional de saúde que, neste contexto pandémico do surto por COVID-19, terão de ser permanentemente reavaliados. A escala, dimensão e duração do actual momento de incerteza, torna difícil avaliar as necessidades de financiamento adicionais que serão necessários para manter os seus níveis de desempenho sem risco de ruptura e, simultaneamente, desenvolver as acções necessárias ao cumprimento dos objectivos e metas a que o contrato-programa obriga.

## X.5 Proposta de aplicação de resultados

Conforme a competência estatutária e de acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 29 de Março de 2022, propõe-se que o Resultado Líquido de 4.111.256,67 euros (quatro milhões, cento e onze mil, duzentos e cinquenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos), decorrente do período de 2021, seja aplicado em Reservas legais, o valor de 822.251,33 euros (oitocentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e um euros e trinta e três cêntimos), e o restante valor de 3.289.005,34 euros (três milhões, duzentos e oitenta e nove mil, cinco euros e trinta e quatro cêntimos), transferido para Resultados transitados.

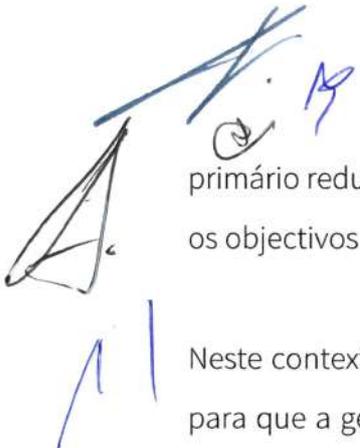


O património líquido, de 14.309.930,24 euros, em 31 de Dezembro de 2021, resulta da insuficiência de cobertura da totalidade dos encargos operacionais incorridos pelo hospital em anos anteriores. De acordo com artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa que metade do capital estatutário encontra-se perdido, solicitando-se ao accionista que adopte as medidas necessárias para assegurar o equilíbrio da situação patrimonial do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER.

O sector público e, em particular, as entidades envolvidas no sector da saúde têm pautado a sua actividade sob pressão significativa ao nível do financiamento disponível, por razões relacionadas com as condições adversas do país e com aspectos ainda não totalmente resolvidos sobre os níveis de financiamento da política orçamental que se confronta com exigências financeiras crescentes. Acresce que actividade do Hospital, neste momento, está fortemente dependente dos níveis de financiamento garantidos pelo orçamento do serviço regional de saúde que, nesta fase de propagação do surto de COVID-19, terão de ser reavaliados. A escala, dimensão e duração do actual momento de incerteza, torna difícil avaliar as necessidades de financiamento adicionais que serão necessários para manter os seus níveis de desempenho sem risco de ruptura e, simultaneamente, desenvolver as acções preventivas para proteger a saúde e segurança dos nossos colaboradores.

O Conselho de Administração tem compatibilizado a política orçamental da saúde com os níveis de necessidades financeiras que decorrem das suas obrigações de serviço público desencadeando um conjunto de acções para se encontrarem soluções de optimização dos resultados operacionais, as quais têm sido manifestamente insuficientes para inverter o ciclo de resultados negativos, pois os níveis de actividades necessários têm exigido recursos financeiros acrescidos.

Nesta perspectiva, o Conselho de Administração orienta toda a sua política de gestão de risco de uma forma alinhada com o Governo Regional dos Açores, tendo como propósito



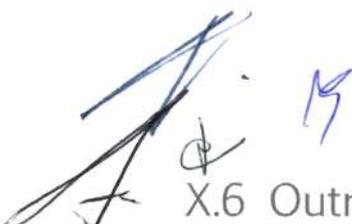
primário reduzir as ameaças, as incertezas e as oportunidades susceptíveis de alterarem os objectivos desejados na prestação de cuidados de saúde.

Neste contexto, cabe ao accionista canalizar todos os recursos financeiros disponíveis, para que a gestão operacional do Hospital possa ser desenvolvida dentro dos níveis e metas programadas através de contratos-programa plurianuais e outras orientações emanadas pelos responsáveis da política de saúde.

A capacidade de o Hospital operar em continuidade dependerá da capacidade do accionista continuar a disponibilizar os fundos necessários para a reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial, sem os quais não será possível proceder à liquidação dos passivos financeiros dentro dos prazos contratualmente estabelecidos.

Até à presente data, não temos conhecimento de quaisquer situações que possam ter efeito materialmente significativo no desenvolvimento da actividade e no seu suporte financeiro, e, como tal, continuaremos a pautar a nossa actividade dentro dos limites orçamentais estabelecidos pela Região Autónoma dos Açores.

A entidade encontra-se abrangida pelo regime constante da Lei n.º 148/2015, de 9 de Setembro, e como entidade de interesse público terá de adoptar o modelo de fiscalização previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.



## X.6 Outros

Podemos verificar que em 2021 há uma redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) para 308 dias (-20,2%).

Tabela 47 - Evolução do PMP desde 2012

Ano	Prazo médio de pagamento (dias)
<b>2021</b>	<b>308</b>
2020	386
2019	407
2018	407
2017	437
2016	407
2015	409
2014	423
2013	418
2012	437



# XI. COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Hospital do Divino Espírito Santo mereceu 422 menções nos órgãos de comunicação social ao longo do ano de 2021.

Desde logo, a nomeação do presente Conselho de Administração marcou o ano em termos de comunicação social, tendo sido objecto de um elevado número de registos, assinalando-se várias referências às prioridades da nova equipa, como a redução das listas de espera cirúrgicas e a colmatação das falhas em termos de recursos humanos.

À semelhança do ano anterior, tratou-se de um ano também marcado pelas referências relacionadas com a COVID-19, nomeadamente com a vacinação dos profissionais e demais desenvolvimentos, como a criação de camas, a taxa de ocupação dos internamentos e realização de testes na instituição.

Naturalmente, os desenvolvimentos relacionados com o ataque informático que vitimou a instituição foram alvo de destaque junto da comunicação social.

Evidenciam-se as referências ao elevado número de doações por parte da sociedade civil ao HDES, tendo as várias ofertas merecido destaque individual ao longo de 2021, assim como à criação e actividade do Conselho de Mecenato do HDES.

Os aumentos da produção assistencial do Hospital do Divino Espírito Santo foram merecidamente relevadas, designadamente o aumento do número de atendimentos na Consulta Externa, o aumento do número de cirurgias e consequente redução das listas de espera, a realização de procedimentos inovadores e a disponibilização de novos equipamentos de diagnóstico.

**Consulta Externa do HDES com mais 20% de atendimentos**

**"São precisas mais cirurgias, e nós fizemo-lo"**

**Ponta Delgada aumenta cirurgias no 1º trimestre**

Produção no Bloco Operatório HDES	
3º Trimestre 2020-2021	
Produção assistencial (programada)	
Ambulatoriais	2020
Internamentos	148
Pequena Cirurgia	422

Conselho de Administração

Ponta Delgada, 29 de março de 2022



Maria Cristina Fraga Gomes Freire de Barros

Presidente do Conselho de Administração



André Pereira da Silva Forjaz de Sampaio

Diretor Clínico



Lúcia de Fátima Vieira Cabral Rodrigues

Enfermeira Diretora



Márcio Francisco Chalin Pereira  
Vogal do Conselho de Administração



Luís José Pacheco de Medeiros de Almeida  
Vogal do Conselho de Administração

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

unid: euros

	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020 (reexpresso)
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	81 261 942,06	84 428 183,48
Ativos intangíveis	3	438 930,90	75 634,85
Outros ativos financeiros	18.2.1	273 795,72	233 290,58
		<u>81 974 668,68</u>	<u>84 737 108,91</u>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	6 931 399,90	6 473 657,28
Clientes e utentes	18.2.1	8 121 882,13	7 378 985,43
Estado e outros entes públicos	18.2.2	360 878,02	76,73
Outras contas a receber	18.2.1	433 531,17	590 925,94
Diferimentos	18.2.1	441 585,63	1 647 272,48
Caixa e depósitos	1.2	4 048 106,21	14 586 052,32
		<u>20 337 383,06</u>	<u>30 676 970,18</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>102 312 051,74</b></u>	<u><b>115 414 079,09</b></u>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>			
<b>Património Líquido</b>			
Património	18.14	81 026 511,50	81 026 511,50
Reservas	18.14	2 782,28	2 782,28
Resultados transitados	18.14	(71 655 596,28)	(66 318 519,27)
Outras variações no Património Líquido	18.14	824 976,07	409 755,85
		<u>10 198 673,57</u>	<u>15 120 530,36</u>
Resultado líquido do período		<u>4 111 256,67</u>	<u>(5 337 077,01)</u>
<b>Total do Património Líquido</b>		<u><b>14 309 930,24</b></u>	<u><b>9 783 453,35</b></u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Fornecedores	18.2.2	4 867 194,33	15 348 806,89
Estado e outros entes públicos	18.2.2	3 838 531,26	4 312 998,66
Outras contas a pagar	18.2.2	142 170,55	70 614,43
		<u>8 847 896,14</u>	<u>19 732 419,98</u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18.2.2	58 727 712,43	63 773 315,28
Adiantamentos de clientes e utentes	18.2.2	-	120,36
Estado e outros entes públicos	18.2.2	4 287 886,14	3 633 454,86
Fornecedores de investimentos	18.2.2	105 214,98	158 324,56
Outras contas a pagar	18.2.2	16 033 411,81	18 332 990,70
		<u>79 154 225,36</u>	<u>85 898 205,76</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u><b>88 002 121,50</b></u>	<u><b>105 630 625,74</b></u>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<u><b>102 312 051,74</b></u>	<u><b>115 414 079,09</b></u>

O Contabilista Certificado

*Luís Alberto Mub Cabal Silva*

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

unid: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020 (reexpresso)
Impostos e taxas	14	53 729,13	121 462,15
Vendas	13	43 740,23	247 996,09
Prestações de serviços	13	1 106 606,04	5 418 255,75
Transferências correntes e subsídios à exploração	14	154 606 966,97	147 063 796,61
Custo das matérias consumidas	10	(43 341 719,89)	(41 248 298,11)
Fornecimentos e serviços externos	23.1	(28 471 246,72)	(25 085 275,50)
Gastos com pessoal	19 e 23.2	(72 230 325,78)	(66 640 787,92)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	-	(2 394 000,00)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.2.1	(154 682,41)	(2 554 326,10)
Outros rendimentos	23.3	927 830,56	799 979,87
Outros gastos	23.4	(1 747 846,41)	(13 282 406,69)
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>10 793 051,72</b>	<b>2 446 396,15</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 e 5	(4 521 410,05)	(2 889 494,28)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>6 271 641,67</b>	<b>(443 098,13)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	23.5	725,85	1 499,96
Juros e gastos similares suportados	23.5	(1 834 664,66)	(4 524 461,40)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4 437 702,86</b>	<b>(4 966 059,57)</b>
Imposto sobre o rendimento	18.2.2	(326 446,19)	(371 017,44)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4 111 256,67</b>	<b>(5 337 077,01)</b>

O Contabilista Certificado

*Fco Alberto Melo Casal Silva*

O Conselho de Administração

*[Assinatura]*

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

unid: euros

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe				Total do património líquido	
		Património realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido		Resultado líquido do período
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2020</b>		81 026 511,50	2 782,28	(273 260 311,86)	360 856,00	(24 806 860,17)	(216 677 022,25)
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	(53 045,83)	-	(53 045,83)
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2020 (reexpresso)</b>	18.14	81 026 511,50	2 782,28	(273 260 311,86)	307 810,17	(24 806 860,17)	(216 730 068,08)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Aplicação dos resultados		-	-	(24 806 860,17)	-	24 806 860,17	-
Subsídios ao investimento atribuídos e doações		-	-	-	300 000,00	-	300 000,00
Imputação dos subsídios aos resultados		-	-	-	(180 485,72)	-	(180 485,72)
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	(17 568,60)	-	(17 568,60)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	(58 261 145,47)	-	-	(58 261 145,47)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		-	-	(83 068 005,64)	101 945,68	24 806 860,17	(58 159 199,79)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						(5 337 077,01)	(5 337 077,01)
						(5 337 077,01)	(5 337 077,01)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>							
Entradas para cobertura de perdas		-	-	290 009 798,23	-	-	290 009 798,23
		-	-	290 009 798,23	-	-	290 009 798,23
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 2020</b>	18.14	81 026 511,50	2 782,28	(66 318 519,27)	409 755,85	(5 337 077,01)	9 783 453,35
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2021</b>	18.14	81 026 511,50	2 782,28	(66 318 519,27)	409 755,85	(5 337 077,01)	9 783 453,35
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Aplicação dos resultados		-	-	(5 337 077,01)	-	5 337 077,01	-
Subsídios ao investimento atribuídos e doações		-	-	-	599 839,00	-	599 839,00
Imputação dos subsídios aos resultados		-	-	-	(113 062,66)	-	(113 062,66)
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	(71 556,12)	-	(71 556,12)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		-	-	(5 337 077,01)	415 220,22	5 337 077,01	415 220,22
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						4 111 256,67	4 111 256,67
						4 111 256,67	4 111 256,67
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 2021</b>	18.14	81 026 511,50	2 782,28	(71 655 596,28)	824 976,07	4 111 256,67	14 309 930,24

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**  
**NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

unid: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020 (reexpresso)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 519 795,20	1 116 375,23
Recebimentos de clientes - contrato-programa		150 567 555,00	140 495 000,00
Pagamentos a fornecedores		(94 578 890,76)	(68 541 334,60)
Pagamentos ao pessoal		(69 532 643,53)	(65 149 047,48)
Caixa gerada pelas operações		(12 024 184,09)	7 920 993,15
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		3 789 411,97	6 568 796,61
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento		(841 044,23)	(3 685,05)
Outros recebimentos/pagamentos		(86 432,01)	(83 303,07)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>(9 162 248,36)</b>	<b>14 402 801,64</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(1 513 289,59)	(1 224 057,60)
Ativos intangíveis		(453 247,16)	(28 113,12)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios ao investimento		590 839,00	280 000,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(1 375 697,75)</b>	<b>(972 170,72)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outras operações de financiamento		-	52 352 048,14
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-	(52 029 721,92)
Juros e gastos similares		-	(322 326,22)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(0,00)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>(10 537 946,11)</b>	<b>13 430 630,92</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>14 586 052,32</b>	<b>1 155 421,40</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	1.2	<b>4 048 106,21</b>	<b>14 586 052,32</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
Equivalentes a caixa no início do período		14 586 052,32	1 155 421,40
<b>Saldo da gerência anterior</b>		<b>14 586 052,32</b>	<b>1 155 421,40</b>
De execução orçamental		14 346 179,67	652 618,32
De operações de tesouraria		239 872,65	502 803,08
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>4 048 106,21</b>	<b>14 586 052,32</b>
Equivalentes a caixa no fim do período		4 048 106,21	14 586 052,32
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>		<b>4 048 106,21</b>	<b>14 586 052,32</b>
De execução orçamental		3 723 915,38	14 346 179,67
De operações de tesouraria		324 190,83	239 872,65

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

*Luís Alberto Melo Cabral Silva*

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

**NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO**

**1.1 - Identificação da entidade e período contabilístico**

**Designação:** HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA, E.P.E.R.

**NIF:** 512103097

**Natureza Jurídica:** Entidade Pública Empresarial

**Sede:** Grotinha – Arrifes, 9500-370 Ponta Delgada

**Tutela:** Secretaria Regional da Saúde

**Legislação que criou a entidade e principal legislação aplicável**

O Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R. (abreviadamente designado por “HOSPITAL” ou “Entidade”) foi transformado em entidade pública empresarial, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, sucedendo nos direitos e obrigações da unidade de saúde a que deu origem.

O HOSPITAL é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro e do artigo 8.º-F do Estatuto do Serviço Regional de Saúde e também é dotado de autonomia técnica.

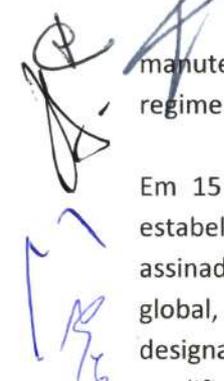
O capital estatutário do HOSPITAL detido pela Região Autónoma dos Açores é de 81.026.512 euros, podendo ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competências em matérias de finanças e de saúde.

O HOSPITAL rege-se, assim, pelo respetivo diploma de criação, pelos seus regulamentos internos, pelas normas em vigor para os hospitais do Serviço Regional de Saúde que não sejam incompatíveis com a sua natureza jurídica e, subsidiariamente, pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, não estando sujeito às normas aplicáveis aos institutos públicos que revistam a natureza dos serviços personalizados ou de fundos autónomos.

O objeto principal do HOSPITAL é a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Regional de Saúde e dos subsistemas de saúde, ou a entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral, bem como desenvolver atividades de investigação, formação e ensino.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade é também financiada através das dotações orçamentais incluídas nos contratos-programa ou de gestão a celebrar com a Região Autónoma dos Açores, através do estabelecimento de objetivos e metas qualitativas e quantitativas que promovam o equilíbrio dos seus níveis de eficiência e que tenham como referencial os preços praticados no mercado para os diversos atos clínicos que serão anualmente fixados pelo membro do Governo Regional com competência na área da saúde.

Os trabalhadores do HOSPITAL estão sujeitos ao regime do contrato de trabalho de acordo a legislação em vigor, com exceção dos trabalhadores que transitaram da extinta unidade de saúde abrangidos pela relação jurídica de emprego público ou pelo contrato administrativo de provimento que lhes é garantida a



manutenção integral do seu estatuto jurídico, designadamente no que concerne à natureza do vínculo e regime de aposentação.

Em 15 de novembro de 2019, foi celebrado o contrato-programa para o triénio 2019-2021, o qual estabelece o financiamento do HOSPITAL por um orçamento global anual. Em 13 de dezembro de 2021, foi assinado o acordo modificativo, onde se estipulou o financiamento para o ano de 2021, por um orçamento global, de 141.667.555 euros. Adicionalmente, para fazer face à regularização de dívida comercial vencida, designadamente de *factoring* e de processos em contencioso ou pré-contencioso, foi incluído no acordo modificativo de 2021, um reforço financeiro, de 8.900.000 euros. Estas verbas, transferidas em duodécimos, foram reconhecidas em resultados do período, na rubrica de Transferências correntes e subsídios à exploração (Nota 14).

## **1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto de Lei 192/2015, de 11 de setembro e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que o SNC-AP não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e este referencial não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

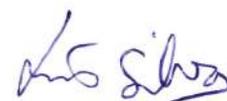
As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

### **Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.



As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas em 13 de maio de 2021 pelo despacho conjunto n.º 1318/2021, de 23 de junho, do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, e do Secretário Regional da Saúde e Desporto.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, em 29 de março de 2022, e serão submetidas a aprovação por despacho conjunto do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, e do Secretário Regional da Saúde e Desporto, nos termos da alínea b) do artigo 10.º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro.

### **Derrogação das disposições do SNC-AP**

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

### **Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

### **Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

### **Compensação de saldos e transações**

Os ativos, os passivos, os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

### **Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

O HOSPITAL não dispõe de quaisquer saldos de caixa e seus equivalentes com restrição de uso nos períodos apresentados. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, detalha-se como se segue:



	31-12-2021	31-12-2020
Caixa		
Fundo Fixo	5 000	5 000
Depósitos bancários à ordem		
Novo Banco Açores	776 376	195 204
Banco Comercial Português	58 719	58 720
Banco Santander Totta	3 010 732	14 237 548
Novo Banco	49 155	49 219
Caixa Económica da Misericórdia de		
Angra do Heroísmo	661	706
Banco BPI	-	205
Banco Português de Gestão	39 356	39 450
Depósitos a prazo		
Novo Banco Açores	108 107	-
	<u>4 048 106</u>	<u>14 586 052</u>

Em 2021, foi transferido para a rubrica de depósitos bancários, o montante de 108.107 euros, referente ao adiantamento de fundos à Unidade de Genética e Patologia Moleculares, no âmbito dos projetos de investigação relacionados com as patologias de ordem genética existentes nos Açores (Nota 18.2.1 – Outras contas a receber).

Em 15 de dezembro de 2021, foi constituído um depósito a prazo, no Novo Banco dos Açores, no montante de 108.107 euros, pelo prazo de um ano, renovável automaticamente por períodos iguais e sucessivos, à taxa de juro anual de 0,15%.

## **NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

### **2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos do HOSPITAL, mantidos de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionadas com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes, quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de serem negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente de caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

## 2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são descritas abaixo:

### (a) Ativos intangíveis

A Entidade reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Entidade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas e referem-se a direitos de utilização de software.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, que pode variar entre três a seis anos.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Entidade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informático são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

### (b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição ou de produção para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o custo da compra, os impostos de compra não reembolsáveis e quaisquer custos diretamente necessários para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, enquanto as despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas e de acordo com o regime do acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. Com exceção das instalações do HOSPITAL, as depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, do SNC-AP (CC2).



As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 8

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

### (c) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou do serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão das perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### (d) Inventários

Os inventários estão mensurados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se preveem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é reconhecida uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é repostada quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.

## (e) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações do justo valor registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que se qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

### **Cientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber**

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

### **Caixa e depósitos bancários**

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

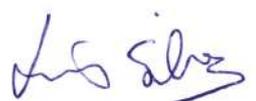
Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

### **Fornecedores e Outras contas a pagar**

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

### **Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.



Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

#### **Outros ativos e passivos financeiros**

Os outros ativos e passivos financeiros (que incluem dívidas ao Estado) são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### **Imparidade de ativos financeiros**

As quantias mensuradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

#### **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais associados aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **(f) Património**

O património apresentado corresponde ao capital estatutário subscrito e realizado à data do relato financeiro.

#### **(g) Periodização de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

#### **(h) Rendimentos de transações**

Os rendimentos obtidos são classificados consoante se são provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados, relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Entidade quando satisfaz uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidas pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

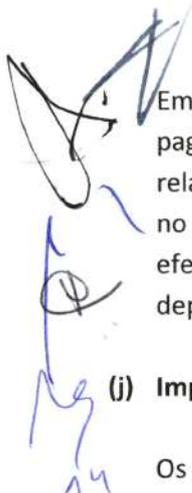
As doações e os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

#### **(i) Benefícios dos empregados**

A Entidade reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.



Em conformidade com a legislação em vigor, o HOSPITAL tem a responsabilidade de assegurar o pagamento complementar das pensões dos reformados e dos trabalhadores no ativo com vínculo à relação jurídica de emprego público, na parte correspondente ao período que não estiveram integrados no regime da Caixa Geral de Aposentações. O HOSPITAL não constituiu qualquer provisão para este efeito, estando a quantificação das responsabilidades por serviços passados existentes à data do relato dependente da realização de um estudo atuarial.

**(j) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em património líquido quando associados a transações registadas diretamente no património líquido.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do período e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

**(k) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

**(l) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.



## (m) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço e que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

### 2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2021, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas.

### 2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras, que foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, apresentam metade do património estatutário perdido. Neste quadro, é aplicável à Entidade as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração concluiu que o HOSPITAL dispõe de recursos apropriados para manter a atividade, não havendo a intenção de a cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Salientamos, contudo, que a atividade do HOSPITAL está fortemente dependente dos níveis de financiamento garantidos pelo orçamento do serviço regional de saúde que, nesta fase em que os efeitos do Covid-19 ainda poderão ter alguma relevância, terão de ser permanentemente reavaliados, e para sejam mantidos os níveis de desempenho operacional sem risco de rutura.

Acresce a atual conjuntura de incerteza internacional decorrente do conflito militar no leste europeu que, inevitavelmente, resultará num aumento generalizado dos custos de produção, quer pelo aumento dos preços dos produtos energéticos, quer pela eventual escassez de matérias-primas, que provocará uma subida da inflação para níveis imprevisíveis.

De 31 de dezembro de 2021 até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros do HOSPITAL.

### 2.5 - Alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou períodos futuros

#### Alterações às normas

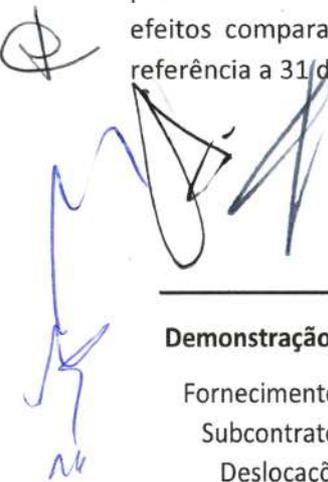
Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade no presente período ou períodos subsequentes.

#### Alterações nas políticas contabilísticas

Até 2020, as participações recebidas do subsídio social de mobilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41/2015 de 24 de março e regulamentado pela Portaria n.º 95-A/2015 de 27 de março, eram reconhecidas na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, pelo facto de se destinarem a reduzir os custos com as viagens no âmbito da deslocação de doentes. A partir de 2021, todas as verbas recebidas neste âmbito



passaram a ser reconhecidas na rubrica de Transferências correntes e subsídios à exploração. Assim, para efeitos comparativos, procedeu-se à reclassificação das rubricas da demonstração dos resultados com referência a 31 de dezembro de 2020 que registavam essas transações:



	Reexpressão		
	31-12-2020	Subsídio social de mobilidade	31-12-2020 (reexpresso)
<b>Demonstração dos resultados por naturezas</b>			
Fornecimentos e serviços externos	(24 209 779)	(875 496)	(25 085 276)
Subcontratos	(12 815 222)	(875 496)	(13 690 718)
Deslocações de doentes	(3 817 905)	(875 496)	(4 693 401)
Transferências correntes e subsídios à exploração	146 309 762	875 496	147 185 259
Subsídios sem condição	-	875 496	875 496

Para além do assunto acima referido, não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

## 2.6 - Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativas possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período económico subsequente são as que se seguem:

### Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando que, os ativos fixos tangíveis não foram inventariados e avaliados, e que existem divergências entre a aplicação de gestão de ativos e os registos contabilísticos, exceto nos terrenos, edifícios e outras construções que foram objeto de avaliação em 1 de janeiro de 2007, e considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do seu valor líquido, se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Entidade.

### Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores das contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Entidade da probabilidade da sua recuperação, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e



outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados.

### **Benefícios de reforma**

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma atribuídos aos trabalhadores não é efetuada com recurso anual a estudos atuariais, baseados em pressupostos económicos e demográficos cujas alterações terão impacto no montante da responsabilidade.

As eventuais obrigações que resultem dessa avaliação devem ser objeto de reconhecimento no passivo e devem ser analisadas de forma periódica, podendo conduzir a ajustamentos significativos em resultado da variação dos pressupostos utilizados.

### **Provisões**

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### **Reconhecimento de ativos por impostos diferidos**

Embora sejam apenas reconhecidos quando existam fortes e probabilidades de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, os ativos por impostos diferidos são reapreciados periodicamente pela Administração com base na expectativa do desempenho futuro.

### **2.7 - Alterações nas estimativas contabilísticas**

Em 2021, considerando o estado de conservação e de utilização das instalações hospitalares, e da necessidade de futuras intervenções de manutenção e remodelação do edifício, a vida útil das instalações do HOSPITAL foi revista para uma vida útil remanescente estimada em 20 anos.

Para além do assunto acima referido, a Entidade não alterou os procedimentos que determinam as estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período corrente ou em períodos futuros.

### **2.7 - Alterações nas estimativas contabilísticas**

A Entidade não alterou os procedimentos que determinam as estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período corrente ou em períodos futuros.

### **2.8 - Erros materiais de períodos anteriores**

Em 2021, a Entidade reconheceu o passivo por impostos resultante da atribuição de subsídios ao investimento e de doações. Para efeitos comparativos, procedeu-se à reexpressão das correspondentes rubricas do Património Líquido e do Passivo não corrente com referência a 31 de dezembro de 2019, conforme se apresenta:



	Reexpressão		
	31-12-2019	Ajustamentos - por impostos	31-12-2019 (reexpresso)
<b>Balanço</b>			
<b>Património Líquido</b>			
Outras variações no Património Líquido	360 856	(53 046)	307 810
Ajustamentos - por impostos	-	(53 046)	(53 046)
<b>Passivo não corrente</b>			
Outras contas a pagar	-	53 046	53 046
Ajustamentos - por impostos	-	53 046	53 046

Em 2018, aquando da transição do POCMS para o SNC-AP, o saldo de gerência orçamental inicial foi sobrevalorizado, no montante de 1.174.524 euros. Esta correção foi identificada e realizada em 2021, afetando assim os saldos de gerência iniciais de 2021 (orçamental: 15.520.703,32 euros; e extraorçamental: 934.651,00 euros negativos).

Neste sentido, para efeitos comparativos, procedeu-se à reexpressão dos saldos de gerência orçamental e extraorçamental com referência a 31 de dezembro de 2019, conforme se segue:

	Reexpressão		
	31-12-2019	Reclassificação de operações orçamentais	31-12-2019 (reexpresso)
<b>Demonstração de fluxos de caixa</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
Equivalentes a caixa no fim do período	1 155 421	-	1 155 421
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>			
De execução orçamental	1 827 142	(1 174 524)	652 618
De operações de tesouraria	(671 721)	1 174 524	502 803

Para além dos assuntos acima referidos, não foi identificado em 2021 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

### NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos intangíveis referem-se a programas informáticos.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Início do período		Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>						
Programas de computador	420 614	398 057	22 557	854 169	440 674	413 494
Ativos intangíveis em curso	53 078	-	53 078	25 437	-	25 437
	<b>473 692</b>	<b>398 057</b>	<b>75 635</b>	<b>879 605</b>	<b>440 674</b>	<b>438 931</b>

Em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Variações		Quantia Escriturada Final
			Transferências Internas à Entidade	Amortizações do Período	
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>					
Programas de computador e sistemas de informação	22 557	393 777	39 778	(42 617)	413 494
Ativos intangíveis em curso	53 078	12 136	(39 778)	-	25 437
	<b>75 635</b>	<b>405 913</b>	<b>-</b>	<b>(42 617)</b>	<b>438 931</b>

Em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Adições		
	Internas	Compra	Total
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>			
Programas de computador e sistemas de informação	-	393 777	393 777
Ativos intangíveis em curso	-	12 136	12 136
	<b>-</b>	<b>405 913</b>	<b>405 913</b>

Em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>						
Programas de computador	415 663	376 761	38 902	420 614	398 057	22 557
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	53 078	-	53 078
	<b>415 663</b>	<b>376 761</b>	<b>38 902</b>	<b>473 692</b>	<b>398 057</b>	<b>75 635</b>

Em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Variações		Quantia Escriturada Final
			Transferências Internas à Entidade	Amortizações do Período	
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>					
Programas de computador e sistemas de informação	38 902	4 951	-	(21 297)	22 557
Ativos intangíveis em curso	-	53 078	-	-	53 078
	<b>38 902</b>	<b>58 029</b>	<b>-</b>	<b>(21 297)</b>	<b>75 635</b>

Em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Adições	
	Internas	Compra
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>		
Programas de computador e sistemas de informação	-	4 951
Ativos intangíveis em curso	-	53 078
	<b>-</b>	<b>58 029</b>

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Ativos intangíveis em curso é detalhada como se segue:

	Em 31 de dezembro de 2021				
	Quantia	Transferências	Quantia	Quantia	Quantia
	Escriturada	Adições	Internas à	Diminuições	Escriturada
Inicial	Entidade	Entidade	Final	Final	
<b>Ativos intangíveis em curso</b>					
SISQUAL WFM	21 240	-	-	-	21 240
Módulo dietética	27 642	12 136	(39 778)	-	-
Portal de formação e plataforma <i>e-learning</i>	4 197	-	-	-	4 197
	<b>53 078</b>	<b>12 136</b>	<b>(39 778)</b>	-	<b>25 437</b>

	Em 31 de dezembro de 2020				
	Quantia	Transferências	Quantia	Quantia	Quantia
	Escriturada	Adições	Internas à	Diminuições	Escriturada
Inicial	Entidade	Entidade	Final	Final	
<b>Ativos intangíveis em curso</b>					
SISQUAL WFM	-	21 240	-	-	21 240
Módulo dietética	-	27 642	-	-	27 642
Portal de formação e plataforma <i>e-learning</i>	-	4 197	-	-	4 197
	-	<b>53 078</b>	-	-	<b>53 078</b>

Estes ativos intangíveis serão concluídos em 2022, após a conclusão de todas as fases de implementação, e desencadeados os procedimentos com vista à sua operacionalização.

*António Silva*

*António Silva*  
23

## NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Em 31 de dezembro de 2021					
	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	18 212 292	-	18 212 292	18 212 292	-	18 212 292
Edifícios e outras construções	85 754 157	33 969 671	51 784 486	85 754 157	37 164 692	48 589 464
Equipamento básico	48 241 525	35 312 868	12 928 657	49 229 145	36 474 074	12 755 072
Equipamento de transporte	102 390	102 390	-	102 390	102 390	-
Equipamento administrativo	5 665 896	4 428 541	1 237 354	5 902 211	4 539 537	1 362 674
Outros	324 449	121 950	202 499	324 449	133 520	190 929
Ativos fixos tangíveis em curso	62 895	-	62 895	151 511	-	151 511
	<b>158 363 603</b>	<b>73 935 419</b>	<b>84 428 183</b>	<b>159 676 154</b>	<b>78 414 212</b>	<b>81 261 942</b>

Em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações			Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período	
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>					
Outros ativos fixos tangíveis	18 212 292	-	-	-	18 212 292
Terrenos e recursos naturais	51 784 486	-	-	(3 195 022)	48 589 464
Edifícios e outras construções	12 928 657	987 620	-	(1 161 206)	12 755 072
Equipamento básico	1 237 354	236 315	-	(110 995)	1 362 674
Equipamento administrativo	202 499	-	-	(11 570)	190 929
Outros	62 895	88 616	-	-	151 511
Ativos fixos tangíveis em curso	84 428 183	1 312 552	-	(4 478 793)	81 261 942

Em 31 de dezembro de 2021

Rubricas	Adições			Total
	Internas	Compra	Total	
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Outros ativos fixos tangíveis	-	987 620	987 620	987 620
Equipamento básico	-	236 315	236 315	236 315
Equipamento administrativo	-	88 616	88 616	88 616
Ativos fixos tangíveis em curso	-	1 312 552	1 312 552	1 312 552

*[Handwritten signatures and initials]*

*[Handwritten signature]*

Em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Início do período		Final do período	
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	18 212 292	-	18 212 292	18 212 292
Edifícios e outras construções	85 124 184	32 213 999	52 910 185	85 754 157
Equipamento básico	47 234 480	34 313 987	12 920 493	48 241 525
Equipamento de transporte	102 390	102 390	-	102 390
Equipamento administrativo	5 595 595	4 326 042	1 269 553	5 665 896
Outros	312 376	110 804	201 572	324 449
Ativos fixos tangíveis em curso	468 133	-	468 133	62 895
	<b>157 049 449</b>	<b>71 067 222</b>	<b>85 982 227</b>	<b>158 363 603</b>
				<b>73 935 419</b>
				<b>84 428 183</b>

Em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações			Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período	
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>					
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	18 212 292	-	-	-	18 212 292
Edifícios e outras construções	52 910 185	37 440	592 532	(1 755 672)	51 784 486
Equipamento básico	12 920 493	1 007 045	-	(998 881)	12 928 657
Equipamento administrativo	1 269 553	70 300	-	(102 499)	1 237 354
Outros	201 572	12 074	-	(11 146)	202 499
Ativos fixos tangíveis em curso	468 133	189 094	(592 532)	-	62 895
	<b>85 982 227</b>	<b>1 315 953</b>	<b>-</b>	<b>(1 799)</b>	<b>84 428 183</b>
				<b>(1 799)</b>	
					<b>84 428 183</b>

*Ass. Silva*

Em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Adições		
	Internas	Compra	Total
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>			
Outros ativos fixos tangíveis	-	37 440	37 440
Edifícios e outras construções	-	1 007 045	1 007 045
Equipamento básico	-	70 300	70 300
Equipamento administrativo	-	12 074	12 074
Outros	-	189 094	189 094
Ativos fixos tangíveis em curso	-	<b>1 315 953</b>	<b>1 315 953</b>

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso é detalhada como se segue:

	Em 31 de dezembro de 2021			
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Quantia Escriturada Final
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>				
Remodelação das Águas Quentes	62 895	16 408	-	79 304
Ressonância Magnética	-	1 959	-	1 959
Sala de espera Serviço Urgência	-	70 249	-	70 249
	<b>62 895</b>	<b>88 616</b>	-	<b>151 511</b>

*[Handwritten signature and initials]*

*[Handwritten signature]*

Em 31 de dezembro de 2020

	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Diminuições	Quantia Escriturada Final
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>					
Psiquiatria	421 833	5 498	(427 331)	-	-
Remodelação das Águas Quentes	45 634	17 261	-	-	62 895
Internamento da Cirurgia I	666	1 133	-	(1 799)	-
Medicina II	-	23 624	(23 624)	-	-
SID-COVID 19	-	44 147	(44 147)	-	-
Ressonância Magnética	-	97 430	(97 430)	-	-
	<b>468 133</b>	<b>189 094</b>	<b>(592 532)</b>	<b>(1 799)</b>	<b>62 895</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*[Handwritten signature in blue ink]*

Com a alteração ao Estatuto do Serviço Regional de Saúde (SRS), que permitiu a transformação dos hospitais regionais em entidades públicas empresariais, e conforme previsto no n.º 2 do artigo 3.º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, o capital estatutário do HOSPITAL foi realizado em espécie pelo justo valor do edifício e terreno do anterior instituto público, apurado à data de constituição da entidade pública empresarial regional, e pelo montante correspondente à conversão de passivos, aprovados por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competências em matérias de finanças e saúde. Neste âmbito, e para efeitos de apuramento do justo valor, as instalações do HOSPITAL foram objeto de uma avaliação em 2007 por um avaliador independente, no montante 91.061.458 euros. O montante emergente dessa avaliação de 33.381.221 euros foi incorporado nesse ano na realização do capital estatutário do HOSPITAL.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos fixos tangíveis ainda não tinham sido inventariados e avaliados e existem divergências entre a aplicação de gestão de ativos e os registos contabilísticos, exceto nos terrenos, edifícios e outras construções que foram objeto de avaliação em 1 de janeiro de 2007.

Como referido na Nota 2.7 deste anexo, em 2021, a vida útil do edifício hospitalar foi revista para uma vida útil remanescente estimada em 20 anos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Entidade não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restrita ou dados como garantia de passivos.

## NOTA 10 - INVENTÁRIOS

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

Rubrica	Em 31 de dezembro de 2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 325 400	2 394 000	6 931 400

Rubrica	Em 31 de dezembro de 2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8 867 657	2 394 000	6 473 657

*[Handwritten signature]*

31-12-2021 31-12-2020

**Matérias-primas, subsidiárias e de consumo**

Produtos farmacêuticos	5 038 999	3 887 222
Material de consumo clínico	4 093 953	4 784 460
Produtos alimentares	893	322
Material de consumo hoteleiro	109 462	107 199
Material de consumo administrativo	42 589	44 592
Material de manutenção e conservação	39 503	43 862
	<b>9 325 400</b>	<b>8 867 657</b>
Perdas por imparidade acumuladas	(2 394 000)	(2 394 000)
	<b>6 931 400</b>	<b>6 473 657</b>

Em 2021 e 2020, a rubrica de Perdas por imparidade acumuladas de Inventários, teve o seguinte movimento:

31-12-2021 31-12-2020

**Matérias-primas e de consumo**

Saldo inicial	2 394 000	-
Aumentos	-	2 394 000
Saldo final	<b>2 394 000</b>	<b>2 394 000</b>

Em 2020, foi reconhecida uma perda por imparidade, no montante de 2.394.000 euros, referente às máscaras de proteção KN95/FFP2, que não se encontram em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos para este tipo de material.

As perdas por imparidade de inventários são determinadas em função da sua rotatividade e da sua data de validade, no encerramento de cada período económico.

O movimento ocorrido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são detalhados conforme se segue:

*Luís Silva*

Em 31 de dezembro de 2021

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no período				Quantia Escriturada Final
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Perdas por Imparidade	Outras reduções de inventários	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 473 657	45 323 538	43 341 720	-	1 524 075	6 931 400
	<b>6 473 657</b>	<b>45 323 538</b>	<b>43 341 720</b>	-	<b>1 524 075</b>	<b>6 931 400</b>

5

Em 31 de dezembro de 2020

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no período				Quantia Escriturada Final
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Perdas por Imparidade	Outras reduções de inventários	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 500 189	48 556 283	41 248 298	2 394 000	3 106 327	6 473 657
	<b>4 500 189</b>	<b>48 556 283</b>	<b>41 248 298</b>	<b>2 394 000</b>	<b>3 106 327</b>	<b>6 473 657</b>

Antônio Silva

*(Handwritten signatures and initials)*

	2021	2020
<b>Custo das matérias consumidas</b>		
Produtos farmacêuticos	31 167 436	30 557 206
Material de consumo clínico	10 401 186	8 631 982
Produtos alimentares	6 976	5 996
Material de consumo hoteleiro	275 484	282 212
Material de consumo administrativo	218 447	178 263
Material de manutenção e conservação	1 272 191	1 592 550
Outro material de consumo	-	89
	<b>43 341 720</b>	<b>41 248 298</b>
<b>Outras aumentos/(reduções) de inventários</b>		
Perdas em inventários - Covid-19	1 319 361	3 106 040
Perdas em inventários - outras	204 714	288
Ganhos em inventários	-	(165 811)
	<b>1 524 075</b>	<b>2 940 516</b>
<b>Compras de matérias consumíveis</b>		
Custo das matérias consumidas (+)	43 341 720	41 248 298
Quebras/(sobras) (+/-)	1 524 075	2 940 516
Existências finais (+)	9 325 400	8 867 657
Existências iniciais (-)	(8 867 657)	(4 500 189)
	<b>45 323 538</b>	<b>48 556 283</b>

De referir que ao valor do custo das matérias consumidas com produtos farmacêuticos, estão deduzidos os créditos recebidos, em cerca de 1,7 milhões de euros (em 2020, cerca de 1,3 milhões de euros), no âmbito dos acordos celebrados entre o Ministério da Saúde e a indústria farmacêutica, bem como de outros acordos.

Em 2021 e 2020, os montantes reconhecidos em ganhos e perdas em inventários referem-se a diversas transações de natureza interna, como por exemplo, entre outras, devoluções de matérias consumíveis dos respetivos serviços aos armazéns centrais, que já tinham sido reconhecidas contabilisticamente como consumos em períodos económicos anteriores.

A Circular Normativa n.º DRS-CNORM/2020/46, da Direção Regional da Saúde, determina que, o equipamento de proteção individual (EPI) adquirido, e cedido a título gratuito às entidades do sistema regional de saúde, deve ser reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica de Outros gastos – perdas em inventários. Em 2021, foi adquirido e cedido a título gratuito, às entidades do sistema regional de saúde, equipamento de proteção individual (EPI), no montante de 1.319.361 euros (em 2020 – 3.106.040 euros).

*duo Silva*

**NOTA 13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO**

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os rendimentos com contraprestação reconhecidos no período, são detalhados conforme se segue:

Rubrica	Em 31 de dezembro de 2021	
	Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	1 106 606	1 106 606
Venda de bens	43 740	43 740
	<b>1 150 346</b>	<b>1 150 346</b>

Rubrica	Em 31 de dezembro de 2020	
	Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	5 418 256	5 418 256
Venda de bens	247 996	247 996
	<b>5 666 252</b>	<b>5 666 252</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as vendas e prestações de serviços tinha a seguinte composição:

	2021	2020
<b>Venda de bens</b>		
Matérias de consumo	<b>43 740</b>	<b>247 996</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
Internamento	747 873	2 486 263
Consulta	19 741	864 336
Urgência	231 306	902 452
Hospital de dia	306	120
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	107 380	1 125 515
Outras prestações de serviços	-	39 569
	<b>1 106 606</b>	<b>5 418 256</b>

Em 2021, nos termos do artigo 290.º do Orçamento do Estado para 2021, os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos do Serviço Regional de Saúde aos beneficiários da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde foram suportados pelo orçamento do Serviço Regional de Saúde.

*António Silva*

**NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO**

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte decomposição:

Tipo de transação sem contraprestação	Em 31 de dezembro de 2021	
	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património líquido
Taxas moderadoras	53 729	-
Transferências sem condição	153 660 339	590 839
Subsídios sem condição	946 628	-
Doações	-	9 000
	<b>154 660 696</b>	<b>599 839</b>

Tipo de transação sem contraprestação	Em 31 de dezembro de 2020	
	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património líquido
Taxas moderadoras	121 462	-
Transferências sem condição	146 188 300	280 000
Subsídios sem condição	875 496	-
Doações	-	20 000
	<b>147 185 259</b>	<b>300 000</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Transferências tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Contrato-programa	150 567 555	140 495 000
Acessibilidade a Diagnóstico e Terapêutica	-	1 111 946
Melhoria na Inovação Terapêutica	-	4 200 000
Combate à COVID-19	614 000	-
CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias	2 460 000	339 152
Berço de Emprego	12 544	20 175
PIIE	6 240	19 527
Subsídio social de mobilidade	946 628	875 496
Outros subsídios	-	2 500
	<b>154 606 967</b>	<b>147 063 797</b>

*Luc Silva*

Como referido na Nota 1.1 deste anexo, o financiamento atribuído para o ano de 2021, foi estabelecido por orçamento global, no montante de 150.567.555 euros (em 2020, 140.495.000 euros).

#### NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, existia uma garantia bancária, no montante de 63.952 euros, prestada a favor do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo do Trabalho de Ponta Delgada, destinada a servir de caução no processo n.º 597/17.6T8PDL. Adicionalmente, em 21 de maio de 2020, foi constituída uma garantia bancária, no montante de 368.578 euros, prestada a favor do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo do Trabalho de Ponta Delgada, destinada a servir de caução no processo n.º 596/17.8T8PDL.

Em 31 de dezembro de 2021, existiam processos judiciais contra o HOSPITAL, relacionados com pedidos de indemnização, no montante aproximado a 5,3 milhões de euros, acrescido dos respetivos juros moratórios, no montante estimado em 1,4 milhões de euros, e com serviços médicos prestados por instituições do Serviço Nacional de Saúde a utentes da Região Autónoma dos Açores, que ainda não foram liquidados pelo HOSPITAL. O Conselho de Administração está convicto de que de acordo com pareceres emitidos pelos advogados, não é esperado qualquer encargo materialmente significativo para o HOSPITAL.

Em novembro de 2021, foi concluída a inspeção tributária relativa ao período económico de 2017, onde a Autoridade Tributária requereu duas correções de imposto: (a) acréscimos à matéria coletável resultante da não aceitação de depreciações, no montante de 353.342 euros; e a (b) entrega de imposto de selo em falta pelos empréstimos concedidos, em 2017, pela entidade gestora do serviço regional de saúde, no montante de 104.411 euros. O HOSPITAL exerceu o seu direito de audição defendendo que a Autoridade Tributária está a lavrar em erro de direito, qualificando erroneamente as realidades fácticas subjacentes, razão pela qual requereu que as referidas conclusões fossem alteradas, e que a inspeção fosse concluída sem qualquer correção de imposto. A Administração está convicta de que face à avaliação em curso das conclusões apresentadas irá recorrer sobre esta decisão de acordo com a legislação em vigor.

Considerando os pressupostos da Autoridade Tributária para o período de 2017, o eventual impacto fiscal para os períodos subsequentes é estimado conforme se segue:

Anos	Imposto de		Juros		TOTAL
	Selo	IRC	Coimas	compensatórios	
2017	104 411	-	31 323	16 706	<b>152 441</b>
2018	203 114	-	45 000	24 374	<b>272 487</b>
2019	243 268	-	45 000	19 461	<b>307 729</b>
2020	260 144	31 589	45 000	11 669	<b>348 402</b>
2021	-	41 039	12 312	-	<b>53 351</b>
	<b>810 937</b>	<b>72 628</b>	<b>178 635</b>	<b>72 210</b>	<b>1 134 410</b>

*Handwritten signature*

**NOTA 17 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO**

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer acontecimentos subsequentes à data de relato que devam ser divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

**NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**18.2.1 - QUANTIA ESCRITURADA DOS ATIVOS FINANCEIROS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros estavam mensurados ao custo amortizado, que não difere substancialmente do seu valor nominal, e compreendiam:

**Outros ativos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros ativos financeiros, é detalhada conforme se segue:

	<b>31-12-2021</b>	<b>31-12-2020</b>
<b>Outros ativos financeiros</b>		
Fundo de compensação do trabalho	<u>273 796</u>	<u>233 291</u>

Em 2020, foram reconhecidas as responsabilidades, perante o Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 233.291 euros, e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho, no montante de 18.912 euros, assumidas até 31 de dezembro de 2020. Sobre os montantes em dívida, incidem juros moratórios, no montante de 36.702 euros. O saldo em dívida, de 288.905 euros, foi liquidado em 22 de fevereiro de 2021 (Nota 18.2.2 – acréscimos de gastos).

**Clientes e utentes**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de Clientes, contribuintes e utentes podem ser assim representados:

	<b>31-12-2021</b>	<b>31-12-2020</b>
<b>Clientes</b>		
Serviço Regional de Saúde (Nota 20.2)	7 377 968	6 911 032
Outros clientes c/c	743 914	467 953
Clientes de cobrança duvidosa	<u>4 793 237</u>	<u>4 668 555</u>
	12 915 120	12 047 540
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(4 793 237)</u>	<u>(4 668 555)</u>
	<u><b>8 121 882</b></u>	<u><b>7 378 985</b></u>

O Orçamento do Estado para 2020 e 2021, nos artigos 271.º e 290.º, respetivamente, considera que os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços dos Serviços Regionais de

*António Silva*

Saúde das Regiões Autónomas aos beneficiários da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde deverão ser suportados pelos orçamentos desses serviços.

Os saldos devedores que apresentavam riscos de cobrabilidade foram transferidos para uma rubrica específica de clientes de cobrança duvidosa, e foram cobertos por uma perda por imparidade. Estes saldos dizem respeito a:

	31-12-2021	31-12-2020
<b>Cientes de cobrança duvidosa</b>		
Companhias de seguros	1 751 802	1 703 897
Outros clientes	3 041 435	2 964 658
	<u>4 793 237</u>	<u>4 668 555</u>

Em 2021 e 2020, a rubrica de Perdas por imparidade acumuladas, teve o seguinte movimento:

	31-12-2021	31-12-2020
<b>Cientes</b>		
Saldo inicial	4 668 555	2 114 229
Aumentos	195 320	2 554 326
Utilizações	(30 000)	-
Reduções	(40 638)	-
Saldo final	<u>4 793 237</u>	<u>4 668 555</u>

As perdas por imparidade de dívidas a receber, de 4.793.237 euros, destinam-se a cobrir os saldos de clientes que potenciam riscos de não recebimento. Em 2021, esta rubrica foi reforçada, em 195.320 euros (em 2020, 2.554.326 euros), maioritariamente, por saldos de companhias de seguros, no montante de 1.751.802 euros.

#### Outras contas a receber

Os saldos das Outras contas a receber, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são detalhados conforme se segue:

	31-12-2021	31-12-2020
<b>Outras contas a receber</b>		
Adiantamentos a fornecedores	384 272	426 510
Adiantamentos ao pessoal	-	183
Unidade de Genética e Patologias Moleculares	-	108 105
Outras contas a receber	49 260	56 127
	<u>433 531</u>	<u>590 926</u>

*António Silva*

Em 2021, foi transferido para a rubrica de depósitos bancários, o montante de 108.107 euros, referente ao adiantamento de fundos à Unidade de Genética e Patologia Moleculares, no âmbito dos projetos de investigação relacionados com as patologias de ordem genética existentes nos Açores (Nota 1.2).

#### Diferimentos (ativo)

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Diferimentos compreende, o montante de 441.586 euros (em 2020, 1.647.272 euros), referente aos juros moratórios vincendos, que foram liquidados à data da celebração de um acordo de pagamento com uma instituição financeira.

### 18.2.2 - QUANTIA ESCRITURADA DOS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos financeiros estavam mensurados ao custo amortizado e compreendiam:

#### Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos desta rubrica decompõem-se como se segue:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Fornecedores</b>				
Serviço Regional de Saúde (Nota 20.2)	-	1 217 136	-	1 211 122
Fornecedores c/c	4 867 194	57 436 515	15 348 807	62 434 303
Fornecedores em receção e conferência	-	74 061	-	127 891
	<b>4 867 194</b>	<b>58 727 712</b>	<b>15 348 807</b>	<b>63 773 315</b>

Na rubrica do Serviço Regional de Saúde estão registados serviços prestados nos termos dos acordos existentes com o setor público, designadamente hospitais e unidades de saúde da Região Autónoma dos Açores, ainda não liquidados em 31 de dezembro de 2021 (Nota 20.2).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de fornecedores evidenciado como não corrente, vence-se nos seguintes anos:

Anos	31-12-2021	31-12-2020
2022	-	6 266 584
2023	4 867 194	5 456 640
2024	-	604 264
2025	-	604 264
2026	-	604 264
2027 e seguintes	-	1 812 791
	<b>4 867 194</b>	<b>15 348 807</b>

*António Silva*

Em 31 de dezembro de 2021, existiam acordos de pagamento com fornecedores, nas seguintes condições:

- i) Em fevereiro de 2020, foi celebrado um plano de pagamentos com um fornecedor, de 3.860.903 euros, em 24 prestações mensais constantes e sucessivas, de 160.871 euros, vencendo-se a primeira prestação em fevereiro de 2020.
- ii) Em julho de 2020, foi celebrado um acordo de pagamento com uma instituição financeira, que tinha celebrado diversas cessões de crédito, no montante de 12.334.412 euros, em seis prestações semestrais sucessivas, sendo as primeiras cinco prestações, de 2.047.512 euros, e a última prestação, de 2.096.850 euros, vencendo-se a primeira prestação em maio de 2021. No âmbito deste acordo, foram assumidos juros moratórios comerciais, no montante de 3.476.276 euros, os quais foram liquidados no decorrer de 2020. Este montante corresponde aos juros vencidos, a 31 de dezembro de 2020, no montante de 1.829.004 euros, que foram reconhecidos na demonstração dos resultados (Nota 23.5), e aos juros vincendos, no montante de 1.647.272 euros, que foram reconhecidos na rubrica de diferimentos (Nota 18.2.1 – Diferimentos). Adicionalmente, este acordo contempla um desconto de 25% sobre os juros moratórios, no montante de 869.069 euros, no pressuposto do integral cumprimento do acordo de pagamento. Em 2020, foi descontado aos juros pagos, o montante de 434.535 euros, que corresponde a 50% do referido desconto.
- iii) Em setembro de 2020, foi celebrado um plano de pagamentos com um fornecedor, no montante de 4.219.273 euros, em 36 prestações mensais constantes e sucessivas, de 117.202 euros, vencendo-se a primeira prestação em setembro de 2020.

O HOSPITAL considerou que os atos médicos prestados aos utentes do Sistema Regional de Saúde (SRS) no continente deveriam ser gratuitos e, nesta conformidade, anulou em 2010 todos os saldos devidos a este respeito existentes em 1 de janeiro de 2010 e, desde essa data, os encargos que lhe sido exigidos pelas entidades do Serviço Nacional de Saúde não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Nos termos da Lei n.º 20/2016, de 15 de julho fica estabelecido a gratuitidade da prestação de cuidados de saúde, estando dependente de resolução a determinação das dívidas existentes nessa data entre os dois sistemas de saúde, a apresentar por um grupo de trabalho criado na dependência do Ministro da Saúde.

#### **Outras contas a pagar**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos desta rubrica detalham-se conforme se segue:



38

	31-12-2021		31-12-2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Adiantamentos de clientes e utentes</b>	-	-	-	<b>120</b>
<b>Fornecedores de investimentos</b>	-	<b>105 215</b>	-	<b>158 325</b>
<b>Outras contas a pagar</b>				
Pensões - CGA (Nota 19)	-	48 400	-	52 049
Pessoal	-	-	-	5 867
Acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar				
Férias	-	2 880 000	-	2 780 000
Subsídio de férias	-	2 880 000	-	2 780 000
Horas extraordinárias	-	449 930	-	429 322
Prevenção	-	312 076	-	301 161
Noites e suplementos	-	269 357	-	255 650
Encargos sobre remunerações	-	2 381 056	-	1 819 567
Acréscimos remuneratórios	-	3 234 134	-	1 115 201
Fornecimentos e serviços externos	-	718 427	-	6 140 176
FCT e FGCT (Nota 18.2.1)	-	-	-	288 905
Juros de mora (Nota 23.5)	-	2 623 397	-	2 118 355
Ajustamentos nos subsídios - por impostos	142 171	-	70 614	-
Fundos alheios	-	236 635	-	231 608
XVI Congresso Endocrinologia 2019	-	-	-	15 131
	<b>142 171</b>	<b>16 033 412</b>	<b>70 614</b>	<b>18 332 991</b>

As remunerações a liquidar incluem a estimativa para férias e subsídio de férias de 2021, que serão processadas e pagas no ano subsequente.

A rubrica de Acréscimos remuneratórios contempla: o montante de 1.115.201 euros, referente ao reposicionamento remuneratório da carreira de enfermagem dos anos de 2010 a 2013; e o montante de 2.118.932 euros, referente à revalorização e reposicionamento remuneratório previsto no artigo 15.º do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2021, que ainda não tinha sido liquidado à data de 31 de dezembro de 2021, e que será liquidado nos anos subsequentes. Os montantes em dívida são referentes às seguintes carreiras profissionais:

	Montante
Enfermagem	1 690 110
Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica	187 288
Assistente Operacional	79 431
Assistente Técnico	127 184
Técnico Superior	34 919
	<b>2 118 932</b>

*António Silva*

O montante de 718.427 euros (em 2020, 6.140.176 euros) na rubrica de Fornecimentos e serviços externos corresponde a serviços prestados pelos fornecedores ainda não faturados.

Em 2021 e 2020, o saldo classificado como não corrente compreende o imposto correspondente aos subsídios e doações que ainda não foram imputados aos resultados do período, e será regularizado proporcionalmente à respetiva imputação (Nota 18.14).

### Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos do Estado e outros entes públicos são assim representados:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Ativo</b>				
<b>Imposto sobre o rendimento</b>				
Pagamentos por conta	-	275 655	-	-
Pagamentos adicionais por conta	-	85 175	-	-
Retenções na fonte	-	48	-	77
	-	<b>360 878</b>	-	<b>77</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Imposto sobre o rendimento</b>				
Imposto corrente	-	326 446	-	371 017
<b>Retenções de imposto sobre o rendimento</b>				
Trabalho dependente	-	828 303	-	592 862
Rendimentos profissionais	-	29 717	-	22 901
Rendimentos prediais	-	260	-	320
<b>Imposto sobre o valor acrescentado</b>				
IVA - a pagar	-	11 909	-	-
<b>Contribuições para a segurança social</b>				
ADSE	-	789 296	-	738 230
Caixa Geral de Aposentações	-	716 872	-	555 582
Segurança Social - prestações mensais	-	983 920	-	785 119
Segurança Social - planos prestacionais	3 838 531	592 115	4 312 999	567 368
FCT e FGCT	-	8 984	-	-
IASFA	-	64	-	57
	<b>3 838 531</b>	<b>4 287 886</b>	<b>4 312 999</b>	<b>3 633 455</b>

As retenções de imposto sobre o rendimento por liquidar, em 31 de dezembro de 2021, referem-se ao trabalho dependente e aos rendimentos profissionais e prediais de dezembro de 2021. Estas retenções foram integralmente liquidadas em janeiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, as contribuições para a segurança social por liquidar referem-se aos seguintes períodos:



Contribuições	ADSE	CGA	Segurança Social
dezembro/16	49 045	-	-
janeiro/17	47 472	-	-
fevereiro/17	47 403	-	-
março/17	47 496	-	-
abril/17	47 126	-	-
maio/17	47 855	-	-
junho/17	93 364	-	-
julho/17	48 181	-	-
agosto/17	48 275	-	-
setembro/17	47 860	-	-
outubro/17	46 889	-	-
novembro/17	70 817	-	-
dezembro/17	48 205	-	-
dezembro/21	99 309	716 872	983 920
	<u>789 296</u>	<u>716 872</u>	<u>983 920</u>
Planos prestacionais	-	-	4 430 646
	<u><b>789 296</b></u>	<u><b>716 872</b></u>	<u><b>5 414 566</b></u>

Em janeiro e fevereiro de 2017 foram reformulados os planos de pagamento existentes com a Segurança Social e foram diferidos três novos planos de pagamento para liquidar a dívida em mora à Segurança Social, em 150 prestações mensais, com início em fevereiro e março de 2017. Em junho de 2017 foi diferido um novo plano de pagamentos com a Segurança Social, para liquidar dívida em mora, em 150 prestações mensais, com início em julho de 2017. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante em dívida dos planos prestacionais é detalhado conforme se segue:

Em 31 de dezembro de 2021				
	Quantia Exequenda	Juros de mora vencidos	Custas	Total
Plano 117/2017	1 670 987	413 755	28 176	<b>2 112 919</b>
Plano 193/2017	212 902	48 902	3 685	<b>265 489</b>
Plano 252/2017	707 134	234 001	5 439	<b>946 574</b>
Plano 1357/2017	896 244	196 465	12 955	<b>1 105 664</b>
	<u><b>3 487 268</b></u>	<u><b>893 123</b></u>	<u><b>50 255</b></u>	<u><b>4 430 646</b></u>

*António Silva*



	Em 31 de dezembro de 2020			
	Quantia Exequenda	Juros de mora vencidos	Custas	Total
Plano 117/2017	1 893 691	389 617	28 874	<b>2 312 181</b>
Plano 193/2017	241 355	45 381	3 725	<b>290 462</b>
Plano 252/2017	830 990	233 690	9 261	<b>1 073 941</b>
Plano 1357/2017	1 009 429	179 469	14 884	<b>1 203 782</b>
	<b>3 975 466</b>	<b>848 157</b>	<b>56 744</b>	<b>4 880 366</b>

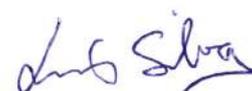
O saldo em dívida, apresentado como não corrente, incluindo os juros de mora vencidos e custas, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, será reembolsado nos seguintes anos:

Ano	31-12-2021			31-12-2020		
	Quantia Exequenda	Juros vencidos	Juros vincendos	Quantia Exequenda	Juros vencidos	Juros vincendos
2022	-	-	-	462 359	128 215	-
2023	458 680	146 842	-	462 359	151 422	-
2024	458 680	169 696	-	462 359	174 628	-
2025	458 680	192 550	-	462 359	197 835	-
2026	458 680	214 735	668	462 359	91 048	-
2027	458 680	35 865	202 393	462 359	-	129 993
2028 e seguintes	785 445	-	427 844	795 698	-	682 244
	<b>3 078 844</b>	<b>759 687</b>	<b>630 905</b>	<b>3 569 851</b>	<b>743 148</b>	<b>812 237</b>

Em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, os juros de mora vencidos e as custas não liquidados, devidos à Segurança Social no âmbito dos planos prestacionais, no montante de 29.030 euros (em 2020, 60.088 euros). Os juros de mora e os encargos que emergirão da não liquidação das responsabilidades nas datas estipuladas legalmente serão reconhecidos apenas na data da sua liquidação.

Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 30% (correspondendo a uma taxa efetiva de 14,7%). Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, o HOSPITAL está sujeita à derrama fixada pelos municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Nos termos do artigo 88.º do CIRC, o HOSPITAL encontra-se ainda sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referido artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos (5 anos no que respeita à segurança social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso



inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que, para além do referido na Nota 15 deste anexo que está em processo de avaliação, as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2019, é de sete períodos de tributação, e de doze anos para os prejuízos fiscais reportáveis apurados após 1 de janeiro de 2020. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

O efeito fiscal emergente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais não foram objeto de registo contabilístico em impostos diferidos por não existirem expectativas de que sejam recuperáveis durante o período previsto na legislação fiscal.

O saldo do IRC a pagar, nos anos de 2021 e 2020, detalha-se como se segue:

	2021	2020
Imposto corrente	326 446	371 017
Pagamentos por conta	(275 655)	-
Pagamentos adicionais por conta	(85 175)	-
Retenções na fonte	48	(77)
<b>IRC - a pagar/(recuperar)</b>	<b>(34 336)</b>	<b>370 941</b>

Em 31 de dezembro de 2021, o HOSPITAL apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	Valor		Ano de caducidade
	Base	Imposto	
2017	11 301 885	1 661 377	2024
2018	15 949 481	2 344 574	2025
2019	24 476 812	3 598 091	2026
	<b>51 728 178</b>	<b>7 604 042</b>	

Não são reconhecidos ativos por impostos diferidos, por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

O IRC a pagar, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é detalhado conforme se segue:

*António Silva*

	2021	2020
<b>Resultado antes de impostos</b>	4 437 703	(4 966 060)
<b>Diferenças permanentes</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	-	360 614
IRC, tributações autónomas e outros impostos	109 226	70 696
Multas, coimas e juros compensatórios	128 580	186 747
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	-	7 063
Créditos incobráveis não aceites como gastos	-	9 650 716
Imparidades do período não aceites como gasto	(222 099)	38 386
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Imparidades do período não aceites como gasto	-	303 549
<b>Lucro/(prejuízo) fiscal do período</b>	<b>4 453 409</b>	<b>5 651 710</b>
Coleta	196 390	284 846
Derrama estadual	62 019	-
Derrama municipal	66 799	84 776
Tributações autónomas	1 238	1 396
<b>Imposto corrente - período</b>	<b>326 446</b>	<b>371 017</b>

Como explicado na Nota 15, a estimativa de IRC para o ano de 2021 e 2020, não contempla a interpretação efetuada pela Autoridade Tributária relativamente ao encargo com as depreciações emergentes da avaliação das instalações hospitalares que foram consideradas na realização do capital estatutário (Nota 5).

#### 18.14 - PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O capital estatutário corresponde ao montante definido no apêndice I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, sucedendo nos direitos e obrigações da unidade de saúde a que deu origem.

De acordo com o Despacho conjunto da Vice-Presidência do Governo Regional e a Secretaria Regional da Saúde, de 15 de julho de 2011, foi aprovado aumentar o capital estatutário do HOSPITAL em 126.512 euros, por transferência de numerário em 2011. O registo desta operação de aumento de capital foi formalizado em 2017.

O HOSPITAL pode fazer as reservas julgadas necessárias, sem prejuízo da obrigação da constituição da reserva legal e da reserva para investimentos, não podendo o reforço da reserva legal ser inferior a uma percentagem inferior a 20% dos resultados anualmente apurados. Esta reserva poderá ser utilizada para cobrir eventuais prejuízos do período.

A reserva de investimento poderá também ser constituída/reforçada com receitas provenientes de participações, dotações, subsídios, subvenções ou quaisquer compensações financeiras que sejam destinadas para este fim.

O movimento ocorrido nas rubricas do Património líquido durante o período de 2021 e 2020, foi como se segue:

Em 31 de dezembro de 2021

	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldo final
Património	81 026 512	-	-	-	81 026 512
Reservas legais	2 782	-	-	-	2 782
Resultados transitados	(66 318 519)	(5 337 077)	-	-	(71 655 596)
Outras variações no Património Líquido					
Subsídios ao investimento	462 534	-	-	483 185	945 718
Doações obtidas	17 837	-	-	3 592	21 428
Ajustamentos - por impostos	(70 614)	-	-	(71 556)	(142 171)
	15 120 530	(5 337 077)	-	415 220	10 198 674
Resultado líquido do período	(5 337 077)	5 337 077	4 111 257	-	4 111 257
	<b>9 783 453</b>	<b>-</b>	<b>4 111 257</b>	<b>415 220</b>	<b>14 309 930</b>

Em 31 de dezembro de 2020

	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldo final
Património	81 026 512	-	-	-	81 026 512
Reservas legais	2 782	-	-	-	2 782
Resultados transitados	(273 260 312)	(24 806 860)	-	231 748 653	(66 318 519)
Outras variações no Património Líquido					
Subsídios ao investimento	360 856	-	-	101 678	462 534
Doações obtidas	-	-	-	17 837	17 837
Ajustamentos - por impostos	(53 046)	-	-	(17 569)	(70 614)
	(191 923 208)	(24 806 860)	-	231 850 598	15 120 530
Resultado líquido do período	(24 806 860)	24 806 860	(5 337 077)	-	(5 337 077)
	<b>(216 730 068)</b>	<b>-</b>	<b>(5 337 077)</b>	<b>231 850 598</b>	<b>9 783 453</b>

Em 2020, o montante acumulado reconhecido na rubrica de Resultados transitados, é detalhado conforme se segue:

	Montante
Dívida à RAA	290 009 798
Dívida dos Subsistemas de saúde	(58 261 145)
	<b>231 748 653</b>

Tal como referido na Nota 18.2.1 – Clientes e utentes, o Orçamento do Estado para 2020, no seu artigo 271.º, considera que os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços

dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas aos beneficiários da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde deverão ser suportados pelos orçamentos desses Serviços Regionais de Saúde. Neste sentido, a Resolução do Conselho do Governo n.º 90/2021, de 19 de abril de 2021, determinou a anulação da faturação aos subsistemas de saúde pelas unidades que integram o Serviço Regional de Saúde. O saldo reportado a 31 de dezembro de 2019, no montante de 58.261.145 euros (clientes c/c – 56.561.145 euros e clientes de cobrança duvidosa – 1.700.000 euros), foi desreconhecido por contrapartida dos Resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Resolução do Conselho do Governo n.º 298/2020, de 30 de dezembro de 2020, autorizou a utilização do saldo em dívida à Região Autónoma dos Açores, no montante de 290.009.798 euros, que corresponde à dívida acumulada até 31 de dezembro de 2019, de 238 milhões de euros, acrescida da dívida bancária liquidada em 2020, de 52 milhões de euros, na cobertura dos prejuízos acumulados de anos anteriores, sendo incorporado na rubrica de Resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas rubricas de Subsídios ao investimento, resume-se como se segue:

	2021	2020
<b>Subsídios ao investimento</b>		
<b>Saldo inicial</b>		
Subsídios ao investimento	462 534	360 856
Ajustamentos - por impostos	(67 992)	(53 046)
<b>Subsídios atribuídos no ano</b>		
Subsídios ao investimento	590 839	280 000
Imputação aos resultados do ano	(107 654)	(178 322)
Ajustamentos - por impostos	(71 028)	(14 947)
<b>Saldo final</b>		
Subsídios ao investimento	945 718	462 534
Ajustamentos - por impostos	(139 021)	(67 992)
	<b>806 698</b>	<b>394 541</b>

Em 2021, foram atribuídas verbas: no montante de 367.591 euros, para a aquisição de licenças de *software* Oracle; e no montante de 223.248 euros, para aquisição de equipamentos.

Em 2020, foram atribuídas verbas, no montante de 280.000 euros, pela Secretaria Regional da Saúde, que se destinam à adaptação de instalações e aquisição de equipamentos afetos à Covid-19.

Em 2019, foram atribuídas portarias de investimento pela Secretaria Regional da Saúde, que se destinam à aquisição de equipamentos, no montante de 247.791 euros, e à manutenção de infraestruturas, no montante de 113.065 euros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas rubricas de Doações obtidas, é detalhado conforme se apresenta:

2021 2020

	2021	2020
<b>Doações obtidas</b>		
<b>Saldo inicial</b>		
Doações	17 837	-
Ajustamentos - por impostos	(2 622)	-
<b>Doações atribuídas no ano</b>		
Doações	9 000	20 000
Imputação aos resultados do ano	(5 408)	(2 163)
Ajustamentos - por impostos	(528)	(2 622)
<b>Saldo final</b>		
Doações obtidas	21 428	17 837
Ajustamentos - por impostos	(3 150)	(2 622)
	<b>18 278</b>	<b>15 215</b>

Em 2021, foram doadas verbas, no montante de 9.000 euros (em 2020, 20.000 euros), para a aquisição de equipamentos afetos à Covid-19.

#### NOTA 19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Como referido na Nota 2.1 (i) deste anexo, o HOSPITAL tem a responsabilidade de assegurar o pagamento complementar das pensões dos reformados e dos trabalhadores no ativo com vínculo à relação jurídica de emprego público, na parte correspondente ao período que não estiveram integrados no regime da Caixa Geral de Aposentações.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi constituída qualquer provisão para este efeito, sendo as pensões processadas e consideradas como encargos do ano em 2021, o montante de 859.939 euros (em 2020, 917.956 euros). A quantificação das responsabilidades por serviços passados existentes em 31 de dezembro de 2021 depende da realização de um estudo atuarial. Em 31 de dezembro de 2021, as pensões ainda não liquidadas perfaziam, o montante de 48.400 euros (Nota 18.2.2 – Outras contas a pagar).

#### NOTA 20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

##### 20.1 - Listagem de entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, existiam as seguintes entidades relacionadas:

Designação	NIF	Sede	Natureza do relacionamento
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	512047855	Palácio da Conceição - Rua 16 de Fevereiro – 9504-509 Ponta Delgada	Entidade controladora final
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO	600083756	Solar dos Remédios – 9701-855 Angra do Heroísmo	Entidade controladora

*Handwritten signature*

imediate

FUNDO REGIONAL DO EMPREGO	672000431	Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro s/n – 9500-119 Ponta Delgada	Entidade sob controlo comum
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, EPER	512105030	Canada do Breado ao Farroco - Santa Luzia – 9700-049 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum
HOSPITAL DA HORTA, EPER	512103070	Estrada Príncipe Alberto do Mónaco – 9900-038 Horta	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SANTA MARIA	510161502	Avenida de Santa Maria – 9580- 501 Vila do Porto	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL	510148921	Grotinha, Arrifes, nº 1 – 9500-354 Ponta Delgada	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA TERCEIRA	510170811	Canada dos Melancólicos – 9701- 869 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA GRACIOSA	509871070	Rua Eng. Manuel Rodrigues Miranda – 9880-376 Santa Cruz da Graciosa	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO FAIAL	510183085	Vista Alegre - Matriz – 9901-853 Horta	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DE ILHA DE SÃO JORGE	512100640	Relvinha – 9850-076 Calheta	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO PICO	512084726	Largo Edmundo Machado Ávila – 9630-126 Lajes do Pico	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DAS FLORES	510167098	Rua do Hospital – 9970-303 Santa Cruz das Flores	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO CORVO	510189881	Avenida Nova – 9980-039 Corvo	Entidade sob controlo comum
CENTRO DE ONCOLOGIA DOS AÇORES	672002027	Rua da Rocha, nº 38 – 9700-169 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum

## 20.2 - Transações e saldos com partes relacionadas

As transações que ocorreram no período de 2021 e 2020, por natureza de transações, foram:

dos silvas

vis

Tipo de transação	2021		2020	
	Quantia	% no total das transações	Quantia	% no total das transações
<b>Transferências correntes e subsídios à exploração</b>				
Secretaria Regional da Saúde e Desporto				
Contrato-programa	150 567 555	97,39%	140 495 000	95,53%
COVID-19	614 000	0,40%	-	0,00%
Portarias de exploração	2 460 000	1,59%	5 653 598	3,84%
Fundo Regional do Emprego				
Berço de Emprego e PIIE	18 784	0,01%	39 702	0,03%
	<u>153 660 339</u>		<u>146 188 300</u>	

<b>Outras variações no Património Líquido</b>				
Secretaria Regional da Saúde e Desporto				
Portarias de investimento	590 839	98,50%	280 000	93,33%
	<u>590 839</u>		<u>280 000</u>	

Tipo de transação	2021		2020	
	Quantia	% no total das transações	Quantia	% no total das transações
<b>Compra de matérias consumíveis</b>				
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira	2 826	0,01%	18 922	0,04%
Hospital da Horta	614	0,00%	1 290	0,00%
Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel	23	0,00%	2 741	0,01%
	<u>3 462</u>		<u>22 953</u>	
<b>Aquisição de serviços externos</b>				
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira	66 748	0,23%	92 562	0,37%
Hospital da Horta	-	0,00%	2 042	0,01%
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria	-	0,00%	5 886	0,02%
Unidade de Saúde da Ilha do Pico	6 664	0,02%	5 906	0,02%
	<u>73 411</u>		<u>106 395</u>	

*Handwritten signature in blue ink at the bottom right of the page.*

Tipo de transação	2021		2020	
	Quantia	% no total das transações	Quantia	% no total das transações
<b>Venda de matérias consumíveis</b>				
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira	14 353	32,81%	5 673	2,29%
Hospital da Horta	16 006	36,59%	9 742	3,93%
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria	11 259	25,74%	258	0,10%
Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel	1 128	2,58%	20 058	8,09%
Unidade de Saúde da Ilha Graciosa	59	0,14%	3 088	1,25%
Unidade de Saúde da Ilha das Flores	935	2,14%	198	0,08%
Unidade de Saúde da Ilha do Corvo	-	0,00%	6	0,00%
	<b>43 740</b>		<b>39 022</b>	
<b>Prestações de serviços</b>				
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira	175 869	15,89%	1 361 804	25,13%
Hospital da Horta	33 409	3,02%	32 392	0,60%
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria	-	0,00%	74 808	1,38%
Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel	9 556	0,86%	(8 025)	-0,15%
Unidade de Saúde da Ilha do Faial	-	0,00%	(1 963)	-0,04%
Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge	70	0,01%	151	0,00%
	<b>218 903</b>		<b>1 459 166</b>	
<b>Outros rendimentos</b>				
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira	34 935	3,77%	(10 305)	-1,29%
Hospital da Horta	354	0,04%	20	0,00%
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria	21 000	2,26%	1 707	0,21%
Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel	(633)	-0,07%	13 659	1,71%
Unidade de Saúde da Ilha Graciosa	2 094	0,23%	-	0,00%
Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge	-	0,00%	(3 125)	-0,39%
Unidade de Saúde da Ilha do Pico	7 349	0,79%	-	0,00%
Centro de Oncologia dos Açores	9 750	1,05%	-	0,00%
	<b>74 848</b>		<b>1 955</b>	

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos com partes relacionadas são apresentados conforme se segue:

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top left of the page.

	31-12-2021	31-12-2020
<b>Cientes</b>		
Secretaria Regional da Saúde e Desporto	250 000	-
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira	3 730 450	3 561 142
Hospital da Horta	336 872	295 864
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria	163 163	166 106
Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel	2 867 725	2 858 729
Unidade de Saúde da Ilha Terceira	2 636	2 636
Unidade de Saúde da Ilha Graciosa	3 604	3 544
Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge	21 298	21 228
Unidade de Saúde da Ilha do Pico	1 288	1 288
Unidade de Saúde da Ilha das Flores	932	495
	<b>7 377 968</b>	<b>6 911 032</b>

<b>Fornecedores</b>		
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira	153 839	146 182
Hospital da Horta	1 447	9 595
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria	15 266	15 266
Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel	813 079	813 056
Unidade de Saúde da Ilha Terceira	28 453	28 453
Unidade de Saúde da Ilha Graciosa	40 952	40 952
Unidade de Saúde da Ilha do Faial	30 903	30 903
Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge	7 279	7 279
Unidade de Saúde da Ilha do Pico	113 348	106 866
Unidade de Saúde da Ilha das Flores	10 362	10 362
Unidade de Saúde da Ilha das Flores	2 208	2 208
	<b>1 217 136</b>	<b>1 211 122</b>

## 20.6 - Pessoas chave da gestão

O Conselho do Governo nomeou, com efeitos a partir de 4 de fevereiro de 2021, as seguintes individualidades para integrar o Conselho de Administração:

Nome	Cargo
<b>Conselho de Administração</b>	
Maria Cristina Fraga Gomes Freire de Barros	Presidente
André Pereira da Silva Forjaz de Sampaio	Diretor Clínico
Lúcia de Fátima Vieira Cabral Rodrigues	Enfermeira Diretora
Márcio Francisco Chalin Pereira	Vogal
Luís José Pacheco de Medeiros de Almeida	Vogal
<b>Fiscal Único</b>	
UHY - OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.	Efetivo

Handwritten signature in blue ink at the bottom right of the page.

Em 2021, os responsáveis pelas demonstrações financeiras são apresentados conforme se segue:

Nome	Cargo	Período de responsabilidade		Normativo legal
		Data início	Data fim	
Margarida Ourique Fernandes Martins	Presidente	1-jan-2021	4-fev-2021	Resolução do Conselho do Governo n.º 29/2021 de 4 de fevereiro de 2021 e Declaração de Retificação n.º 2/2021 de 5 de fevereiro de 2021
Emília Maria Oliveira Santos	Diretora Clínica	1-jan-2021	4-fev-2021	Resolução do Conselho do Governo n.º 29/2021 de 4 de fevereiro de 2021 e Declaração de Retificação n.º 2/2021 de 5 de fevereiro de 2021
Aida Maria Tavares Resendes Dutra	Enfermeira Diretora	1-jan-2021	4-fev-2021	Resolução do Conselho do Governo n.º 29/2021 de 4 de fevereiro de 2021 e Declaração de Retificação n.º 2/2021 de 5 de fevereiro de 2021
Ana Catarina de Medeiros Pimentel	Vogal	1-jan-2021	4-fev-2021	Resolução do Conselho do Governo n.º 29/2021 de 4 de fevereiro de 2021 e Declaração de Retificação n.º 2/2021 de 5 de fevereiro de 2021
Paulo Renato Brito Machado	Vogal	1-jan-2021	4-fev-2021	Resolução do Conselho do Governo n.º 29/2021 de 4 de fevereiro de 2021 e Declaração de Retificação n.º 2/2021 de 5 de fevereiro de 2021
Maria Cristina Fraga Gomes Freire de Barros	Presidente	4-fev-2021	31-dez-2021	Resolução do Conselho do Governo n.º 30/2021 de 4 de fevereiro de 2021 e Declaração de Retificação n.º 2/2021 de 5 de fevereiro de 2021
André Pereira da Silva Forjaz de Sampaio	Diretor Clínico	4-fev-2021	31-dez-2021	Resolução do Conselho do Governo n.º 30/2021 de 4 de fevereiro de 2021 e Declaração de Retificação n.º 2/2021 de 5 de fevereiro de 2021
Lúcia de Fátima Vieira Cabral Rodrigues	Enfermeira Diretora	4-fev-2021	31-dez-2021	Resolução do Conselho do Governo n.º 30/2021 de 4 de fevereiro de 2021 e Declaração de Retificação n.º 2/2021 de 5 de fevereiro de 2021
Márcio Francisco Chalin Pereira	Vogal	4-fev-2021	31-dez-2021	Resolução do Conselho do Governo n.º 30/2021 de 4 de fevereiro de 2021 e Declaração de Retificação n.º 2/2021 de 5 de fevereiro de 2021
Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel	Vogal	4-fev-2021	12-mai-2021	Resolução do Conselho do Governo n.º 30/2021 de 4 de fevereiro de 2021, Declaração de Retificação n.º 2/2021 de 5 de fevereiro de 2021 e Despacho n.º 1134/2021 de 28 de maio de 2021
Luís José Pacheco de Medeiros de Almeida	Vogal	13-mai-2021	31-dez-2021	Resolução do Conselho do Governo n.º 122/2021 de 18 de maio de 2021

*Luís Silva*

Em 2021 e 2020, as remunerações atribuídas às pessoas-chave da gestão são assim resumidas:

Em 31 de dezembro de 2021				
Número de pessoas	Remunerações fixas	Outras remunerações e compensações	Total	
Pessoas-chave da gestão (*)	5	419 019	167 008	586 027
		<u>419 019</u>	<u>167 008</u>	<u>586 027</u>

(\*) Presidente, Diretor Clínico, Enfermeira Diretora e Vogais

Em 31 de dezembro de 2020				
Número de pessoas	Remunerações fixas	Outras remunerações e compensações	Total	
Pessoas-chave da gestão (*)	5	416 732	26 040	442 773
		<u>416 732</u>	<u>26 040</u>	<u>442 773</u>

(\*) Presidente, Diretora Clínica, Enfermeira Diretora e Vogais

Em 2021 e 2020, as remunerações atribuídas aos membros próximos da família das pessoas-chave da gestão são assim resumidas:

Em 31 de dezembro de 2021				
Número de pessoas	Remunerações fixas	Outras remunerações e compensações	Total	
Membros próximos da família	1	49 007	7 823	56 829
		<u>49 007</u>	<u>7 823</u>	<u>56 829</u>

Em 31 de dezembro de 2020				
Número de pessoas	Remunerações fixas	Outras remunerações e compensações	Total	
Membros próximos da família	2	81 095	53 018	134 114
		<u>81 095</u>	<u>53 018</u>	<u>134 114</u>

*Luís Silva*

## NOTA 21 - RELATO POR SEGMENTOS

A Entidade não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra exclusivamente na atividade principal de prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do serviço regional de saúde e dos subsistemas de saúde, ou a entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral.

## NOTA 23 - OUTRAS DIVULGAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentamos as seguintes divulgações relevantes:

### 23.1 - Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os Fornecimentos e serviços externos detalham-se conforme se segue:

	2021	2020
Subcontratos		
Internamentos	4 804 014	4 459 583
Deslocações de doentes	5 370 622	4 693 401
Meios complementares de terapêutica	2 771 784	2 994 706
Meios complementares diagnóstico	1 554 247	857 095
Aparelhos complementares de terapêutica	536 304	678 906
Assistência ambulatoria	6 890	7 026
Fornecimentos e serviços		
Honorários	4 945 044	3 541 074
Limpeza, higiene e conforto	2 032 640	1 968 710
Conservação e reparação	1 873 140	1 889 263
Trabalhos especializados	1 778 066	1 477 142
Eletricidade	1 064 226	894 985
Deslocações e estadas	277 534	140 343
Água	276 400	234 926
Vigilância e segurança	274 384	284 400
Comunicação	158 483	211 205
Rendas e alugures	157 937	117 518
Transporte de mercadorias	139 101	309 118
Seguros	90 722	62 087
Livros e documentação técnica	29 536	9 125
Artigos para oferta e publicidade	11 071	4 940
Serviços bancários	3 378	19 890
Combustíveis e lubrificantes	3 218	3 276
Outros fornecimentos e serviços	312 502	226 557
	<b>28 471 247</b>	<b>25 085 276</b>

*António Silva*

Como explicado na Nota 18.2.2 – Outras contas a pagar, foi realizada a especialização dos gastos ainda não faturados, no montante de 718.427 euros (em 2020, 6.140.176 euros), relacionados com:

	2021	2020
Subcontratos		
Internamentos	-	4 197 068
Deslocações de doentes	6 427	179 821
Meios complementares de terapêutica	66 170	460 000
Meios complementares diagnóstico	28 126	31 375
Aparelhos complementares de terapêutica	-	170 756
Fornecimentos e serviços		
Honorários	135 006	175 213
Limpeza, higiene e conforto	-	120 400
Conservação e reparação	86 353	20 633
Trabalhos especializados	180 192	725 000
Eletricidade	187 821	-
Comunicação	-	59 909
Outros fornecimentos e serviços	28 332	-
	<b>718 427</b>	<b>6 140 176</b>

### 23.2 - Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

*Handwritten signature*

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	430 061	416 428
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas e permanentes		
Remuneração base, subsídio de férias e de natal		
Pessoal dirigente	452 237	504 621
Pessoal médico	11 919 059	11 985 335
Pessoal de enfermagem	13 340 171	10 700 997
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	2 686 618	2 471 386
Pessoal técnico superior de saúde	690 757	734 450
Pessoal técnico superior - outros	1 767 171	1 410 970
Pessoal assistente técnico	3 105 986	2 947 221
Pessoal assistente operacional	6 129 114	5 570 844
Pessoal de informática	191 801	192 544
Outro pessoal	108 479	80 759
Subsídio de refeição	1 895 510	1 745 744
Suplementos e prémios	335 132	414 861
	<u>42 622 038</u>	<u>38 759 734</u>
Abonos variáveis ou eventuais		
Trabalho extraordinário		
Pessoal médico	2 398 758	2 829 468
Pessoal de enfermagem	2 040 945	1 381 381
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	182 556	70 005
Pessoal técnico superior de saúde	62 866	97 481
Pessoal técnico superior - outros	58 298	88 348
Pessoal assistente técnico	85 166	93 747
Pessoal assistente operacional	753 830	718 623
Pessoal de informática	6 125	620
Outro pessoal	1 720	-
Subsídio e abono de fixação de residência e alojamento	66 883	116 275
Ajudas de custo	87 374	104 596
Gratificações variáveis ou eventuais	669 766	975 570
Abono para falhas	1 035	1 035
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	6 517 172	6 592 617
Colaboração técnica e especializada	1 840 681	956 200
	<u>14 773 176</u>	<u>14 025 967</u>
Prémios para pensões	859 939	917 956
Indemnizações	258 781	108 189
Encargos sobre remunerações	13 243 638	12 295 967
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	-	71 311
Outros gastos com o pessoal	42 694	45 237
	<u>72 230 326</u>	<u>66 640 788</u>

Handwritten signature: *António Silva*

Em 2021 e 2020, o número médio de trabalhadores é detalhado conforme se segue:

	2021	2020
Médicos	332	324
Enfermeiros	617	581
Outro pessoal	1 123	1 027
	<u>2 072</u>	<u>1 932</u>

### 23.3 - Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos, nos períodos de 2021 e 2020, tem a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos suplementares	104 022	120 716
Ganhos em inventários (Nota 10)	-	165 811
Correções relativas a períodos anteriores	320 603	82 044
Imputação de subsídios para investimentos (Nota 18.14)	113 063	180 486
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional	-	3 011
Reembolsos e outros rendimentos operacionais	372 281	225 102
Outros rendimentos	17 861	22 811
	<u>927 831</u>	<u>799 980</u>

As correções relativas a períodos anteriores, referem-se a correções de natureza diversa de rubricas de balanço.

### 23.4 - Outros gastos

A rubrica de Outros gastos, nos períodos de 2021 e 2020, tem a seguinte composição:

	2021	2020
Impostos diretos	133	79
Impostos indiretos	89 671	66 801
Dívidas incobráveis - Subsistemas de saúde (Nota 18.2.1)	-	9 650 716
Perdas em inventários - Covid-19 (Nota 10)	1 524 075	3 106 327
Correções relativas a períodos anteriores	526	442 711
Insuficiência da estimativa para impostos	109 226	3 762
Multas e penalidades	9 485	1 097
Outros gastos	14 731	10 914
	<u>1 747 846</u>	<u>13 282 407</u>

*Luís Silva*

Tal como referido na Nota 18.2.1 – Clientes e utentes, o Orçamento do Estado para 2020, no seu artigo 271.º, considera que os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas aos beneficiários da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde deverão ser suportados pelos orçamentos desses Serviços Regionais de Saúde. Neste sentido, a Resolução do Conselho do Governo n.º 90/2021, de 19 de abril de 2021, determinou a anulação da faturação aos subsistemas de saúde pelas unidades que integram o Serviço Regional de Saúde. Em 2020, a faturação emitida e posteriormente anulada por contrapartida de Outros gastos – créditos incobráveis, perfazia, o montante de 9.650.716 euros.

Conforme referido na Nota 10, a Circular Normativa n.º DRS-CNORM/2020/46, da Direção Regional da Saúde, determina que, o equipamento de proteção individual (EPI), adquirido, e cedido a título gratuito às entidades do sistema regional de saúde, deve reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica de Outros gastos – perdas em inventários. Em 31 de dezembro de 2021, o montante referente ao equipamento de proteção individual (EPI), adquirido e cedido a título gratuito, perfazia 1.524.075 euros (em 2020, 3.106.327 euros).

As correções relativas a períodos anteriores, referem-se a correções de natureza diversa de rubricas de balanço, e, também, a encargos de anos anteriores que não foram especializados.

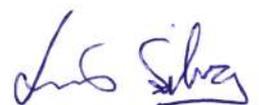
Na rubrica de Multas e penalidades estão reconhecidas diversas coimas relacionadas com o não cumprimento dos prazos legais na liquidação de impostos.

### 23.5 - Juros, rendimentos e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2021 e 2020, tinham a seguinte composição:

	2021	2020
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros de depósitos bancários	721	1 500
Outros rendimentos	5	-
	<u>726</u>	<u>1 500</u>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros de financiamentos obtidos	-	9 687
Juros de mora - Estado	119 095	185 650
Juros de mora - outros	1 715 570	4 329 124
	<u>1 834 665</u>	<u>4 524 461</u>

Os juros de mora debitados pelas entidades oficiais são predominantemente por atrasos ocorridos nos pagamentos de impostos e são apenas reconhecidos, regra geral, na data da sua liquidação. Contudo, em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidos os juros de mora vencidos e não liquidados, devidos à Segurança Social no âmbito dos planos prestacionais, no montante de 29.030 euros (em 2020, 60.088



euros). No que respeita aos juros debitados pelos fornecedores e outros credores, são também registados quando liquidados, porque, regra geral, não são exigidos.

A rubrica Juros de mora – outros, contempla, essencialmente, os encargos com juros moratórios debitados no âmbito dos acordos de pagamento celebrados com alguns fornecedores no decorrer do ano de 2020 (Nota 18.2.2 – Fornecedores).

1358

-----

O Contabilista Certificado

Alberto Melo e Silva

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Júlia Rodrigues  
AutoTrij, Lda

**Demonstração do desempenho orçamental de 2021**

unid.: €

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO					TOTAL	2020
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
<b>Saldo de gerência anterior</b>								
	Operações orçamentais [1]	14 346 179,67	-	-	-	-	14 346 179,67	652 618,32
	Restituição do saldo oper. orçamentais	-	-	-	-	-	-	-
	Operações de tesouraria [A]	-	-	-	-	239 872,65	239 872,65	502 803,08
<b>Receita corrente</b>								
R3	Taxas, multas e outras penalidades	53 729,13	-	-	-	-	53 729,13	125 672,45
R4	Rendimentos de propriedade	720,50	-	-	-	-	720,50	946,73
R5	Transferências e subsídios correntes	-	151 532 966,97	-	-	-	151 532 966,97	141 413 948,17
R5.1	Transferências correntes	-	151 532 966,97	-	-	-	151 532 966,97	141 413 948,17
R5.1.1	Administrações Públicas	-	151 532 966,97	-	-	-	151 532 966,97	141 413 948,17
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	946 628,08	-	-	-	946 628,08	875 496,31
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	18 783,89	-	-	-	18 783,89	43 451,86
R5.1.1.4	Administração Regional	-	150 567 555,00	-	-	-	150 567 555,00	140 495 000,00
R6	Venda de bens e serviços	825 186,29	-	-	-	-	825 186,29	804 517,09
R7	Outras receitas correntes	615 755,17	-	-	-	-	615 755,17	183 652,95
<b>Receita de Capital</b>								
R9	Transferências e subsídios de capital	-	2 913 292,00	501 547,00	-	-	3 414 839,00	5 931 098,44
R9.1	Transferências de capital	-	2 913 292,00	501 547,00	-	-	3 414 839,00	5 931 098,44
R9.1.1	Administrações Públicas	-	2 913 292,00	501 547,00	-	-	3 414 839,00	5 931 098,44
R9.1.1.4	Administração Regional	-	2 913 292,00	501 547,00	-	-	3 414 839,00	5 931 098,44
R10	Outras receitas de capital	9 000,00	-	-	-	-	9 000,00	20 000,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	15 404,11	-	-	-	-	15 404,11	-
<b>Receita efetiva [2]</b>		<b>1 519 795,20</b>	<b>154 446 258,97</b>	<b>501 547,00</b>	-	-	<b>156 467 601,17</b>	<b>148 479 835,83</b>
<b>Receita não efetiva [3]</b>		-	-	-	-	-	-	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>15 865 974,87</b>	<b>154 446 258,97</b>	<b>501 547,00</b>	-	-	<b>170 813 780,84</b>	<b>149 132 454,15</b>
<b>Operações de tesouraria [B]</b>		-	-	-	-	<b>218 655,83</b>	<b>218 655,83</b>	<b>55 454 415,01</b>

## Demonstração do desempenho orçamental de 2021

unid: €

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO					TOTAL	2020
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
<b>Despesa corrente</b>								
D1	Despesas com o pessoal	-	69 410 516,16	-	-	-	69 410 516,16	65 293 782,19
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	-	40 188 339,66	-	-	-	40 188 339,66	38 186 502,37
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	-	15 060 071,38	-	-	-	15 060 071,38	13 818 769,39
D1.3	Segurança Social	-	14 162 105,12	-	-	-	14 162 105,12	13 288 510,43
D2	Aquisição de bens e serviços	-	94 339 122,86	-	-	-	94 339 122,86	64 883 366,30
D3	Juros e outros encargos	-	424 140,27	-	-	-	424 140,27	3 239 472,32
D5	Outras despesas correntes	-	949 549,42	-	-	-	949 549,42	117 482,95
<b>Despesa de Capital</b>								
D6	Aquisição de bens de capital	-	1 809 246,75	157 290,00	-	-	1 966 536,75	1 252 170,72
<b>Despesa efetiva [5]</b>		-	<b>166 932 575,46</b>	<b>157 290,00</b>	-	-	<b>167 089 865,46</b>	<b>134 786 274,48</b>
<b>Despesa não efetiva [6]</b>		-	-	-	-	-	-	-
D11	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>		-	<b>166 932 575,46</b>	<b>157 290,00</b>	-	-	<b>167 089 865,46</b>	<b>134 786 274,48</b>
<b>Operações de tesouraria [C]</b>		-	-	-	-	134 337,65	<b>134 337,65</b>	<b>55 717 345,44</b>
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>								
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	15 865 974,87	(12 486 316,49)	344 257,00	-	-	<b>3 723 915,38</b>	<b>14 346 179,67</b>
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	-	-	-	-	324 190,83	<b>324 190,83</b>	<b>239 872,65</b>
<b>Saldo global [2] - [5]</b>		<b>1 519 795,20</b>	<b>(12 486 316,49)</b>	<b>344 257,00</b>	-	-	<b>(10 622 264,29)</b>	<b>13 693 561,35</b>
	Despesa primária	-	166 508 435,19	157 290,00	-	-	<b>166 665 725,19</b>	<b>131 546 802,16</b>
	Saldo corrente	1 495 391,09	(13 590 361,74)	-	-	-	<b>(12 094 970,65)</b>	<b>8 994 633,63</b>
	Saldo de capital	24 404,11	1 104 045,25	344 257,00	-	-	<b>1 472 706,36</b>	<b>4 698 927,72</b>
	Saldo primário	1 519 795,20	(12 062 176,22)	344 257,00	-	-	<b>(10 198 124,02)</b>	<b>16 933 033,67</b>
<b>Receita total [1] + [2] + [3]</b>		<b>15 865 974,87</b>	<b>154 446 258,97</b>	<b>501 547,00</b>	-	-	<b>170 813 780,84</b>	<b>149 132 454,15</b>
<b>Despesa total [5] + [6]</b>		-	<b>166 932 575,46</b>	<b>157 290,00</b>	-	-	<b>167 089 865,46</b>	<b>134 786 274,48</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

*Alfredo Melo Cabral Silva*

*Luís de Sá*

**Demonstração de execução orçamental da receita de 2021**

unidade: €

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
<b>Receita corrente</b>														
R3	Taxas, multas e outras penalidades	53 730,00	1 834,26	53 729,13	-	53 729,13	-	-	53 729,13	-	53 729,13	1 834,26	0,00%	100,00%
R4	Rendimentos de propriedade	719,00	-	720,50	-	720,50	-	-	720,50	-	720,50	-	0,00%	100,21%
R5	Transferências e subsídios correntes	151 532 968,00	-	151 532 966,97	-	151 532 966,97	-	-	151 532 966,97	-	151 532 966,97	-	0,00%	100,00%
R5.1	Transferências correntes	151 532 968,00	-	151 532 966,97	-	151 532 966,97	-	-	151 532 966,97	-	151 532 966,97	-	0,00%	100,00%
R5.1.1	Administrações Públicas	151 532 968,00	-	151 532 966,97	-	151 532 966,97	-	-	151 532 966,97	-	151 532 966,97	-	0,00%	100,00%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	946 629,00	-	946 628,08	-	946 628,08	-	-	946 628,08	-	946 628,08	-	0,00%	100,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	18 784,00	-	18 783,89	-	18 783,89	-	-	18 783,89	-	18 783,89	-	0,00%	100,00%
R5.1.1.4	Administração Regional	150 567 555,00	-	150 567 555,00	-	150 567 555,00	-	-	150 567 555,00	-	150 567 555,00	-	0,00%	100,00%
R6	Venda de bens e serviços	852 603,00	11 879 567,90	1 603 467,02	151 007,52	825 186,29	-	-	143 210,73	681 975,56	825 186,29	12 506 841,11	16,80%	79,99%
R7	Outras receitas correntes	615 756,00	164 328,71	606 061,07	-	615 755,17	-	-	30 027,21	585 727,96	615 755,17	154 634,61	4,88%	95,12%
	<b>Total das Receitas Corrente</b>	<b>153 055 776,00</b>	<b>12 045 730,87</b>	<b>153 796 944,69</b>	<b>151 007,52</b>	<b>153 028 358,06</b>	-	-	<b>173 237,94</b>	<b>152 855 120,12</b>	<b>153 028 358,06</b>	<b>12 663 309,98</b>	<b>0,11%</b>	<b>99,87%</b>
<b>Receita de Capital</b>														
R9	Transferências e subsídios de capital	3 664 839,00	-	3 664 839,00	-	3 414 839,00	-	-	-	3 414 839,00	3 414 839,00	250 000,00	0,00%	93,18%
R9.1	Transferências de capital	3 664 839,00	-	3 664 839,00	-	3 414 839,00	-	-	-	3 414 839,00	3 414 839,00	250 000,00	0,00%	93,18%
R9.1.1	Administrações Públicas	3 664 839,00	-	3 664 839,00	-	3 414 839,00	-	-	-	3 414 839,00	3 414 839,00	250 000,00	0,00%	93,18%
R9.1.1.4	Administração Regional	3 664 839,00	-	3 664 839,00	-	3 414 839,00	-	-	-	3 414 839,00	3 414 839,00	250 000,00	0,00%	93,18%
R10	Outras receitas de capital	9 000,00	2 282,00	9 000,00	-	9 000,00	-	-	-	9 000,00	9 000,00	2 282,00	0,00%	100,00%
	<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>3 673 839,00</b>	<b>2 282,00</b>	<b>3 673 839,00</b>	-	<b>3 423 839,00</b>	-	-	-	<b>3 423 839,00</b>	<b>3 423 839,00</b>	<b>252 282,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>93,20%</b>
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	15 405,00	-	15 404,11	-	15 404,11	-	-	-	15 404,11	15 404,11	-	0,00%	99,99%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	14 346 180,00	-	14 346 179,67	-	14 346 179,67	-	-	-	14 346 179,67	14 346 179,67	-	0,00%	100,00%
	<b>Total Geral</b>	<b>171 091 200,00</b>	<b>12 048 012,87</b>	<b>171 832 367,47</b>	<b>151 007,52</b>	<b>170 813 780,84</b>	-	-	<b>173 237,94</b>	<b>170 640 542,90</b>	<b>170 813 780,84</b>	<b>12 915 591,98</b>	<b>0,10%</b>	<b>99,74%</b>

Contabilista Certificado

*António Paulo Gabriel Sobros*

O Conselho de Administração

*[Assinatura]*

*Severina Rodrigues*  
*António da Silva*

**Demonstração de execução orçamental da despesa de 2021**

unid.: €

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
								Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
<b>D1</b>	<b>Despesa corrente</b>													
	Despesas com o pessoal	6 021 125,81	69 410 530,00	-	-	75 633 650,60	75 633 650,60	2 502 858,78	66 907 657,38	69 410 516,16	-	6 223 134,44	3,61%	96,39%
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 067 016,25	40 188 343,00	-	-	41 599 386,78	41 599 386,78	1 067 016,25	39 121 323,41	40 188 339,66	-	1 411 047,12	2,66%	97,34%
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	2 124,19	15 060 076,00	-	-	15 137 625,95	15 137 625,95	-	15 060 071,38	15 060 071,38	-	77 554,57	0,00%	100,00%
D1.3	Segurança Social	4 951 985,37	14 162 111,00	-	-	18 896 637,87	18 896 637,87	1 435 842,53	12 726 262,59	14 162 105,12	-	4 734 532,75	10,14%	89,86%
D2	Aquisição de bens e serviços	77 583 379,72	97 996 180,00	-	-	156 880 758,43	156 880 758,43	52 796 346,46	41 542 776,40	94 339 122,86	-	62 541 635,57	53,88%	42,39%
D3	Juros e outros encargos	1 722 530,40	424 142,00	-	-	1 883 119,38	1 883 119,38	283 179,72	140 960,55	424 140,27	-	1 458 979,11	66,77%	33,23%
D5	Outras despesas correntes	13 454,40	949 551,00	-	-	974 586,86	974 586,86	326,40	949 223,02	949 549,42	-	25 037,44	0,03%	99,97%
	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>85 340 490,33</b>	<b>168 780 403,00</b>	-	-	<b>235 372 115,27</b>	<b>235 372 115,27</b>	<b>55 582 711,36</b>	<b>109 540 617,35</b>	<b>165 123 328,71</b>	-	<b>70 248 786,56</b>	<b>32,93%</b>	<b>64,90%</b>
<b>D6</b>	<b>Despesa de Capital</b>													
	Aquisição de bens de capital	750 746,48	2 310 797,00	-	-	2 469 016,23	2 469 016,23	735 348,16	1 231 188,59	1 966 536,75	-	502 479,48	31,82%	53,28%
	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>750 746,48</b>	<b>2 310 797,00</b>	-	-	<b>2 469 016,23</b>	<b>2 469 016,23</b>	<b>735 348,16</b>	<b>1 231 188,59</b>	<b>1 966 536,75</b>	-	<b>502 479,48</b>	<b>31,82%</b>	<b>53,28%</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>86 091 236,81</b>	<b>171 091 200,00</b>	-	-	<b>237 841 131,50</b>	<b>237 841 131,50</b>	<b>56 318 059,52</b>	<b>110 771 805,94</b>	<b>167 089 865,46</b>	-	<b>70 751 266,04</b>	<b>32,92%</b>	<b>64,74%</b>

O Contabilista Certificado

*António Alberto Melo Cabral Sobrinho*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signatures and notes]*

*Deixe a assinatura*

*para Top do Top*

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS 2021

## 1. – Demonstrações previsionais

Segundo a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, referente à das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas, até à plena entrada em vigor da Lei de Equadramento Orçamental, as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais previsionais previstas na NCP 26, contudo apresentamos o orçamento aprovado referente ao ano 2021.

### Orçamento inicial 2021

		unid: €
Rubrica	Recebimentos	Valor
<b>Receitas Correntes</b>		
R5	Transferências correntes	141 667 555
R6	Venda de bens e serviços correntes	2 201 821
R7	Outras receitas correntes	808 328
<b>Total das Receitas Correntes</b>		<b>144 677 704</b>
<b>Total - Receita</b>		<b>144 677 704</b>

		unid: €
Rubrica	Pagamentos	Valor
<b>Despesas Correntes</b>		
D1	Despesas com o pessoal	66 076 183
D2	Aquisição de bens e serviços	77 330 780
D3	Juros e outros encargos	859 102
D5	Outras despesas correntes	411 639
<b>Total das Despesas Correntes</b>		<b>144 677 704</b>
<b>Total - Despesa</b>		<b>144 677 704</b>

*de Silva*

2. – Anexo às Demonstrações Orçamentais

O anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

2.1 – Alterações orçamentais da receita

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na receita em 2021. Para uma melhor compreensão importa referir que as alterações orçamentais podem ser:

- a) **Permutativas (P)** – quando procedem à alteração da composição do orçamento de receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global;
- b) **Modificativas (M)** – quando procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resultou um aumento global da receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que estava em vigor.

Luís Silva

## Alterações Orçamentais da Receita 2021

unid: €

Rubrica	Descrição	Tipo	Previsões		Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos		Previsões Corrigidas
			Iniciais				Especiais		
<b>CORRENTE</b>									
R3	Taxas, multas e outras penalidades	P	-	53 730	-	-	-	-	53 730
R4	Rendimentos de propriedade	P	-	719	-	-	-	-	719
R5	Transferências e subsídios correntes	P/M	141 667 555	1 462 936	-	-	8 402 477	-	151 532 968
R5.1	Transferências correntes	P/M	141 667 555	1 462 936	-	-	8 402 477	-	151 532 968
R5.1.1	Administrações Públicas	P/M	141 667 555	1 462 936	-	-	8 402 477	-	151 532 968
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	P	-	946 629	-	-	-	-	946 629
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	P	-	18 784	-	-	-	-	18 784
R5.1.1.4	Administração Regional	P/M	141 667 555	497 523	-	-	8 402 477	-	150 567 555
R6	Venda de bens e serviços	P	2 201 821	-	1 349 218	-	-	-	852 603
R7	Outras receitas correntes	P	808 328	-	192 572	-	-	-	615 756
<b>Total Corrente</b>			<b>144 677 704</b>	<b>1 517 385</b>	<b>1 541 790</b>	<b>8 402 477</b>	<b>8 402 477</b>	<b>153 055 776</b>	
<b>CAPITAL</b>									
R9	Transferências e subsídios de capital	M	-	-	-	-	3 664 839	-	3 664 839
R9.1	Transferências de capital	M	-	-	-	-	3 664 839	-	3 664 839
R9.1.1	Administrações Públicas	M	-	-	-	-	3 664 839	-	3 664 839
R9.1.1.4	Administração Regional	M	-	-	-	-	3 664 839	-	3 664 839
R10	Outras receitas de capital	P	-	9 000	-	-	-	-	9 000
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	P	-	15 405	-	-	-	-	15 405
<b>Total Capital</b>			<b>-</b>	<b>24 405</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 664 839</b>	<b>-</b>	<b>3 689 244</b>
R14	Saldo da gerência anterior	M	-	-	-	-	14 346 180	-	14 346 180
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14 346 180</b>	<b>-</b>	<b>14 346 180</b>
<b>Total Geral</b>			<b>144 677 704</b>	<b>1 541 790</b>	<b>1 541 790</b>	<b>1 541 790</b>	<b>26 413 496</b>	<b>171 091 200</b>	

*Handwritten signature*

*Handwritten signatures and initials*

## 2.2 – Alterações orçamentais da despesa

À semelhança da demonstração das alterações orçamentais da receita, a demonstração das alterações orçamentais da despesa destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na despesa em 2021. Para uma melhor compreensão importa referir que as alterações orçamentais podem ser:

- Permutativas (P)** – quando procedem à alteração da composição do orçamento de receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global;
- Modificativas (M)** – quando procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resultou um aumento global da receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que estava em vigor.

### Alterações Orçamentais da Despesa 2021

Rubrica	Descrição	Tipo	Previsões Iniciais	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	Previsões	
							Corrigidas	unid.: €
<b>CORRENTE</b>								
D1	Despesas com o pessoal	P/M	66 076 183	3 883 492	3 009 145	2 460 000	69 410 530	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	P	38 613 814	2 191 662	617 133	-	40 188 343	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	14 000 576	681 731	2 082 231	2 460 000	15 060 076	
D1.3	Segurança Social	P	13 461 793	1 010 099	309 781	-	14 162 111	
D2	Aquisição de bens e serviços	P/M	77 330 780	3 276 021	5 973 278	23 362 657	97 996 180	
D3	Juros e outros encargos	P	859 102	120 379	555 339	-	424 142	
D5	Outras despesas correntes	P	411 639	542 558	4 646	-	949 551	
<b>Total Corrente</b>			<b>144 677 704</b>	<b>7 822 450</b>	<b>9 542 408</b>	<b>25 822 657</b>	<b>168 780 403</b>	
<b>CAPITAL</b>								
D6	Aquisição de bens de capital	P/M	-	1 719 958	-	590 839	2 310 797	
<b>Total Capital</b>			<b>-</b>	<b>1 719 958</b>	<b>-</b>	<b>590 839</b>	<b>2 310 797</b>	
<b>Total Geral</b>			<b>144 677 704</b>	<b>9 542 408</b>	<b>9 542 408</b>	<b>26 413 496</b>	<b>171 091 200</b>	

## 2.3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, não existiam projetos de investimento de carácter plurianual.

## 2.4 – Operações de tesouraria

O quadro abaixo, permite explicar as operações que geraram influxos e efluxos de caixa, mas que não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que tiveram expressão na tesouraria e na contabilidade do HOSPITAL.

### Operações de tesouraria 2021

Rubrica	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
Cobrança/entrega de receita por conta de outrem				
Retenções - transição SNC-AP	689 986,79	-	-	689 986,79
Retenções - IRC	(76,73)	76,73	47,95	(47,95)
Outras receitas/despesas de operações de tesouraria	(450 037,41)	218 579,10	134 289,70	(365 748,01)
	<b>239 872,65</b>	<b>218 655,83</b>	<b>134 337,65</b>	<b>324 190,83</b>

A rubrica de Retenções - transição SNC-AP contempla as retenções dos descontos de vencimentos a entregar à ADSE, no montante 689.987 euros, relativos ao período de 2017.

Como referido na Nota 2.8 do anexo às demonstrações financeiras, em 2018, aquando da transição do POCMS para o SNC-AP, o saldo de gerência orçamental inicial foi sobrevalorizado, no montante de 1.174.524 euros. Esta correção foi identificada e realizada em 2021, afetando assim os saldos de gerência iniciais de 2021 (orçamental: 15.520.703,32 euros; e extraorçamental: 934.651,00 euros negativos).

Em 2021, as outras receitas/despesas de operações de tesouraria estão predominantemente relacionadas com: (a) adiantamentos e respetivas regularizações, realizados no âmbito das aquisições de material de consumo clínico, necessário ao combate da pandemia de Covid-19, a fornecedores não habituais que exigiram o pré-pagamento ao fornecimento do material; e (b) adiantamentos exigidos para o tratamento de doentes. Em 31 de dezembro de 2021, as outras operações de tesouraria são detalhadas conforme se segue:

	Valor
Retenções de descontos de vencimentos	689 987
Adiantamentos não faturados para tratamento de doentes	(49 054)
Adiantamentos para a aquisição de material Covid-19	(308 217)
Outras operações extraorçamentais	(8 525)
	<b>324 191</b>

## 2.5 – Contratação administrativa

### 2.5.1 – Situação dos contratos

Os contratos celebrados no período de relato ou em períodos anteriores, submetidos na plataforma de prestação de contas do Tribunal de Contas, foram dispensados da fiscalização prévia, prevista no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas).

68)

duo silva

## 2.5.2 – Adjudicações por tipo de procedimento

O quadro infra relatada a informação relativa a cada tipo de contrato, discriminada por tipo de procedimento de adjudicação:

### Adjudicações por tipo de procedimento 2021

Tipo de contrato	Concurso público		Consulta prévia		Ajuste direto		Total	
	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Preço contratual
Aquisição de serviços	3	1 449 706,70			65	2 377 005,00	68	3 826 711,70
Aquisição de equipamentos	1	106 000,00			14	406 400,00	15	512 400,00
Aquisição de bens	1	57 840,00			346	6 828 188,00	347	6 886 028,00
	<b>5</b>	<b>1 613 546,70</b>			<b>425</b>	<b>9 611 593,00</b>	<b>430</b>	<b>11 225 139,70</b>

unid.: €

*António Silva*

*António Silva*

## 2.6 – Transferências e subsídios recebidos

O quadro que se segue relatada a informação detalhada relativamente às transferências correntes e de capital e subsídios obtidos:

### Transferências e subsídios recebidos 2021

Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida
Transferências correntes					
Portaria n.º 124/2021 de 3 de fevereiro de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	11 707 917,00	11 707 917,00	-
Portaria n.º 199/2021 de 19 de fevereiro de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	11 707 917,00	11 707 917,00	-
Portaria n.º 340/2021 de 15 de março de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	11 707 917,00	11 707 917,00	-
Portaria n.º 544/2021 de 9 de abril de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	11 707 917,00	11 707 917,00	-
Portaria n.º 864/2021 de 28 de maio de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	10 825 887,00	10 825 887,00	-
Portaria n.º 980/2021 de 2 de julho de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	10 830 000,00	10 830 000,00	-
Portaria n.º 981/2021 de 2 de julho de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	4 100 000,00	4 100 000,00	-
Portaria n.º 1004/2021 de 5 de julho de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	10 830 000,00	10 830 000,00	-
Portaria n.º 1209/2021 de 29 de julho de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	10 830 000,00	10 830 000,00	-
Portaria n.º 1653/2021 de 13 de setembro de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	10 830 000,00	10 830 000,00	-
Portaria n.º 1849/2021 de 12 de outubro de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	10 830 000,00	10 830 000,00	-
Portaria n.º 1850/2021 de 12 de outubro de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	8 900 000,00	8 900 000,00	-
Portaria n.º 2159/2021 de 15 de novembro de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	14 930 000,00	14 930 000,00	-
Portaria n.º 2566/2021 de 15 de dezembro de 2021	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	10 830 000,00	10 830 000,00	-
Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2019/A	Berço de Emprego	Fundo Regional do Emprego	12 543,89	12 543,89	-
Resolução do Conselho do Governo n.º 13/2013 de 19 de fevereiro de 2013	PIIE	Fundo Regional do Emprego	6 240,00	6 240,00	-
Portaria n.º 95-A/2015 de 27 de março	Subsídio social de mobilidade	Estado	946 628,08	946 628,08	-
<b>Total</b>			<b>151 532 966,97</b>	<b>151 532 966,97</b>	<b>-</b>

unid: €

Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida
<b>Transferências de capital</b>					
Portaria n.º 2237/2021 de 22 de novembro de 2021	Equipamentos	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	223 248,00	223 248,00	-
Portaria n.º 2238/2021 de 22 de novembro de 2021	Tecnologias da saúde	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	310 902,00	310 902,00	-
Portaria n.º 2291/2021 de 25 de novembro de 2021	Tecnologias da saúde	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	56 689,00	56 689,00	-
Portaria n.º 2239/2021 de 22 de novembro de 2021	Combate à COVID-19	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	614 000,00	614 000,00	-
Portaria n.º 2240/2021 de 22 de novembro de 2021	CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	1 200 000,00	1 200 000,00	-
Portaria n.º 2293/2021 de 25 de novembro de 2021	CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	1 010 000,00	1 010 000,00	-
Portaria n.º 2375/2021 de 30 de novembro de 2021	CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias	Secretaria Regional da Saúde e Desporto	250 000,00	-	250 000,00
<b>Total</b>			<b>3 664 839,00</b>	<b>3 414 839,00</b>	<b>250 000,00</b>
<b>Total</b>			<b>155 197 805,97</b>	<b>154 947 805,97</b>	<b>250 000,00</b>

## 2.7 – Outras divulgações

Os restantes procedimentos encontram-se submetidos na plataforma de prestação de contas do Tribunal de Contas.

O Contabilista Certificado

*Alberto F. Silva*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signatures]*  
*Luís de M.*  
*[Signature]*  
*Luís de M.*  
*[Signature]*



*[Handwritten signatures and stamps]*

----- **Ata número seis de março de dois mil e vinte dois** -----

No dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu-se na sala de Reuniões da Administração do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER, com o NIPC 512 103 097, sito à Av. D. Manuel I, 9500-370 Ponta Delgada, o Conselho de Administração, presidido pela Senhora Presidente, Dra. Maria Cristina Fraga Gomes Freire de Barros, os Senhores Vogais do Conselho de Administração, estando presentes o Senhor Diretor Clínico Dr. André Pereira Silva Forjaz Sampaio a Senhora Enfermeira Diretora, Enfermeira Lúcia de Fátima Vieira Cabral Rodrigues o Vogal do conselho de Administração, Dr. Márcio Francisco Chalin Pereira e o Senhor Vogal do Conselho de Administração, Dr. Luís José Pacheco de Medeiros Almeida. -----

Aberta a sessão pela Senhora Presidente, passou o Conselho de Administração a ocupar-se em especial do seguinte assunto: -----

**ASSUNTOS DOS SERVIÇOS FINANCEIROS:** -----

**PRESTAÇÃO DE CONTAS - DOIS MIL E VINTE E UM** - Pela Presidente do Conselho de Administração foram presentes os documentos, o Relatório de Atividades, as Demonstrações Financeiras, o Anexo e as Demonstrações Orçamentais, que evidenciam; -----

- a) No Balanço, o total do ativo líquido de 102.312.051,74 € (cento e dois milhões, trezentos e doze mil, cinquenta e um euros e setenta e quatro cêntimos), o património líquido de 14.309.930,24 € (catorze milhões, trezentos e nove mil, novecentos e trinta euros e vinte e quatro cêntimos) e o passivo de 88.002.121,50 € (oitenta e oito milhões, dois mil, cento e vinte e um euros e cinquenta cêntimos);---
- b) Na Demonstração de Resultados por Natureza, o resultado líquido de 4.111.256,67 € (quatro milhões, cento e onze mil, duzentos e cinquenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos), resultante do total de rendimentos de 156.739.598,78 € (cento e cinquenta e seis milhões, setecentos e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e oito euros e setenta e oito cêntimos) e do total de gastos de 152.628.342,11 € (cento e cinquenta e dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, trezentos e quarenta e dois euros e onze cêntimos);-----
- c) Na Demonstração de Fluxos de Caixa, a variação de caixa e seus equivalentes negativa, de 10.537.946,11 € (dez milhões, quinhentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta e seis euros e



onze centimos), resultante dos fluxos de caixa das atividades operacionais negativos em 9.162.248,36 € (nove milhões, cento e sessenta e dois mil, duzentos e quarenta e oito euros e trinta e seis centimos) e dos fluxos de caixa das atividades de investimento negativos em 1.375.697,75 € (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e noventa e sete euros e setenta e cinco centimos);-----

- d) Na Demonstração do Desempenho Orçamental, o total da receita cobrada líquida de 156.467.601,17 € (cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e um euros e dezassete centimos) e de despesa paga líquida de reposições de 167.089.865,46 € (cento e sessenta e sete milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e quarenta e seis centimos) e saldos iniciais e finais do desempenho orçamental, incluindo operações de tesouraria, conforme fluxos de recebimentos e pagamentos apresentados no quadro seguinte:-----

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>1. Saldo de gerência anterior</b>		
Operações orçamentais	14 346 179,67	652 618,32
Operações de tesouraria	239 872,65	502 803,08
	<b>14 586 052,32</b>	<b>1 155 421,40</b>
<b>2. Recebimentos na gerência</b>		
Operações orçamentais	156 467 601,17	148 479 835,83
Operações de tesouraria	218 655,83	55 454 415,01
	<b>156 686 257,00</b>	<b>203 934 250,84</b>
<b>3. Pagamentos na gerência</b>		
Operações orçamentais	167 089 865,46	134 786 274,48
Operações de tesouraria	134 337,65	55 717 345,44
	<b>167 224 203,11</b>	<b>190 503 619,92</b>
<b>4. Saldo para gerência seguinte</b>		
Operações orçamentais	3 723 915,38	14 346 179,67
Operações de tesouraria	324 190,83	239 872,65
	<b>4 048 106,21</b>	<b>14 586 052,32</b>

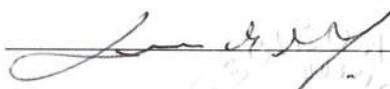


Após análise detalhada dos documentos e respetivas explicações, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, aprovar e assinar a referida prestação de contas, enviando-a, para julgamento da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas. -----

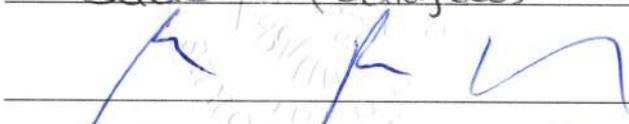
E por não haver mais nada a tratar foi encerrada a sessão, de que se lavrou a presente Ata a qual vai ser assinada por todos os presentes, depois de lida e aprovada. -----

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

  
-----

  
-----

Júlia Rodrigues  
-----

  
-----

André Fojj de Sampaio  
-----

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA, E.P.E.R.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 102.312.052 euros e um total de fundos próprios de 14.309.930 euros, incluindo um resultado líquido de 4.111.257 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa do ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 6 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA, E.P.E.R.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Não dispomos de elementos que nos permitam comprovar que os ativos fixos tangíveis expressos nas demonstrações financeiras (com exceção dos terrenos e edifícios que foram objeto de avaliação livre em 2007 para efeitos da constituição inicial do capital estatutário) incluem todos os ativos afetos à atividade, nem nos foi possível confirmar que os valores de aquisição que se encontram contabilizados ao longo de diferentes exercícios, em conjunto com as respetivas depreciações estimadas, foram registados em consonância com os princípios de contabilidade geralmente aceites. Na ausência de concordância entre os registos contabilísticos e os dados do cadastro constantes na aplicação de gestão, conjugada com a inexistência de uma inventariação física, justificativa da sua existência, não nos é possível concluir sobre o valor atual, destes ativos, reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
2. Como divulgado na Nota 18.2.1 do anexo às demonstrações financeiras, as perdas por imparidades acumuladas de 4.793.237 euros destinam-se a cobrir exclusivamente os saldos a receber que potenciam riscos de cobrabilidade, reconhecidos nas rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber, subsistindo uma diferença de 804 milhares de euros relativamente aos saldos que, numa ótica de prudência, deveriam estar em imparidade. Acresce que esta nossa avaliação não comporta os saldos a receber relacionados com os

serviços prestados às entidades e aos serviços do Sistema Regional de Saúde reconhecidos nas rubricas de Clientes, contribuintes e utentes, que ascendiam a 7.377.968 euros em 31 de dezembro de 2021, sobre os quais prevalece a incerteza da sua integral recuperação decorrente das dificuldades tradicionais que existem na sua aceitação e validação. Nestas circunstâncias, não é praticável quantificar os prejuízos que poderão advir da não cobrança das dívidas expressas nas demonstrações financeiras que não venham a ser reconhecidas pelas entidades devedoras.

3. As responsabilidades com os atos médicos prestados aos utentes do Sistema Regional de Saúde (SRS) no continente, que deveriam ser gratuitos, no cumprimento do princípio da reciprocidade nacional, e cujo pagamento tem sido exigido, não foram reconhecidas nas demonstrações financeiras. Nos termos da Lei nº 20/2016, de 15 de julho, que estabelece a gratuidade da prestação de cuidados de saúde, ficou determinado que o montante das dívidas nessa data existentes entre os dois sistemas de saúde seria resolvido por um grupo de trabalho criado na dependência do Ministro da Saúde e, nestas circunstâncias, não podemos concluir sobre o eventual impacto destes assuntos, se algum, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
4. Os saldos em dívida aos fornecedores, em algumas situações, encontram-se em mora por incumprimento dos prazos previstos nas condições de pagamento contratualmente estabelecidas. Não obstante as negociações com alguns fornecedores terem resultado no perdão ou na redução destes encargos financeiros, não nos foi possível determinar os encargos financeiros e de outra natureza, que poderão emergir desses atrasos, que ainda não foram conhecidos e aceites em referência a 31 de dezembro de 2021.
5. Em relação aos seus trabalhadores com vínculo à relação jurídica de emprego público, a Entidade suporta, na quota-parte correspondente à parcela da antiguidade não abrangida por descontos antes da sua integração no regime de função pública em relação à antiguidade global do trabalhador, a responsabilidade de complementar as pensões de reforma e sobrevivência definidas pela Caixa Geral de Aposentações. Como indicado na nota 19, os encargos do ano a este respeito liquidados à Caixa Geral de Aposentações totalizaram 859.939 euros (em 2020 – 917.956 euros). A inexistência de um estudo atuarial impede-nos de avaliar a responsabilidade que a Entidade tinha com os complementos de pensões de reforma e de sobrevivência a pagar aos seus pensionistas e aos seus empregados no ativo em 31 de dezembro de 2021.
6. Existem processos judiciais a decorrer relacionados com pedidos de indemnização no montante de 3,5 milhões de euros (Nota 15) que, na resposta que nos foi facultada pelos advogados da Entidade, estavam em curso de resolução, pelo que não nos é possível nesta data concluir em que medida poderão resultar ajustamentos a este respeito às demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### **Incerteza material relacionada com a continuidade**

As demonstrações financeiras da Entidade, preparadas em referência a 31 de dezembro de 2021, no pressuposto da continuidade das operações, apresenta fundos próprios de 14.309.930 euros, sendo-lhe aplicável as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. A capacidade da Entidade operar em continuidade depende da reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial, condição necessária para se proceder à liquidação dos passivos financeiros nos prazos normais contratados. O financiamento para o ano de 2021 contratualizado com a Região Autónoma dos Açores, através do contrato-programa para o triénio de 2019 – 2021, foi de 150.567.555 euros (nota 14).

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem com a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 170.813.781 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 167.089.865 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto que:

1. O montante de compromissos assumidos é superior aos fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2021, que, conforme referido na secção “Incertezas material relacionada com a continuidade”, deriva do desequilíbrio entre a atividade exercida e o seu financiamento.
2. Nas fases de execução do orçamento da despesa, o cabimento registado, no montante de 237.841.132 euros, excedeu a dotação disponível, no montante de 171.091.200 euros, não cumprindo com o estabelecido no parágrafo 5 da NCP 26.



### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 a 6 da secção “Bases para a opinião com reservas” do relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Sobre as demonstrações orçamentais”, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais, tendo presente que a Entidade não desenvolveu ainda as bases de um sistema de contabilidade de gestão, de acordo com a NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, nem divulgou a informação de desempenho operacional que lhe está associada.

Ponta Delgada, 22 de abril de 2022

**UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

**RELATÓRIO E PARECER  
DO FISCAL ÚNICO**

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas do **Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no património líquido e dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas e, também, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data.

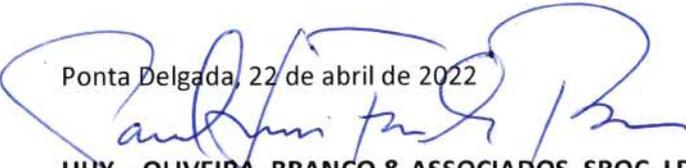
1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade, exceto que não apresentou a informação não financeira prevista nesse artigo.
4. As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade, que presume que disponha recursos adequados para continuar as suas atividades. Como se infere, a posição patrimonial e financeira da Entidade exige que sejam concretizadas medidas previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, que são necessárias para resolver alguns constrangimentos de natureza financeira e operacional que se colocam, designadamente no que concerne ao cumprimento dos compromissos financeiros contratados.
5. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
6. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são os constantes no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais, exceto nas matérias descritas na Certificação Legal das Contas emitida nesta data e que faz parte integrantes deste relatório.



7. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 22 de abril de 2022

  
**UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

Hospital do Divino  
Espírito Santo



União das Igrejas FIESP

#SomosHDES